

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

LUCAS GOMES CARVALHO PINTO

Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)

SÃO LUÍS | MA

2015

LUCAS GOMES CARVALHO PINTO

Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

SÃO LUÍS | MA

2015

Pinto, Lucas Gomes Carvalho.

Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)/ Lucas Gomes Carvalho Pinto.–São Luis , 2015.

116 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Historia, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

Orientador: Prof.Dr. Marcelo Cheche Galves

1. São Luis. 2. Impressos. 3. Maranhão. I. Título

CDU:070.32:94(812.1)”1799

LUCAS GOMES CARVALHO PINTO

Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador) (UEMA)

Prof^ª. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

Prof. Ms. Yuri Michael Pereira Costa (UEMA)

SÃO LUÍS / MA - 2015

“Até hoje, muitas pessoas tomam conhecimento das notícias através da leitura de um locutor de televisão. A televisão pode ser menos um rompimento do passado do que geralmente se supõe. Seja como for, para a maioria das pessoas através da maior parte da história, os livros tiveram mais ouvintes que leitores. Foram mais ouvidos do que vistos”.

(Robert Darnton. História da Leitura).

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa e escrita de uma monografia é algo árduo e não conseguiria chegar até aqui sem a ajuda de meus familiares, amigos e professores. Por conta disso não poderia iniciar essa obra sem citar a grande colaboração deles.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Izabel Gomes Carvalho que tanto me ajudou e esteve comigo nos momentos mais difíceis de toda a minha vida. Com o seu jeito amoroso e protetor devo tudo que já consegui à sua garra e firmeza que sempre me colocaram para frente. Sozinha, minha mãe vale por pai, tio, tia, primo, etc. Se todos tivessem uma mãe como a minha, o mundo seria um lugar bem melhor de se viver.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao meu irmão Bruno Gomes Carvalho Pinto que, assim como a minha mãe, me ajudou e me incentivou muito. Com uma mãe e com um irmão desses, eu não preciso de mais ninguém para afirmar com todas as letras “estou cercado de pessoas que querem meu bem”. Em terceiro lugar, não poderia deixar de citar nesse momento o meu pai José de Ribamar Muniz Pinto, que me passou, através de seu exemplo, valores que irei carregar para sempre. Em quarto lugar, e não menos importante, quero agradecer também à Graciane de Jesus Barros, que, mesmo sem ser da minha família, esteve presente em toda a minha vida.

A monografia que se segue não seria possível se não fosse o esforço de todos os professores do curso de História da UEMA que me forneceram as bases intelectuais para a escrita desse trabalho. Entre estes, destaco em especial o meu orientador Marcelo Cheche Galves, que desde o terceiro período está me orientando na pesquisa, sempre demonstrando grandes conhecimentos sobre o assunto, vontade de me ajudar e paciência.

Entre os meus amigos de curso, tanto os que entraram comigo como os que conheci ao longo da graduação, gostaria de agradecer a todos, mas especialmente a Sarah Fróz, Romário Basílio, Flávia Costa, Yuri Alhadeff e Natasha Alhadeff.

Também dedico um agradecimento especial aos meus colegas do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista – NEMO.

RESUMO

A historiografia maranhense dedicada aos primeiros decênios dos Oitocentos caracterizou o período, durante muito tempo, como de obscurantismo intelectual, antecedente / coadjuvante dos anos vindouros, marcados pelo surgimento do Grupo Maranhense. Parte dessa assertiva tomou como referência a afirmação de Antonio Bernardino Pereira do Lago (1822), em sua obra *Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão*, de que à época não havia lojas de livros em São Luís. Em direção contrária, priorizo aqui a circulação de impressos em um período de crescimento da cidade principalmente após a Abertura dos Portos às nações amigas em 1808 e os Tratados de Amizade, assinados pelo governo do príncipe regente D. João com a Inglaterra. Analiso registros diversos, em especial dos órgãos censores responsáveis pelo controle da circulação de livros no Império Ultramarino Português, como a Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, além dos anúncios de venda de impressos nos primeiros periódicos maranhenses, que nos oferecem informações sobre pontos de venda, títulos, livreiros, público-alvo, preços etc.

Palavras-Chave: São Luís. Impressos. Maranhão

ABSTRACT

The Maranhão historiography dedicated to the first decades of the nineteenth century characterized the period, for a long time, as intellectual obscurantism, history / supporting the coming years, marked by the rise of Maranhão Group. Part of that approach took as a reference the statement Antonio Bernardino Pereira do Lago (1822), in its *Statistics historical and geographical of Maranhao province*, that at the time there was no book stores in São Luís. In the opposite direction, prioritize here printed circulation in a period of growth of the city especially after the opening of ports to friendly nations in 1808 and the Treaties of Friendship, signed by the Government of Prince Regent D. João with England. I analyze several records, especially the censors agencies responsible for circulating control books in Portuguese Overseas Empire, such as the Royal Censorship Board and the Bureau of the Palace of Desembargo: Court, Extremadura and Islands present in the National Archives of Torre do Tombo, in addition to printed selling ads in the first Maranhão journals, which offer us information about points of sale, titles, booksellers, target audience, pricing etc.

Keywords: São Luis. Printed. Maranhão.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799, p. 18.

Tabela 2 – Assinantes do Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras radicados no Maranhão, p. 51.

Lista de Siglas/Abreviaturas

ACP – Atas do Conselho Presidencial

ANNT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

ATJ-MA – Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão

BN – Biblioteca Nacional

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

RMC – Real Mesa Censória

SUMÁRIO

Introdução, 12

1 A demanda por livros: São Luís na virada do século XVIII para o XIX, 15

1.1 A primeira iniciativa oficial: a Livraria do Correio e o Arco do Cego, 15

1.2 O crescimento da cidade, 20

2 Os livros em circulação, 31

2.1 Onde a censura é a lei: a Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço, 31

2.2 Os impressos maranhenses, 39

2.3 A circulação de impressos por intermédio do Conselho Presidencial, 45

2.4 Os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, 50

3 “Vende-se a preços cômodos”: os impressos anunciados em São Luís, 53

3.1 Os impressos anunciados, 53

3.2 Os assuntos principais: os livros de Política e de Direito, 60

3.3 A normatização da língua: as gramáticas e os dicionários, 70

Considerações finais, 75

Referências, 77

Anexos, 86

Introdução

O meu interesse por História, diferentemente da maioria dos meus amigos de curso, se iniciou na infância, por volta dos 10 anos de idade. Tudo começou quando me dei conta de que no passado o Brasil possuía um imperador, figura que na minha mente infantil não combinava com o nosso país. Surpreso com essa informação passei a ler assiduamente os livros didáticos de História e a assistir atentamente as aulas dos meus professores.

Diante disso, na hora de prestar o vestibular, coloquei como primeira opção o curso de História e em 2011 dei início ao sonho de cursar essa área. No terceiro período, enquanto alguns dos meus amigos de turma davam sinais da área em que pretendiam pesquisar, a única certeza que tinha era de que o período da minha futura monografia seria o século XIX, devido às minhas inquietações de infância.

Nesse sentido, quando o professor Marcelo Cheche Galves me apresentou o tema de um projeto de pesquisa que ele acabara de aprovar junto ao CNPq e a FAPEMA, denominado *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís*, percebi que não poderia deixar essa chance escapar e aceitei seu convite para ser bolsista de iniciação científica, com o plano de trabalho *Posse, comércio e circulação de impressos a partir dos anúncios nos jornais ludovicenses (1821-1831)*.

Apesar de nunca ter pensado em trabalhar com impressos antes, ao longo dos meus dois anos de bolsa me dei conta de como esse tema era interessante e com o tempo terminei por me envolver mais e mais com ele. Esse projeto tinha por intuito realizar um levantamento documental, até então inédito, sobre as atividades que envolveram a circulação de impressos na cidade de São Luís através principalmente dos anúncios dos jornais, que começaram a circular na capital maranhense a partir da instalação da primeira tipografia do Maranhão em 1821, data que orientou o recorte temporal da pesquisa até 1831 (posteriormente ampliada para 1834).

O intuito desse projeto e que por sua vez também motiva o referente trabalho se insere na discussão muito pouco explorada sobre a circulação de impressos em São Luís no início do século XIX.

A partir das considerações de Márcia Abreu (2003, p. 147) de que naquela época os livros eram comercializados em espaços não especializados, dei início à pesquisa nos anúncios de livros presentes nos primeiros periódicos maranhenses. No entanto, como

não era somente através dos anúncios que era possível visualizar essa circulação de livros, a pesquisa se estendeu também para outros meios, como os registros dos órgãos censores lusitanos no qual se destaca a documentação da Real Mesa Censória presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) referente ao Maranhão, que dá conta de uma intensa circulação de livros entre Lisboa e São Luís, para o período de 1773 e 1826, além da Mesa do Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas, que abrange o mesmo assunto entre 1807 a 1832.

Também pesquisei os Autos Cíveis do Arquivo do Tribunal de Justiça presentes no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão (ATJ-MA), os Registros Gerais do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) - Códices 50 a 70, e as Hemerotecas Digitais da Biblioteca Nacional - BN (RJ) e da Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL (MA), inventariados ao longo do dois anos à procura de informações sobre os livreiros e sobre a entrada e saída de livros da província. O cruzamento dos registros da ANTT, dos periódicos da BN e BPBL, e dos registros do ATJ e do APEM, antes e após a Independência, apontam para permanências ainda não exploradas no que respeita a circulação de impressos entre Lisboa e São Luís.

No presente trabalho levo em consideração a perspectiva da leitura tomada como prática cotidiana, não como status / símbolo de erudição. Tal ponto de vista vai ao encontro da ideia de “sociologia da leitura” proposto pela historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (1977, p. 78). De acordo com a autora, tal sociologia consiste em nos atermos principalmente para aspectos como modo de produção e distribuição dos livros e folhetos, consumo e a noção de público. Para Silva o livro precisa passar por um processo de “dessacralização” que faça esquecer suas características individuais para inseri-lo em um grupo maior do qual ele representa apenas um elemento de uma série.

Nesse sentido o livro consiste em um evento social que não se reduz a atos individuais de escrita e leitura. Assim, nas palavras de Silva (1977, p. 79):

Ele [o livro] é vendido, comprado, colecionado e mesmo trocado; é aprovado ou rejeitado por críticos profissionais e pelo público (ou públicos): é retido pela memória coletiva ou votado ao esquecimento; é classificado de acordo como sistema classificatório de cada época; entra em relações complexas com a máquina estatal, das quais a censura é apenas um aspecto.

Dessa forma me dedico nesta monografia a analisar a circulação de impressos na cidade de São Luís em um momento de grandes transformações econômicas e políticas provocadas principalmente pela abertura dos portos em 1808, a assinatura

dos tratados com a Inglaterra em 1810 e a Revolução do Porto, em 1820. Embora considere um conjunto amplo de registros, dedico maior atenção para os anúncios, uma vez que nos permitem a visualização de elementos até então não captados, como o formato do livro, o preço, o local da venda e etc.

Nesse sentido, no primeiro capítulo analiso as mudanças pelas quais o Maranhão e em especial a cidade de São Luís estavam passando no início do século XIX, e como isso afetou a demanda por impressos. Para tanto, apresento as linhas gerais da primeira iniciativa oficial de uma política letrada na então capitania, influenciada pelas práticas vinculadas ao Reformismo Ilustrado do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, e como a abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 com a Inglaterra alteraram os valores da economia da cidade e a dinâmica em torno dos impressos.

No segundo capítulo, analiso o aumento do número de livros em circulação perceptíveis através: dos órgãos censores portugueses; pela atividade tipográfica iniciada na província a partir de 1821; pelos impressos colocados em circulação pelo Conselho Presidencial; e pela assinatura, por pessoas radicadas no Maranhão, do periódico *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*.

Por fim, no terceiro capítulo trabalho especificamente com os anúncios de livro nos jornais maranhenses, considerando inicialmente os livros que de uma maneira mais geral foram propagandeados; em um segundo momento, centro minha análise nos dois maiores grupos temáticos encontrados entre esses – os de Política e os de Direito; e ao final, os dicionários e as gramáticas, que possuíam sua circulação vinculada ao momento de normatização da língua ocorrida no início dos Oitocentos.

1 A demanda por livros: São Luís na virada do século XVIII para o XIX

Durante os primeiros decênios do século XIX, a cidade de São Luís passou por um processo de crescimento¹ em vários indicadores econômicos. Esse boom da economia maranhense ocorreu principalmente pelo comércio de algodão e arroz com a Inglaterra, potencializado pela abertura dos portos às nações amigas, ocorrida em 1808, e pelos tratados de comércio assinado com a Grã-Bretanha em 1810. Como consequências do crescimento e da importância que São Luís ganhava, podemos citar a instalação do consulado inglês, em 1811, e do Tribunal da Relação, em 1813.

Tais crescimentos provocaram uma ampliação da demanda de livros que versassem, por exemplo, sobre Comércio ou Direito, além de gramáticas e dicionários, em português e inglês.

Já a primeira iniciativa oficial que visasse à comercialização de impressos em São Luís ocorreu em 1799, quando foi instalada uma livraria junta a primeira Casa de Correio da capitania. Os livros neles comercializados eram, em sua maioria, impressos pela Casa Literária do Arco do Cego, uma editora criada pelo então ministro do ultramar português D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sob a orientação do frei José Mariano da Conceição Veloso, nascido em Minas Gerais. Nesse sentido, irei inicialmente apresentar neste primeiro tópico, mesmo que de forma breve como se deu essa experiência, e no próximo tópico falarei do desenvolvimento de São Luís.

1.1 A primeira iniciativa oficial: a Livraria do Correio e o Arco do Cego

A grande importância da livraria da Casa do Correio como centro difusor de impressos do Maranhão estava em sua vinculação com a Casa Literária do Arco do Cego que imprimiu ou mandou imprimir dezenas de títulos entre 1799 e 1801. Sobre esse assunto, Maria de Lourdes Vianna Lyra (1994, p. 26) afirma que o iluminismo deve ser pensado levando em consideração as diversas interpretações que obteve em diferentes lugares, pois estas adaptações estavam em consonância com as

¹ Com crescimento me refiro a mudanças econômicas significativas ocorridas na cidade de São Luís no período estudado a exemplo do aumento da média anual de escravos chegados ao Maranhão que subiu de 2.535 entre 1812-16 para 5.409 entre 1816-20 (LAGO, 2001, p. 108-123 apud GALVES, 2010, p. 40), do crescimento populacional de cerca de 12.000 habitantes em 1811 (KOSTER, 2002, p. 297-299) para cerca de 30.000 em 1819 (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 288), fora os valores das importações e exportações, em especial do algodão e do arroz que serão mais bem explorados mais a frente. No entanto vale ressaltar que apesar de todas essas modificações, a economia continuou agroexportadora e escravocrata.

particularidades de cada sociedade. Nesse sentido, em alguns países da Europa, essas ideias geraram o chamado “reformismo ilustrado”, que consiste na absorção por parte de governantes e de seus ministros de algumas ideias e princípios do iluminismo, e conseqüentemente, na adoção de uma política de reforma de questões pontuais do sistema para evitar abalos na estrutura do sistema (LYRA, 1994, p. 32).

O reformismo ilustrado foi introduzido em Portugal através da reforma da Universidade de Coimbra², promovida pelo Marquês de Pombal, e foi pautado na concepção de que caberia ao Estado promover a prosperidade geral, ao mesmo tempo em que o soberano necessitava manter a ordem, fortalecendo suas ações (LYRA, 1994, p. 34). Diante da crise do Antigo Regime, que se expressava através da Revolução Francesa e que, no mundo luso-brasileiro, dera sinais mais evidentes a partir da Inconfidência Mineira, o governo luso deu início a uma política de criação de Academias e Sociedades Literárias para ampliar a esfera de participação dos ilustrados, em especial os formados na reformada Universidade de Coimbra. Nesse contexto, surge o projeto de uma nova unidade imperial, que consistia em uma reorientação da metrópole em relação às colônias, pautada nos programas de reformas encetadas pelo reformismo ilustrado (LYRA, 1994, p. 42-44).

Duas das principais figuras de Portugal nesse momento político foram o frade mineiro José Mariano da Conceição Veloso³ e o político D. Rodrigo de Sousa Coutinho⁴, futuro Conde de Linhares, afilhado do Marquês de Pombal. Esses dois

² Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (2003, p. 17-19), a reforma que o Marquês de Pombal efetuou na Universidade de Coimbra se iniciou em 1770, quando criou a Junta de Providência Literária, e significava a passagem das trevas da ignorância, representada pelo domínio dos jesuítas na instituição, para as luzes do conhecimento. Já Lilia Moritz Schwarcz (2002, p. 105) afirma que para Pombal a universidade se constituía em sinaleiro de mudanças mais evidentes nas bases da educação. Assim, duas novas faculdades foram criadas – Matemática e Filosofia, e grandes alterações ocorreram em outros cursos. A essência da renovação promovida pelo ministro consistia na introdução de novo método, que priorizava a observação e não a autoridade, e sobrepunha razão à fé.

³ Nascido em 1742, na freguesia de Santo Antônio, comarca do Rio Grande das Mortes, em Minas Gerais, seu nome de batismo era José Veloso Xavier. Aos 19 anos entrou para o convento franciscano de S. Boaventura de Macucu. Mudou-se para o Rio de Janeiro, estudou filosofia, teologia e ingressou no convento de Santo Antônio, tornando-se frei José Mariano da Conceição Veloso. Dedicou-se ao ensino de geometria no convento de São Paulo e à história natural no Rio de Janeiro. Tendo se tornado um naturalista sem nunca frequentar a Universidade de Coimbra, sua formação deve-se aos inovadores planos de estudo introduzidos pelo frei Cenáculo Vilas-Boas na Ordem de São Francisco e pela atmosfera ilustrada do Rio de Janeiro. Durante o governo do marquês de Lavradio, frei Veloso realizou viagens filosóficas e coletou espécies para o Real Museu de História Natural da Ajuda em Lisboa e para a elaboração da *Flora Fluminensis*, obra póstuma. Após viver em Portugal, em 1807, deslocou-se na comitiva da família real para o Rio de Janeiro, onde faleceu, no convento de Santo Antônio, em 1811 (RAMINELLI, 2008, p. 284-285).

⁴ Nascido em 1755, Rodrigo de Souza Coutinho pertencia a uma família nobre e destacada (seu pai fora embaixador e governador de Angola), ligada ao marquês de Pombal, de quem era afilhado. Recebeu educação esmerada, que incluiu a frequência ao Colégio dos Nobres e à Universidade de Coimbra, além

personagens são bastante relevantes para o nosso tema, pois de acordo com Robert Wegner (2004, p. 132), ao assumir a posição estratégica de Ministro do Ultramar, Coutinho conseguiu articular os interesses lusos com os da elite colonial, incorporando membros destas em “um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português”.

Foi nesse momento, segunda metade da década de 1790, que Coutinho encontrou Veloso em Lisboa, em uma fase em que o frade estava desanimado por não conseguir publicar seu livro *Flora Fluminensis* e o acolheu em sua casa, lhe convencendo a participar das reformas que concebera. Desse modo, já em 1798, os dois estavam publicando suas primeiras brochuras nos impressores habituais de Lisboa (BRAGANÇA, 2009, p. 123). A partir desse momento, os dois, ao lado de jovens formados na Universidade de Coimbra, deram início a um “enorme esforço para, a exemplo das ‘nações cultas e civilizadas’, dar conhecimento da ‘Nova Agricultura’, baseada nos princípios agrônômicos decorrentes da Filosofia Natural setecentista” (BRAGANÇA, 2009, p. 124).

Assim, em 1799 é criada a Casa Literária do Arco do Cego, que em um curto período de dois anos publicou mais de 80 obras, sem contar aquelas que de alguma forma tiveram a participação de frei Veloso, o que elevaria esse número a, pelo menos, 140, em um período de tempo que se estenderia por mais alguns anos (BRAGANÇA, 2009, p. 125).

Já a Casa de Correio do Maranhão foi fundada em 1798, por alvará régio, após o então governador da capitania D. Fernando Antônio de Noronha ter oficiado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já no cargo de ministro do Ultramar, a necessidade de criar uma repartição de correio que também servisse para a venda de livros (VIVEIROS, 1954, p. 101). De acordo com Marcelo Galves (2014, p. 125-126), em outubro de 1800, o administrador do Correio informou ao governador o montante de impressos vendidos pela livraria da repartição entre 1799 e 1800, conforme pode ser percebido na tabela abaixo, elaborada por esse autor:

de longa viagem pela Suíça e pela França, durante a qual manteve contato com alguns dos expoentes das luzes como d’Alembert. Em 1778, foi nomeado representante diplomático junto à corte da Sardenha, em Turim, antes de retornar a Portugal para substituir o falecido Martinho de Melo e Castro, ministro do Ultramar desde o período pombalino. Foi secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), presidente do Real Erário (1801-1803) e ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-1812) na regência de D. João. Em 1808, recebeu o título de conde de Linhares. Um dos mais notáveis representantes da ilustração portuguesa faleceu no Rio de Janeiro em 1812 (NEVES, 2008, p. 659-660).

Tabela 1 - Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799⁵

Título	Ano de publicação	Recebidos	Preço unitário (em réis)	Valor total (em réis)	Vendidos	Valor arrecadado (em réis)
O Fazendeiro do Brasil (l)	1798	19028	1\$000	190\$000	829	8\$000
Memória sobre a plantação de algodões (f)	1798	75	120	9\$000	5	600
Memória sobre a caneleira (f)	1797	50	80	4\$000	1	80
Memórias e extratos sobre a pipereira negra (f)	1798	200	160	32\$000	3	480
Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil (f)	1798	20	160	3\$200	4	640
Extrato sobre o método de se preparar a potassa (f)	1798	100	160	16\$000	3	480
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre (f)	1798	100	200	20\$000	3	600
Instrução sobre a combustão de vegetais (f)	Título não localizado	50	160	8\$000	3	480
Alographia dos alkalisfixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas (l)	1798	12	2\$000	24\$000	2	4\$000
Alographia... Com estampas em preto (l)	1798	36	1\$600	57\$600	2	3\$200
De Rebus Rusticis Brasilicis (l)	1798	10	960	9\$600	2	1\$920
Cursos de estudos do comércio e	1798	10	1\$200	12\$000	1	1\$200

⁵ Não foram localizados dados referentes à venda do *Mercúrio Britânico*.

fazenda (l)						
Total		1053		401\$400 (total das remessas)	42	25\$36030

Fonte: (GALVES, 2014, p. 126).

Legenda: (f) folheto, (l) livro.

Ainda segundo Galves (2014, p. 127-128), todos esses títulos – a exceção de *Instrução sobre a combustão de vegetais* – constam no Catálogo Comemorativo do Bicentenário do Arco do Cego e foram impressos no ano de 1798 – exceto a *Memória da Caneleira*, de 1797 – o que demonstra a atualidade dos impressos e o desejo de que circulassem. Com relação aos temas, a maioria tratava de agricultura, tanto dos produtos já cultivados no Maranhão, como algodão e cana-de-açúcar, quanto daqueles que ainda poderiam ser cultivados, como pimenta da índia e a canela.

Esse movimento fora percebido por Robert Wegner (2004, p. 134-135), que ao analisar um dos prefácios que Veloso escreveu para *Flora Fluminensis*, afirma que para o padre não bastava o Estado incentivar o cultivo e a comercialização de um determinado produto, ou seja, incentivar um ethos trabalhista (em detrimento dos lucros imediatos), pois era necessário que esse mesmo Estado tivesse que incentivar as luzes (agir como um agente cultural), uma vez que a divulgação científica poderia levar a implantação de novas técnicas ou até mesmo de novos produtos.

Os outros dois principais grupos temáticos de obras eram os que tratavam de mineralogia e de química, áreas de grande interesse do padre Veloso (GALVES, 2014, p. 128). Entre essas obras, encontra-se *Extrato sobre o método de se preparar a potassa* e *Extrato acerca do método de se fazer o nitrato de potassa ou salitre*⁶.

Em 1800, chegou à livraria do Correio uma nova remessa de livros, provenientes do Arco do Cego, desta vez composta por 294 exemplares, de 19 títulos diferentes, como pode ser observado na tabela elaborada por Marcelo Galves (2014, p. 129) presente no Anexo I (Livros Recebidos pela Casa do Correio em 1800).

No que se refere à quantidade de livros vendidos pela Livraria da Casa do Correio, os números parecem modestos, conforme nos indica o governador D. Diogo de Sousa, em ofício escrito em 9 de novembro de 1802, no qual afirma:

que a extração dos livros dificultosamente poderia ter êxito que se desejava, atenta a indiferença, ou para melhor dizer, a repugnância destes povos a toda a qualidade de aplicação literária, e que a venda

⁶ Essas duas obras, que também foram remetidas para a capitania de São Paulo em 1799, são indicadas por Alex Varela (2009, p. 108) como de autoria de Jean-Antoine Chaptal, conde de Chanteloup (Saint-Pierre-de-Nogaret, Lozère, 3 de junho de 1756 — Paris, 30 de julho de 1832).

dos livros na casa do administrador pouco excedeu a 20\$000 réis (apud MARQUES, 1870, p. 171).

Entretanto, é necessário relativizarmos tal registro. Para Marcelo Galves (2014, p. 130), embora a quantidade de livros vendidos pareça diminuta, é preciso considerar que talvez os remetentes tenham superestimado a capacidade da capitania em absorver o montante que enviaram: somados livros e folhetos, ultrapassavam mil exemplares.

1.2 O crescimento da cidade

Para que possamos traçar um panorama das transformações em curso em São Luís nesse início do Oitocentos, é necessário recorrermos aos textos produzidos por viajantes que passaram pela cidade no período e as obras escritas por autores locais ou radicados na capitania. Nesse sentido, antes de analisarmos essa literatura, temos que levar em consideração as ideias de Marcelo Galves (2010, p. 35) de que estes tipos de relatos, apesar de tradicionalmente serem utilizadas pela historiografia maranhense no debate em torno dos ares de civilidade que a cidade de São Luís tomava naquela época devem ser considerados como parte de um circuito formado por obras de autores locais, relatórios de administração, relatórios de viajantes⁷, etc. Estas obras nos permitem indicações que auxiliam a compreensão da sociedade maranhense no século XIX, tais como: o meio social, a economia, as estruturas de poder e as relações políticas, movimentos revolucionários, a escravidão e as sociedades indígenas (CALDEIRA, 1991, p. 9).

Levando em consideração tal assertiva, o primeiro livro desse gênero a caracterizar a cidade de São Luís no período foi *Viagens ao Nordeste do Brasil*, do inglês Henry Koster⁸, de 1811.

⁷ Constitui-se como literatura de viajante um conjunto de obras de autores estrangeiros que visitaram o Brasil ao longo do século XIX, entre os quais alguns poucos passaram pelo Maranhão entre os anos de 1811 e 1865. Eram os viajantes pessoas de ambos os sexos, de extração social variada, profissão e formação intelectual diversificadas, que descreveram aspectos diferentes do Brasil através de relatos de viagem, correspondência diplomática, cartas, memórias, diários, álbuns de desenho etc. O conjunto de obras deixado por eles integra a chamada **literatura de viagem**. São observações feitas “de passagem” e constituem um “macrocorpus documental” indispensável para ajudar a compreender o Brasil e suas regiões no transcorrer do século dezenove (CALDEIRA, 1991, p. 9-10). (negrito do autor)

⁸ De acordo com Ronaldo Vainfas (2008, p. 336-337), Henry Koster nasceu em Portugal em 1793 sendo filho de um comerciante inglês, tendo deixado o reino luso ainda menino. Anos mais tarde, Koster viajou de Liverpool para Recife em busca de clima e ares mais amenos, pois sofria de tuberculose. Ao chegar a Pernambuco, quase alcançou o topo da escala social local, ao tornar-se senhor de engenho fato que singularizou seus relatos. Em 3 de novembro de 1810 iniciou uma viagem de 156 léguas de Goiana à Fortaleza pelo agreste, em tempo de seca. Regressou para Inglaterra em 1811 e voltou para o Brasil no

Este viajante britânico apresenta um cenário desolador da cidade no qual apesar de afirmar que as casas são limpas e bonitas, ressalta que elas estão edificadas espaçadamente, as ruas possuem habitações térreas e cobertas de palhas e a aparência é humilde e triste além de perceber que as fortalezas que deveriam proteger a entrada da cidade estão em péssimo estado de conservação e ainda estimou ser a população formada por cerca de 12.000 habitantes (KOSTER, 2002, p. 297-299).

É interessante notar que as percepções de Koster não se resumiram aos aspectos geográficos relacionados à localização da cidade, uma vez que também dirigiu sua atenção para o que podemos caracterizar como aspectos civilizatórios da população ludovicense comparando-a, sempre de uma maneira inferior, à classe média inglesa, como consta na citação abaixo:

(...) alguns assuntos conversados não teriam tolerância em uma sociedade média da Inglaterra. Uma parte do formalismo desaparecerá com a maior e crescente relação. A educação das mulheres não é cuidada, o que delimita as possibilidades de sustentar a conversa sobre muitos temas, mesmo quando levadas às solenidades (KOSTER, 2002, p. 311).

Outro hábito social da população de São Luís que saltou aos olhos do viajante britânico foi o interesse por jogos, percepção essa que parece ter lhe chamado mais atenção pelo fato dos referidos hábitos serem apreciados por mulheres como aparece na citação abaixo:

(...) As senhoras de São Luís, entretanto, não são geralmente reservadas, ambos os sexos jogam muito e com algum excesso. Uma jovem senhora, em certa ocasião, indo com sua mãe a uma festa, passou a um salão onde seu pai jogava com vários amigos. Este chamou sua filha, dizendo-lhe que tomasse uma carta. Obedeceu. Ficou jogando até perder trezentos mil réis, cerca de 80 libras, quando confessou não mais ter dinheiro (KOSTER, 2002, p. 311).

Apesar desse quadro que Henry Koster nos ofereceu sobre São Luís, seu relato também é essencial para compreendermos as mudanças em curso na cidade, em especial após a abertura dos portos as nações amigas em 1808. Segundo o britânico, a importância que a capitania do Maranhão estava apresentando vinha crescendo com grande rapidez, como pode ser percebida através do aumento significativo das exportações de algodão:

mesmo ano. Voltou à Inglaterra em 1815, mas retornou ao Brasil em 1816, mesmo ano em que publicou em Londres seu *Travels in Brazil*. Acompanhou de perto a Revolução de 1817, sendo partidário da independência. Depois desta revolução, sua saúde ficou cada vez mais debilitada, vindo a falecer em 1820.

Há 60 anos não exportavam algodão e eu soube que, quando a primeira carga estava em ponto de ser embarcada veio uma petição de muitos moradores à câmara ou municipalidade, requerendo que a exportação fosse proibida por pensarem que o artigo fizesse falta ao consumo local. Não foram atendidos e hoje o número de sacos exportados anualmente, é entre 40 e 50 mil, pesando na média, 180 libras cada um. (KOSTER, 2002, p. 300)

Como já fora ressaltado, os principais produtos de exportação maranhense foram o algodão e o arroz. Estes, de acordo com Regina Faria (2005, p. 232) tiveram suas demandas aumentadas devido a circunstâncias da economia atlântica no início do século XIX, como a larga produção têxtil ocasionada pela Revolução Industrial⁹, que impulsionou a expansão da cotonicultura nas Américas, bem como a desestabilização da produção algodoeira norte-americana provocada pela guerra da independência das então treze colônias. Já no que concerne ao arroz, este, cujo grão cultivado era o longo e pontiagudo trazido da Carolina do Norte, teve sua produção garantida devido à crise da produção de trigo em Portugal, o aumento da população europeia e a inexistência de pactos coloniais que restringissem seu abastecimento para a Europa.

Segundo Matthias Röhrig Assunção (2010, p. 147) devido à demanda europeia por algodão provocada pela Revolução Industrial, este produto passou a representar 75% das exportações brasileiras e o Maranhão se tornou a segunda maior região exportadora do produto, perdendo somente para Pernambuco. No entanto, não devemos esquecer o lugar primordial que a abertura dos portos e os tratados assinados entre Portugal e Inglaterra ocuparam na dinamização do comércio maranhense, bem como nesse movimento de expansão que a cidade de São Luís começou a vivenciar.

Por causa desse rico comércio algodoeiro e também devido a grande riqueza concentrada nas mãos das poucas pessoas que possuem extensas e prósperas propriedades, muitos escravos e ainda são negociantes, a cidade de São Luís é apontada por Koster como quarto maior porto da América portuguesa em importância, perdendo somente para Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (KOSTER, 2002, p. 301). Entretanto, torna-se necessário relativizarmos tal afirmação uma vez que de acordo com José Jobson Arruda:

⁹ Eric Hobsbawm (2013, p. 70-71), ao explicar a Revolução Industrial inglesa, afirma que a indústria algodoeira apresentava algumas vantagens para quem nela se aventurasse: 01) os lucros eram astronômicos; 02) os novos inventos como a máquina de tear ou a fiadeira automática eram suficientemente simples e baratos e 03) a expansão da produção cotonicultura se dava através de métodos que só estavam ao alcance de brancos residentes nas colônias como a escravidão e a abertura de novas áreas de cultivo.

os números referentes a exportação e importação do Maranhão estavam muito distantes do 3 colocado, a província de Pernambuco, significando a metade deste e menos da metade da Bahia, a 2ª colocada, depois do Rio de Janeiro (ARRUDA, 1988, p. 9-10)

Henry Koster não foi o único viajante estrangeiro a visitar a capital do Maranhão no início do século XIX. Em 1819, foi a vez dos naturalistas austríacos Johann Baptist Von Spix¹⁰ e Carl Friedrich Philipp Martius¹¹ passarem pela cidade, conforme relataram na obra *Viagem pelo Brasil* em 1819.

Com uma visão destoante da apresentada por Koster, Spix e Martius iniciam sua narrativa descrevendo desde seu itinerário até a chegada a capital maranhense, em que ressaltam os principais aspectos do interior da capitania que lhes chamaram a atenção, como o comércio entre a vila de Itapecuru-Mirim e São Luís e afirmam que ao chegarem a São Luís, foram acolhidos pelo cônsul britânico Robert Hesketh (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 289).

Ao darem início a sua descrição da cidade, iniciam ressaltando que São Luís “à vista de sua população e riqueza” merece o quarto lugar entre as cidades brasileiras e depois apresentam algumas particularidades da cidade, das casas, igrejas e edifícios públicos. Em sua descrição, destacam a falta de segurança em que a cidade se encontra devido o estado de sucateamento das fortificações da cidade, fato também percebido por Koster, e comentam os “benévolos e justos esforços” empreendidos pelo governador

¹⁰ Johann Baptist Von Spix nasceu em Höchstadt-an-der-Aisch, Baviera, em 1781, e obteve o doutorado em teologia na Universidade de Würzburg, em 1806. Ali trabalhou como médico por alguns anos, fazendo pesquisas na área de fisiologia, anatomia e zoologia. Esteve na França e na Itália travando contato com vários naturalistas do seu tempo e aprofundando sua formação. Em 1811 foi reconhecido por seus trabalhos de história natural, sobretudo de zoologia, obtendo posto acadêmico em Múnico. Conheceu Carl von Martius em 1812 e com ele integrou a missão científica austríaca enviada ao Brasil em 1817. Em dezembro do mesmo ano partiu para São Paulo, na companhia de Thomas Ender e de von Martius, com o objetivo de conhecer o interior do Brasil, numa viagem em que ao longo de 1400 milhas, percorreu Minas, Bahia, Goiás, o sertão pernambucano, Piauí, Maranhão, Belém e parte da Amazônia resultando no livro *Reisen in Brasilien* (1817-1820) ou *Viagem pelo Brasil* publicado em parceria com Martius. Spix contraiu malária nessa viagem e teve que abandonar a expedição. De volta a Europa, reassumiu seu posto acadêmico. Faleceu em 1826, em Munique (VAINFAS, 2008, p. 256).

¹¹ Carl Friedrich Philipp Martius nasceu em Erlangen, Alemanha, a 17 de abril de 1794. Seu pai era o boticário Ernest Wilhelm Martius, co-fundador, em Regensburg, da Sociedade Real de Botânica. Em 1810, com 16 anos, matriculou-se na Universidade Fredericus Alexander para estudar medicina, interessado no estudo das ciências naturais, e ali foi aluno de diversos naturalistas alemães formados na tradição das Luzes. Em 1814 obteve o diploma de doutor e a convite da arquiduquesa Leopoldina chegou ao Brasil integrando a missão científica austríaca em novembro de 1817. Em dezembro do mesmo ano deu início a viagem pelo interior do Brasil em parceria com Von Spix resultando no livro *Reisen in Brasilien* (1817-1820) ou *Viagem pelo Brasil*. Regressou a Munique em 1820 recebendo do rei da Baviera a concessão da cruz de cavaleiro da Ordem do Mérito Civil. Foi também nomeado membro ordinário da Academia das Ciências e diretor do Jardim Botânico de Munique além de catedrático de botânica na universidade, cargo que ocupou de 1826 a 1854. Faleceu em Munique, vítima de pneumonia em 1868 (VAINFAS, 2008, p. 459-461).

Paulo José da Silva Gama (1811-1819) para manter o bem estar e a tranquilidade da capitania.

No entanto, o principal aspecto do relato dos naturalistas para esse trabalho diz respeito às mudanças que podem ser verificadas em relação ao relato de Henry Koster, feito oito anos antes. Nesse sentido, Spix e Martius contabilizam a população ludovicense como sendo de 30.000 pessoas (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 288), número bem acima dos 12.000 percebidos pelo viajante britânico, o que demonstra – mesmo considerando as dificuldades para tal estimativa - um crescimento populacional repentino da cidade. Com relação a essa população, notam a presença de muitos portugueses e uma grande quantidade de negros (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 298).

Diferentemente de Koster, que chamou atenção para o vício em jogos em detrimento da leitura (KOSTER, 2002, p. 311-312), Spix e Martius reforçam o “tom seguro e educado da sociedade”, fruto da educação das mulheres e do hábito das elites em mandarem seus filhos estudarem na Europa. A diferença de percepção dos naturalistas em relação à Koster é tão grande, que enquanto este último afirmou claramente que não se poderia sustentar uma conversa por muito tempo com uma mulher maranhense, Spix e Martius afirmam:

(...) As mulheres do Maranhão, além da louvável modéstia e virtudes domésticas, também possuem um espírito, ilustrado por muitos conhecimentos, e mostram-se, daí em relação aos homens, numa independência cheia de dignidade, que mais e mais lhes dá o direito, assim como as suas irmãs europeias, de imprimir sua influência na sociedade. (...) (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 299)

Em que pese uma enorme quantidade de variáveis que podem ter afetado esses olhares, os relatos desses três viajantes apontam, em um curto espaço de tempo, para importantes modificações na cidade de São Luís. Para conseguirmos vislumbrar melhor essas mudanças, principalmente no que se refere aos indicadores econômicos da capitania, tais como produção, importação, exportação e fluxo portuário, bem como o crescimento demográfico que acompanhou essa dinamização comercial, recorro à obra *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, escrita em 1822, pelo engenheiro português Antônio Bernardino Pereira do Lago¹².

¹² Antônio Bernardino Pereira do Lago era tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros e graduado por uma das muitas academias criadas em Portugal no final do século XVIII. Lago desembarcou no Brasil em 1805, prestando serviços em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Veio para o Maranhão no governo de Pinto da Fonseca (1819-1821) para o qual produziu roteiros, mapas, estatísticas e observações meteorológicas. Interessou-se também por temas referentes à administração pública, agricultura, fauna, comércio, indústria, etc. (GALVES, 2010, p. 49-50).

Segundo Lago (1822, p. 55), o comércio no Maranhão, praticamente nulo, começou a dar seus primeiros passos no século XVIII, a partir da liberdade concedida aos índios em 1755 e da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão¹³, instalada em 1756; no entanto, o verdadeiro divisor de águas da história comercial maranhense teria sido a abertura dos portos¹⁴, inaugurada pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

Para o historiador Jerônimo de Viveiros (1954, p. 99), na obra *História do Comércio do Maranhão*, escrita já no século XX, com a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1777 o comércio teve liberdade de importar diretamente da metrópole lusitana, mas como os negociantes não quiseram se expor ao risco desse tipo de negócio criaram um novo sistema mercantil, cuja principal característica era a presença de comissários que recebiam os artigos europeus remetidos pelos comitentes e enviavam a Portugal os gêneros que lhes pediam¹⁵. Ainda segundo Viveiros (1954, p. 99), através de novo sistema poucos eram aqueles que negociavam, entre estes se encontram José Gonçalves da Silva, Meirelles e Ferreira & Cia.

Tal situação fazia com que o comércio não progredisse, uma vez que como os comissários eram obrigados a seguir cegamente as ordens dos negociantes que pagavam sua comissão, não podiam carregar outros gêneros senão aqueles que lhes pediam. Para sanar esse mal a colônia se encheu de comissários volantes, também chamados de

¹³ De acordo com Sheila de Castro Faria (2001, p. 127-130) a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi criada pelo Marquês de Pombal em 1755, com sede em Lisboa. Suas prerrogativas consistiam no monopólio do abastecimento da região, do comércio e da navegação além de possuir o direito de navegar para a África e manter feitorias na costa para a provisão de escravos. O Estado, por sua vez, forneceria meios materiais como prédios, estaleiros, armazéns e demais edificações para que se instalassem, além de agraciar os acionistas com foros e privilégios de nobreza. Diante da reação dos prejudicados, Pombal respondeu com prisões e reprimendas oficiais. Foi extinta em 1777, no reinado de D. Maria I. De acordo com César Marques (1870, p. 149), seu capital era de 445.600 réis e estava dividida em 1,164 ações de 400 réis cada. Segundo o mesmo autor, entre os benefícios prestados conta-se o fornecimento aos lavradores dos meios próprios da lavoura, como escravos, ferramentas, mantimentos, e algum dinheiro para custeamento do primeiro ano.

¹⁴ Os termos da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 que abriram os portos às “nações amigas” foram inspirados por José da Silva Lisboa (futuro visconde de Cairu), simpatizante dos princípios liberais de Adam Smith. Na carta régia, D. João ordenava em caráter provisório que, primeiro, fossem admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas ou em navios da real coroa ou em navios dos vassallos, pagando por entrada 24%, e segundo, que não só os vassallos de Portugal, mas também os estrangeiros pudessem exportar para quaisquer portos em benefício do comércio e da agricultura, à exceção do pau-brasil, ou outros produtos estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitânicas, suspendendo-se todas as leis, cartas régias, ou outras ordens que até então proibiam o recíproco comércio entre o Brasil e os estrangeiros. Rompeu-se, assim, a base sobre a qual se assentava o domínio metropolitano – o monopólio do comércio. É ponto indiscutível, na historiografia, que a abertura dos portos beneficiou a Inglaterra, mentora da transferência da corte portuguesa para o Brasil (FARIA, 2008, p. 18-19).

¹⁵ Entre esses produtos estavam os livros. No capítulo 2, tratarei dos livros submetidos a Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço.

atravessadores, que ao fazerem concorrência com o comércio local retardou as contas e vendas deste (VIVEIROS, 1954, p. 100)¹⁶.

Apesar desse quadro, este autor é enfático ao afirmar que no final do século XVIII o comércio maranhense com a metrópole lusa estava regularmente estabelecido (1954, p. 102). Jerônimo de Viveiros, assim como Lago, apresenta os indicadores econômicos maranhenses pós-abertura dos portos e afirma:

No século seguinte (século XIX), porém, com a abertura dos portos ao comércio das nações amigas (1808), entramos em contato direto com a Inglaterra e depois com a França, e aprendemos a apreciar o conforto inglês e o luxo francês. Do luso esquecemos os hábitos. Daí mudar o panorama econômico (VIVEIROS, 1954, p. 103).

As consequências da abertura dos portos também foram percebidas por Ana Rita de Sousa Gaioso que ao prefaciar, em 1818, a obra de seu marido Raimundo de Sousa Gaioso, *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*, ressaltou o aumento da movimentação portuária na capital maranhense:

Agora porém que debaixo das benignas providencias de V. Mag., **tem crescido o seu importante comércio, já não é aquele porto em que de um a outro ano se via entrar algum navio com desígnio de carregar em outra parte; vê-se presentemente um porto frequentado de embarcações nacionais, e estrangeiras**, destinadas a exportação dos preciosos efeitos que levam para as grandes praças comerciantes da Europa, e que constituindo os maiores interesses dos habitantes deste país, faz com que aplicados á cultura das terras que desmontam, e cultivam com louvável emulação, delas tirem as vantajosas utilidades, que tem feito distinto, e conhecido o seu fertilíssimo terreno entre as nações estrangeiras (GAIOSO, 1970, p. ij) (negrito meu).

Nesse sentido, Lago (1822, p. 113), ao nos apresentar os dados estatísticos da província¹⁷, nos mostra que o valor das exportações maranhenses entre 1812 a 1817 era de 13:570:301,883 réis; já entre 1818 e 1821, era de 9:724:194,713 réis. Tais marcas são impressionantes se comparadas aos valores anteriores a abertura dos portos, como

¹⁶ Também se constituía como embaraço para o comércio maranhense da época a falta de meio de remessa de dinheiro, uma vez que a travessia oceânica era perigosa. Esta situação, junto à ausência absoluta de estabelecimentos bancários, fez que a forma mais segura para as remessas de numerários fosse as letras de Portugal para São Luís e de São Luís para Portugal, bem como os saques do Tesouro Real sobre a Provedoria da Fazenda. Outro entrave para o desenvolvimento comercial maranhense pós-extinção da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão era a ausência de correios regulares, uma vez que a primeira repartição de correio maranhense foi criada apenas em 1797, quando o governador D. Fernando de Noronha representou ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho a necessidade de sua instalação na capitania (VIVEIROS, 1954, p. 100).

¹⁷ A partir de setembro de 1821, por decisão das Cortes portuguesas, a denominação *capitania* foi substituída por *província*.

demonstra César Marques (1870, p. 143) ao apresentar os dados referentes à exportação entre 1792 a 1796 que somam 4:803:103,971 réis.

O aumento das exportações maranhenses se deu principalmente a partir de dois produtos: o algodão e o arroz. Entre 1812 e 1816, o Maranhão exportou 1:420:966 arrobas de algodão para outras nações, entre os quais 335:887 somente para Lisboa e 1:618:738 para a Inglaterra. Já entre 1817 e 1821, foram 1:757:113 arrobas do mesmo produto exportado para as demais nações entre os quais 451:032 para a capital lusitana e 1:720:637 para portos anglo-saxônicos (LAGO, 1822, p. 108-109).

A grande quantidade de algodão exportado pelo Maranhão também foi notada por Henry Koster durante sua passagem pela capital maranhense ao apresentar dados acerca dos navios que saíam do porto ludovicense. De acordo com Koster (2002, p. 318), entre 1809 a 1815, 448 navios saíram de São Luís levando somente este produto, o que equivale a uma média de 64 navios por ano. Com relação à quantidade foram exportadas 381:215 sacas de algodão, das quais 290:807 só para a Inglaterra.

No entanto, o aumento dos números das exportações também pode ser visualizado em relação a outros artigos que compunham o quadro de exportações maranhenses como os atanados¹⁸ que de 5:550 arrobas vendidas em 1812 passaram a vender 28:921 em 1821; já a exportação de couros secos e salgados aumentou de 9:457,14 arrobas em 1812 para 41:073 em 1821; de vaquetas¹⁹, de 2:474,25 em 1812 para 19:264 em 1821, e de goma, de 5:610,85 em 1812 para 6:404 em 1821 (LAGO, 1822, p. 110).

O crescimento comercial alterou também as importações da capitania, que entre 1812 a 1817 alcançou como valor 1:663:626,020 réis (LAGO, 1822, p. 118). Este valor é bem maior que os apresentados entre 1792 a 1795, que foram de 839:835,840 réis (MARQUES, 1870, p. 143). De acordo com Lago (1822, p. 116), os principais produtos que compunham o quadro de importações maranhenses entre 1812 e 1822 eram: seda, linho, algodão, lã, chapéus finos, chapéus grossos, fato²⁰ e calçados, móveis, aguardente, vinho, farinha de trigo, bacalhau, manteiga e queijos.

Em todos esses produtos é possível perceber um aumento progressivo dos números de importações, com destaque para: “seda portuguesa”, que aumentou de 12:250,420 réis entre 1812 a 1817 para 14:634,625 entre 1817 e 1822; “seda

¹⁸ Atanados consiste em sola ou couro preparado (MARQUES, 1870, p. 34).

¹⁹ Trata-se de couros macios usados para fazer forros (FERREIRA, 2008, p. 807).

²⁰ Roupas, vestuário (FERREIRA, 2008, p. 398).

estrangeira”, de 14:056,060 réis para 22:571,520 réis; “linho português”, de 29:723,480 réis para 41:776,216 réis; e “linho estrangeiro”, de 120:768,112 réis para 168:261,274 réis (LAGO, 1822, p. 118).

Ao tratar dos lucros obtidos no comércio maranhense entre 1796 a 1811, Arruda (1980, p. 566-570, apud ASSUNÇÃO, 2010, p. 148) afirma que a lucratividade das exportações de algodão era de 65% e a de arroz era de 101%, já os rendimentos das importações de produtos europeus era mais baixa, situando-se entre 12 a 51%.

Assim como Koster e Spix e Martius, Lago descreve a cidade de São Luís não se prendendo somente a variáveis econômicas. Assim Lago (1822, p. 56) nos apresenta uma cidade em um verdadeiro processo de urbanização, possuindo 54 casas de comércio nacionais (portuguesas) e quatro estrangeiras, sendo que das casas portuguesas a que mais despacha é a de Antônio José Meireles Ferreira & Cia que em 1821 pagou 65:955,121 réis de direitos de seus gêneros e efeitos na inspeção do algodão e alfândega; das casas estrangeiras, a de Robert Hesketh & Cia (pertencente ao cônsul britânico) pagou 37:258,245 réis no mesmo ano. Há diferentes máquinas de descascar arroz, de descarregar algodão, de fazer açúcar, de destilação e tecer pano de algodão no qual a força motriz de todas é o braço escravo; contabiliza também 1.435 prédios urbanos.

Como se percebe, o grande *boom* comercial maranhense provocado em grande parte pelo comércio do algodão atraiu investimentos ingleses para a capitania. Sobre o assunto, Matthias Assunção afirma que a grande proporção tomada pelo comércio maranhense nesse início de século gerou o estabelecimento de diversos comerciantes ingleses (ASSUNÇÃO, 2010, p. 149), fato também ressaltado por Mário Meireles:

A par da lavoura, com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, instalou-se em São Luís um forte comércio, de princípio principalmente exportador, e logo açambarcado, desde 1812, por um sem-número de firmas inglesas (MEIRELES, 2001, p. 257).

De acordo com Viveiros (1954, p. 122), o comércio inglês se instalou no Maranhão a partir de 1811, ano no qual mantinha apenas duas casas comerciais; já em 1812, o número de firmas inglesas aumentou para 19²¹. Com elas, veio o primeiro

²¹ São elas: Wellstood & Bingham, Heskethe, Wilson & Cia, Paterson, Lillie & Cia, Ely Hill, Henrique e João Moon & Cia, Haddon Clark & Cia, Inglis Neilson & Cia, Henrique Season, Ryder Gunston & Cia., Fernando Bieber & Cia, Bolly Chavanes & Cia., B. Hocart & Cia, W. Granger, Setimus Sumnes, Joseph Willcox, James Johnstone & Cia, George Turner & Cia (VIVEIROS, 1954, p. 122).

cônsul, Robert Hesketh²², que “entrou no Maranhão como se estivesse pisando em fazenda de feitoria inglesa” (VIVEIROS, 1954, p. 122) confiado não só no predomínio britânico na política lusa, como também na proteção que D. João havia concedido aos súditos deste país.

No que diz respeito à atuação desse diplomata, em 1816, Hesketh representou ao governador da capitania a necessidade de criar no Maranhão um Juiz Conservador²³ tendo em vista o grande concurso de navios britânicos no porto de São Luís e as muitas transações mercantis entre os ingleses e os comerciantes da praça da capitania (VIVEIROS, 1954, p. 125).

De acordo com Alysson Andrade (2014, p. 62), a presença de um cônsul inglês na capital maranhense aponta para a importância que a capitania estava tomando em relação não só às outras porções da América portuguesa, mas também em um âmbito mais global, devido ao comércio internacional no qual a capitania passava a fazer parte naquele período. A instalação desse consulado, além de expor as necessidades de defesa dos interesses britânicos, potencializados pela abertura dos portos e pelos tratados de comércio com a Inglaterra, sugeria as peculiaridades que esse comércio tinha em relação às outras localidades da América Lusa (ANDRADE, 2014, p. 62).

É de se ressaltar que um dos muitos indicativos que também apontam para a urbanização experimentada por São Luís nesse início do Oitocentos diz respeito à instalação do Tribunal da Relação²⁴, em 1813, uma vez que sua presença atraiu

²² Segundo Ian Sargen (2009 apud ANDRADE, 2014, p. 61-62), Robert Hesketh nasceu na cidade do Porto, em Portugal no dia 7 de julho de 1789 (batizado em uma igreja anglicana em Portugal em 7 de dezembro de 1789), filho de John Hesketh e Louisa Ann Hesketh, e faleceu no dia 24 de maio de 1868 em Marylebone, Middlesex, Grã-Bretanha. Seu pai era comerciante de vinhos na empresa Offley, Campion, Hesketh & Co, fazendo o trabalho de exportação destes para Liverpool, na Grã-Bretanha, cidade onde ele nascera. Após a invasão napoleônica a Portugal, John Hesketh e sua família retornam para Liverpool. Nesse período, Robert Hesketh inicia um trabalho como exportador de algodão para Liverpool. Esse emprego o propiciou habilidades para atuar como comerciante, sendo que, posteriormente, funda a empresa Hesketh & Wilson, no Maranhão. Todavia, logo ganha uma nova função: foi designado para ser cônsul da Grã-Bretanha em uma área que cobria basicamente todo o norte da América portuguesa. Robert Hesketh permaneceu como cônsul no Maranhão até 1832, quando é designado para atuar como cônsul britânico no Rio de Janeiro, posto no qual permaneceu até 1852, quando retornou para a Grã-Bretanha (Southampton), após quase quarenta anos trabalhando como cônsul na América do Sul. Faleceu em 1868, sendo enterrado na Jesus Chapel.

²³ Possivelmente Francisco de Paula Pereira Duarte (ANDRADE, 2014, p. 71).

²⁴ De acordo com Maria de Fátima Gouvêa (2001, p. 562-563), o Tribunal da Relação “constituía-se no principal tribunal superior criado na América portuguesa, estabelecido primeiramente na Bahia, no século XVII. Foi frequentemente denominado Relação do Brasil, organizado conforme os modelos estabelecidos em Portugal pela Casa da Suplicação, em Lisboa, e pelo Tribunal da Relação do Porto. Servia de corte de apelação, mas estava subordinado à Casa da Suplicação, onde se podia apelar em última instância”. A primeira tentativa de criação de um tribunal desse tipo na América Portuguesa ocorreu na Bahia em 1588, mas a medida não prosperou logrando êxito somente em 1605. Serviu como mais alto e único tribunal da justiça da América Portuguesa até 1752, quando foi criado um segundo tribunal no Rio de Janeiro.

inúmeros advogados ou outras pessoas com formação em Direito, ambos demandaram uma literatura mais específica desta área, como será analisado nos capítulos seguintes. O estabelecimento de tal instituição jurídica é significativo das mudanças e da importância que São Luís vinha progressivamente adquirindo, pois de acordo com Gouvêia (2001, p. 565):

Sua importância [do Tribunal da Relação] era fundamental na arquitetura administrativa da colônia, sobretudo por que a soberania do rei era fundamentada na teórica delegação divina da aplicação da justiça, definindo-se a primazia do Estado sobre o direito, do rei sobre a lei²⁵.

²⁵ De acordo com Marques (1870, p. 531) o Tribunal da Relação do Maranhão foi criado através da resolução régia de 23 de agosto de 1811, substituindo a Junta de Justiça. Foi instalado dois anos depois, provisoriamente na Casa da Câmara, até se mudar para um prédio próprio, em 1818.

2. Os livros em circulação

Diante de todo crescimento que a cidade de São Luís passava entre o final do século XVIII e o início do século XIX, como já observado, ressalto aqui o aumento do número de livros em circulação. A percepção destes impressos circulantes se dá pelas mais variadas formas: através do crivo de órgãos censores portugueses (Real Mesa Censória e Mesa do Desembargo do Paço); pela atividade tipográfica iniciada na província a partir de 1821; pelos impressos colocados em circulação pelo Conselho Presidencial; pela assinatura do *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* por pessoas radicadas no Maranhão e pelos anúncios de livros presentes nos primeiros periódicos maranhenses. Por uma questão metodológica tratarei neste capítulo dos quatro primeiros itens e no terceiro capítulo, especificamente, dos anúncios.

2.1 Onde a censura é a lei: a Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço

A Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço são órgãos vinculados à censura portuguesa. Por conta disso é necessário entendermos um pouco mais o mecanismo censor exercido no reino luso. Deste modo, de acordo com Luiz Carlos Villalta (1999, p. 148), a censura era exercida em Portugal, desde 1517, pelo Ordinário, composto por juízes eclesiásticos existentes em cada diocese. No entanto, com a Contra-Reforma, esta atividade deixou de ser monopolizada por esse grupo para ser praticada também pela Inquisição a partir de 1536 e pelo Desembargo do Paço a partir de 1576, constituindo-se assim a Censura Tríplice, formada pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço, com os dois primeiros órgãos religiosos e o último secular.

Até o ano de 1768, a atuação destes órgãos parecia ineficaz, o que levou o rei D. José I, sob influência do Marquês de Pombal e levando em consideração o que ocorria em outras cortes europeias, a reunir as três repartições em uma só junta privativa, a Real Mesa Censória, composta por um presidente e sete deputados (ABREU, 2003, p. 21-23). Segundo Romário Basílio (2014, p. 33), a intenção de Pombal ao incitar o rei D. José a criar esse novo órgão era a de tirar as prerrogativas censórias do clero e passá-las para as mãos do Estado, no entanto, este órgão ainda contava com religiosos entre seus membros²⁶.

²⁶ Para este autor (2014, p. 34), existem dois eixos de interpretações principais em torno das motivações de Pombal ao criar a Real Mesa Censória: o primeiro, defendido por historiadores liberais anti-partidários

De acordo com Villalta (1999, p. 156), a instalação da Real Mesa Censória não só serviu ao governo pombalino para retirar parte do poder que estava nas mãos dos inicianos, mas também houve nessa Mesa uma preocupação obsessiva com “os ventos mais radicais da Ilustração”:

As ideias de alguns pensadores da Ilustração punham em risco o delicado equilíbrio que o Reformismo Ilustrado procurava manter entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de seus possíveis efeitos: a contestação do absolutismo e do sistema colonial. Por isso, mereceram o repúdio veemente do aparato censório luso, que publicou vários editais interditando a circulação e a leitura de escritos que o disseminavam.

Com a morte de D. José I e a posterior ascensão ao trono de sua filha D. Maria I, a Real Mesa Censória foi substituída no ano de 1787 pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, que manteve as mesmas determinações (ABREU, 2003, p. 23). Para Villalta (1999, p. 157), apesar dessa iniciativa do governo mariano não visar um rompimento com a política exercida no reinado do pai da então soberana, esta atitude implicou em recuo, mais teórico do que prático, do ímpeto secularizador e regalista que guiou o governo anterior.

Já em 1794, a Real Mesa é extinta e suas atribuições voltam a serem exercidas pela censura tríplice, com uma preponderância cada vez maior do Desembargo do Paço em relação aos outros dois órgãos, que juntos compunham o Santo Ofício (VILLALTA, 1999, p. 159). Com o início da regência de D. João, em 1792, não ocorrem mudanças substanciais nas estruturas censórias vigentes e estas serão transferidas com a família real para o Brasil em 1807; por meio de um decreto de 1808, o príncipe regente torna o Desembargo do Paço o órgão responsável pelo controle censório de papéis no Brasil (BASÍLIO, 2014, p. 36).

A atuação da Real Mesa Censória produzia uma demanda social por autorizações para remessas de livros, e como esse órgão possuía prerrogativa oficial para atuar em todas as etapas referentes à circulação de livros em Portugal e em suas colônias: “a documentação preservada que permite mapear tanto essas ‘gentes do livro’ quanto os impressos lançados ao mar em direções variadas, está alocada em fundos diversos” (BASÍLIO, 2014, p. 37).

do ministro, como Fortunato de Almeida (2005), Caetano Beirão (1934) e Lúcio Azevedo (1922), afirma que essa atitude fora uma reação do então Conde de Oeiras contra os jesuítas, pois estes seriam um obstáculo efetivo contra as suas determinações despóticas; já o segundo eixo, representado por autores conservadores, partidários do ministro, como Antonio Ferrão (1928), Luz Soriano (1867) Latino Coelho (1905) e Teófilo Braga (1885), enxerga a atitude de Pombal como algo útil para a modernização da sociedade portuguesa.

No que consiste ao trânsito dessas obras entre Portugal e Maranhão, esse autor afirma que:

O caminho desde Lisboa era o mesmo: se submetia o inventário das obras, com maior ou menor quantidade de informação (cidade de impressão, ano da edição, quantidade por título), de acordo com as exigências dos editais do mesmo órgão, e aguardava-se a liberação da licença. Para a liberação da carga, em qualquer das alfândegas do Império, a licença era pré-requisito para a posse, logo, seu deferimento era esperado, pelo menos, poucos dias após a submissão (BASÍLIO, 2014, p. 37).

Pelos registros preservados pela Real Mesa Censória, o Maranhão possui a quarta maior quantidade de remessas para a América portuguesa²⁷ em um intervalo que vai de 1773 a 1826; já na documentação do Desembargo do Paço: Cortes, Extremadura e Ilhas, há 18 petições, e o intervalo é de 1807 a 1832. Como se percebe, mesmo após a independência do Brasil em 1822 e posterior “adesão” do Maranhão, em 1823, muitos cidadãos radicados na província continuavam pedindo autorização aos órgãos censores portuguesa para remeterem livros.

Para Basílio (2014, p. 39), esses pedidos de autorização presentes nos órgãos portugueses até 1832 (caso do Desembargo do Paço) têm três motivações principais: 1) a permanência de estruturas e formas burocráticas da ex-metrópole no Maranhão, mesmo após a “adesão”; 2) a proximidade de Maranhão com Portugal durante os séculos XVIII e XIX; e 3) a presença de grandes mercadores portugueses na Praça de São Luís, mesmo após o rompimento institucional ocorrido em 1823.

Neste sentido, de acordo com os registros da Real Mesa Censória²⁸, entre os anos de 1821 e 1826 (tomo aqui somente o recorte temporal que coincide com a instalação da Tipografia Nacional do Maranhão, e não o da documentação), 19 pessoas fizeram 29 petições de livros para serem enviados para o Maranhão. Entre elas, cito: Antonio Francisco da Silva, que remete para o Maranhão em 26 de fevereiro de 1821, 24 *Folhetos de Instruções de Infantaria*, 12 *Folhetos de Manobras da Infantaria*, 24 *Folhetos de Marchas de Continências* e 24 *Folhetos de Regulamentos de Milícia*; João Pedro de Carvalho, que remete entre outras obras, 15 volumes de *Historia de Clara Arlowe*, 8 volumes de *Mil e uma noites*, 6 volumes de *Vida de D. Quixote*, 5 volumes de *Poesias de Camões* e 4 volumes de *Vida de Robson Crusôe*, *Victor ou O Menino da Selva*, e *O jovem Siciliano*.

²⁷ De acordo com Márcia Abreu (2003, p. 27) são 350, já para Romário Basílio são 336 (2014, p. 39).

²⁸ Todas as referências a Real Mesa Censória pertencem ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, caixa 159.

Manoel Domingues Santos manda remeter 5 volumes de *Ordenações e Repertorios*, 6 volumes de *Systemas de Regimentos*; Bento Jozé Rodrigues manda remeter 4 volumes de *Prazeres da imaginação*, além de edições da *Biblia Sagrada*, *Dicionario da Biblia*, *Principios da Imaginação*, *Filosofia por Amor*, *Historia dos Milagres do Rozario* e etc.; João Domingues Santos manda 10 volumes da obra *Recreação Filosofica*, 6 volumes de *Viagens de Antenor* e 4 volumes de *Historia das Conquistas dos Portuguezes*.

Jacinto Jozé da Cunha manda remeter 4 volumes de *Prazeres da Imaginação*, mesma obra enviada por Bento Jozé Rodrigues, mais 3 volumes de *Cartas physico-mathematicas*, 5 volumes de *Dicionario de Agricultura por Rozier* e 4 volumes de *Annaes das Sciencias e das Artes*; Henrique Midofi envia para São Luís 40 *Folhetos de Observações de Commercio*, 40 *Considerações importantes sobre Papel Moeda* e 150 *Cartas de um periodiqueiro*; Fernando Joze de Aquino remete para São Luís 12 volumes de *Voz do Pastor e Exemplares*, 6 volumes de *Cathecismo Pequeno de Montpellier*, 6 volumes de *Horas Marianas*, 6 volumes de *Perfeito Penitente*, 15 volumes de *Theologia de [sic]* e 18 volumes de *Obra de Cozet [?]*; já Domingos Fontes remete para o Maranhão 6 volumes de *D. Quixote de La Mancha* e Antonio Jozé Pinto remete para o Maranhão 4 volumes de *Piolho Viajante*, 4 volumes de *Thesouro de Meninas* e 23 volumes de *Eva & velho testamento*.

Outro remetente de livro foi o comissário volante de grande expressão Manoel Antonio Teixeira da Silva²⁹, maior requerente de envio de livros para o Maranhão, de acordo com os registros desse órgão. Com petições encontradas entre 1799 e 1826, durante o período de 1821 a 1826 Teixeira da Silva remeteu para o Maranhão, entre outros livros: 4 volumes de *O Piolho Viajante*, 8 volumes de *Curso de Mathematica*, 6 volumes de *Architectura Militar*, 10 volumes de *Historia dos Judeos*, 5 volumes do *Diccionario de Rozier*...

Com relação a alguns dos remetentes, Antonio Francisco da Silva e Jacinto Jozé da Cunha eram sócios ou correspondentes de Antonio José Meirelles, rico comerciante maranhense (MEIRELLES SOBRINHO, 1822, p. 1 apud GALVES, 2010, p. 124); já Antonio Jozé Pinto, que em duas petições remeteu 63 volumes de 18 títulos diferentes, era comerciante em São Luís e aparece como um dos assinantes do jornal *O Conciliador do Maranhão* (GALVES, 2010, p. 123; 348).

²⁹ Estudos sobre a trajetória desse comerciante foram feitos por Romário Basílio (2013; 2014).

Através da documentação preservada pela Mesa do Desembargo do Paço: Cortes, Extremadura e Ilhas, levando-se em consideração somente o recorte de 1821 a 1832, é possível perceber que 5 pessoas fizeram 5 petições. De acordo com esses registros, em 1827 Gaspar Angelo da Costa Madeira manda remeter para o Maranhão uma *Cartilha do Mestre Ignácio* e duas *Taboadas para os meninos*; os irmãos Martin mandam remeter, nesse mesmo ano, 7 volumes de *Academia dos Humildes*, dois volumes do *Diccionario dos Homens Ilustres* e um volume de *Concordatia Bibliorum, Compendio do Antigo e Novo Testamento* e etc.; Feliciano Jozé Collares manda remeter em 1830, 33 volumes das *Obras de Lobão*, 7 volumes de *Pegar Forense*, 7 volumes de *Ordenações e Repertorios*, 5 volumes de *Coleção de Leis*, 3 de *Appendice ás Primeiras Linhas Civis* e etc.; já Jacques Antonio Orcel manda remeter no mesmo ano 4 volumes das *Orações de Cícero*³⁰ e 4 de *Opera de Ovídio* e etc.; em 1832, Antonio Silveira Maciel manda remeter ao Maranhão 5 volumes de *Collecção de Leis extravagantes*, 2 volumes do *Dicionário Português de Moraes* e etc.

Essas informações nos permitem algumas considerações. Em primeiro lugar, pontuo que, apesar de não haver nenhuma certeza de que tais obras foram mesmo comercializadas em São Luís naquele período, a quantidade de uma mesma obra sendo remetida por uma mesma pessoa nos leva a considerar tal hipótese. Esta ideia também é reforçada pelo fato de que algumas obras remetidas tiveram sua venda anunciada nas páginas de alguns periódicos maranhenses, conforme será analisado com mais detalhes no capítulo seguinte.

Em segundo lugar, é importante observar que a simples existência de uma documentação que afirma haver essa grande quantidade de livros sendo remetida aponta para uma crescente demanda por cultura escrita, e nesse caso, impressa, na São Luís da década de 1820.

De acordo com a documentação encontrada nesses órgãos censores, entre as obras mais remetidas encontram-se: *Cartilhas e Arte de Escrita de Ventura*, com 72 volumes enviados por Manoel Antonio Teixeira da Silva em 12 de dezembro de 1825, *Viajante Universal* que teve 52 exemplares enviados por João Pedro de Carvalho em 6 de junho de 1821, *Folhetos de Observação de Comércio e Considerações importantes sobre o Papel Moeda*, com 40 cópias cada enviadas por Henrique Midofi em 9 de maio de 1821, *História de Theodosio, O Grande*, com 37 volumes enviados por João

³⁰ Na documentação, a obra está escrita em latim: *Ciceronio Orationes*.

Domingues Santos em 2 de abril de 1821 e *Obras de Lobão*, com 33 exemplares sendo remetidos por Feliciano Joze Collares, em 12 de janeiro de 1830. É importante notarmos também que *Horas Marianas*, apesar de possuir somente 19 exemplares remetidos para o Maranhão, circulou a partir de cinco remetentes diferentes: Francisco Archer, João Pedro de Carvalho, Fernando Joze de Aquino, Antonio Francisco da Silva e Manoel Antonio Teixeira da Silva.

Em relação a essas obras, *O Viajante Universal* é uma diminuição do título da obra *O Viajante Universal ou Notícia do Mundo Antigo e Moderno*, de autoria do escritor francês Antoine-Louis-Guillaume-Catherine Laporte³¹ (1776-1813). Esta mesma obra teve 51 volumes remetidos para Pernambuco através da Real Mesa Censória em 1799, por Bernardo Agostinho de Campos (VERRI, 2006, p. 175). Já *A História de Theodosio O Grande* ou *Historia de Theodosio o grande, escripta em francez para instrução do Delfim, por Mr. Flechier*, de autoria de Esprit Fléchier (1632-1710), é muito provavelmente a versão traduzida por Manoel de Sousa³² e impressa em Lisboa pela Tipografia Rollandiana em 1786 no formato in-oitavo³³ (SILVA, 1862, p. 461).

As *Horas Marianas* ou *Horas Marianas, ou officio menor da Sanctissima Virgem, etc., etc.* de autoria do frade Francisco de Jesus Maria Sarmiento³⁴ foi publicada originalmente em Lisboa em 1776 na Régia Oficina Tipográfica (SILVA, 1859, p. 396). De acordo com Innocencio Silva (1859, p. 396), *Horas Marianas* é uma obra popularíssima, que em 1796, 20 anos após sua primeira impressão, já possuía 19 edições publicadas, e em 1836 já estava na sua trigésima segunda edição. É importante

³¹ Cf. Site da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=R4C491394050F.48243&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1277059~!1&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Viajante+Universal&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1>>. Acesso em: 25/02/2015

³² Manuel de Sousa foi Capitão de infantaria com exercício de Engenheiro, Sócio da Arcadia Ulyssiponense. Foi celibatário e morreu sem deixar descendentes. Todos os seus escritos são traduções (SILVA, 1862, p. 112-113).

³³ As antigas folhas de papel, todas no formato de cerca de 3:4, quando dobradas geram relações de 2:3 e 3:4 em sequência, o quarto de folha é o in-quarto ou 3:4, o oitavo é in-oitavo ou 2:3 (TSCHICHOLD, 2007, p. 64-65).

³⁴ Francisco de Jesus Maria Sarmiento (1713-1790) nasceu na vila de Seixo em Coimbra com o nome original de Raimundo, mas que fora alterado devido a sua devoção a São Francisco. Formado Bacharel na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1732 ingressou na ordem dos Franciscanos através do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa. Eleito Commisario Visitador, foi consultor da Bulla da Cruzada e Examinador das três Ordens militares e Ministro provincial em 1777. Entre suas principais obras encontram-se *Thesouro Bíblico ou Dicionario Histórico e Etymologico dos Nomes Próprios, Províncias e Cidades, com suas respectivas interpretações* (1795); *História Geral da Igreja Cristã desde o seu nascimento até o fim do mundo* (1786), *Flos Scotorum abreviado* (1773) e *Horas Marianas* (1776) (SILVA, 1859, p. 394).

notarmos que *Horas Marianas* teve quatro volumes remetidos para Pernambuco pelo crivo do mesmo órgão censor, em 1796 (VERRI, 2006, p. 126).

A circulação de tais obras no Maranhão é indicativo claro do crescimento pelo qual a cidade estava passando em seus diversos aspectos, especialmente no âmbito comercial, como se percebe na grande presença dos *Folhetos de Observação de Comércio* e *Considerações importantes sobre o Papel Moeda*. É interessante observar também que o uso dessas obras se explica pelo fato de não existir, para a América portuguesa, uma legislação específica para o comércio, havendo apenas, nas Ordenações Filipinas, princípios norteadores; naquela época também se fazia uso do Código Comercial francês, de 1807 (FARIA, 2008, p. 143-144). Ademais, o comércio também se articula a uma língua escrita, formal, razão para a difusão de dicionários e gramáticas; já o Tribunal da Relação, instaurado no Maranhão em 1813, concentrou boa parte dos processos judiciais do norte e atraiu advogados, potenciais consumidores de uma literatura jurídica.

Mesmo com todas essas novidades, as *Horas Marianas* permaneceu entre os impressos mais recebidos nessas remessas, o que indica o forte caráter religioso dessa sociedade.

Ainda que em menor escala, também havia espaço para a circulação de romances, alguns deles best-sellers à época. Ressalte-se a remessa feita por João Pedro de Carvalho, em 10 de fevereiro de 1821: *Poesias de Valataros* (2 vol.), *Poesias de Belmiro* (3 vol.), *Poesias de Camões* (5 vol.), *Marília de Dirceu* (1 vol.) de Tomás Antônio Gonzaga, *Vida de Robson Crosuê* de Daniel Defoe (4 vol.), *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift (3 vol.), *O Jovem Siciliano* (4 vol.), *Historia de Clara Arlowe* (15 vol.), *Mil e Uma Noites* (8 vol.), *Paulo e Virginia* (1 vol.), *Historia da Virtuosa Portuguesa* (1 vol.), *Noites de Young* (2 vol.), dentre outros títulos.

Registre-se também o envio da obra *Os Prazeres da Imaginação*, de 4 volumes, remetida por Bento José Rodrigues, em 10 de março de 1821. Muito provavelmente, trata-se da obra de mesmo título, do escritor britânico Joseph Addison (1672-1719), publicada em fascículos no jornal *The Spectator* entre 21 de junho e 3 de julho de 1712, e que de acordo com Valdemar de Azevedo Ferreira (2002, p. 9) constitui um dos textos de mais duradoura repercussão no panorama da reflexão estética e teórico-literária do século XVIII, nas Ilhas Britânicas.

Na mesma petição, Bento José Rodrigues manda remeter um volume da obra *Meditação sobre a Paixão por Botelho*, no formato in-oitavo. Trata-se, provavelmente,

da obra *Meditações sobre a paixão de Jesus Cristo, e Santíssimo Sacramento da Eucaristia, divididas em semanas, etc.* de José de São Bernardino Botelho³⁵, impressa na Régia Oficina Tipográfica de Lisboa em 1790, contendo 143 paginas (SILVA, 1860, p. 275). É de se ressaltar que dois volumes dessa mesma obra foram enviados para Pernambuco em 1801, pela Viúva Bertrand & Filhos (VERRI, 2006, p. 246).

Outro livro de destaque também remetido por Bento José Rodrigues foi *Compilação de Providências sobre os expostos de Gouveia Pinto*, cujo título original é *Compilação das providencias, que a bem da criação e educação dos expostos ou engeitados se tem publicado, e se acham espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria de autoria de Antônio Joaquim de Gouvêia Pinto*³⁶. Esta obra chama atenção pela sua atualidade, já que foi impressa³⁷ no mesmo ano em que foi remetida para o Maranhão, em 1821.

Também figura entre os livros de extrema importância remetidos ao Maranhão - via Real Mesa Censória, no limite temporal do presente trabalho - a obra *Recreação Filosófica*, de Theodoro de Almeida³⁸, que teve 10 volumes no formato in-oitavo

³⁵ José de São Bernardino Botelho nasceu em Lisboa, em 20 de Maio de 1742, sendo filho de José Bernardo Pessoa, cavaleiro da Ordem de São Tiago, capitão mor e governador da ilha de Santo Antônio de Gorupá, na capitania do Pará, e de sua mulher D. Clara Josefa Seabra do Amaral. Concluído os seus primeiros estudos, entrou na congregação dos Cônegos seculares de São João Evangelista. Exerceu durante trinta e cinco anos o ministério paroquial, primeiro como Reitor da Igreja de São Romão de Villarinho e Celeiros, depois como Prior em Santa Maria da vila de Torres-novas; e por fim como Abade de São João de Gondar, de onde passou em 1802 ou 1803 para Cônego da Basílica patriarcal de Santa Maria-maior de Lisboa. Faleceu neste exercício aos 85 anos. Entre suas principais obras encontram-se para além de *Meditações sobre a paixão de Jesus Cristo* as seguintes: *Ecloga pastoril de Frondoso e Albina, dedicada a todos os curiosos de ambos os sexos* (1771); *Sobre a fundação da nova Universidade de Coimbra, feita por ordem de Sua Magestade Fidelíssima* (1772); *Salvação de todos os inocentes pela redenção de Jesus Cristo* (1822) e etc. (SILVA, 1860, p. 273-274).

³⁶ Entre suas principais obras encontram-se, para além da já citada, as seguintes: *Opúsculo gratulatorio ao Ill.mº e Ex.mo Sr. Marechal Beresford* (1811); *Manual de Apelações e Agravos* (1816); *Resumo Cronológico de vários artigos de Legislação pátria* (1818); *Memória sobre o verdadeiro direito e pratica das licitações nos inventários* (1819) e *Tratado regular e pratico de Testamentos e Sucessões* (1813) que teve sua venda anunciada em *O Echo do Norte* (n. 5, 17/7/1834, p. 20), como será visto no próximo capítulo.

³⁷ Pela Imprensa Régia de Lisboa, no formato in-quarto, contendo 52 páginas e três mapas (SILVA, 1867, p. 183).

³⁸ Theodoro de Almeida foi presbítero da Congregação do Oratório de Lisboa, sócio fundador da Academia Real de Ciências de Lisboa, membro da Sociedade Real de Londres, da de Biscaia e etc. Nasceu em Lisboa em 7 de janeiro de 1722, sendo filho de Ivo Francisco de Almeida e de Luísa Maria. Aos treze anos de idade, entrou na congregação do Oratório, onde estudou humanidades, geometria e física. Repartindo sua aplicação entre os estudos das ciências próprias do clero e os da natureza, fez nesta última notáveis progressos de sorte que aos vinte e quatro anos de idade foi nomeado substituto da cadeira de filosofia da sua congregação; e aos vinte e nove já era mestre efetivo publicando nessa época o primeiro tomo de *Recreação Filosófica*. Em 20 de junho de 1760 foi desterrado da corte de Lisboa pelo Marquês de Pombal, junto a outros fidalgos. Em setembro de 1768, Teodoro de Almeida estava residindo no Porto quando teve que se refugiar na França, onde permaneceu por dez anos empregando-se no ensino particular das ciências físicas e matemáticas. Retornou a Portugal em março de 1778, falecendo em 18 de abril de 1804 (SILVA, 1862, p. 301-302).

enviada por João Domingues Santos em 2 de abril de 1821, e contando com Antônio Rodrigues Toscano como procurador. O seu nome original é *Recreação filosófica ou diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*. Esta obra teve 10 tomos publicados e, de acordo com Innocencio Silva (1862, p. 302), o primeiro foi impresso em Lisboa em 1751 no formato in-oitavo, já os tomos II e III saíram em 1752 e o IV em 1757, o V em 1761, o VI e o VII em 1768, todos pela Oficina de Miguel Rodrigues. Já o tomo VIII, de 1792; o IX de 1793 e o X de 1799 saíram pelos prelos da Régia Oficina Tipográfica. Ainda de acordo com Silva (1862, p. 302), os primeiros volumes dessa obra foram publicados com o pseudônimo de “Theodosio Eugenio Silvio”.

2.2 Os impressos maranhenses

Outro caminho necessário para que a história da posse, comércio e circulação de impressos no Maranhão possa ser traçada passa pela trajetória da atividade tipográfica na província, uma vez que a criação da primeira tipografia em solo maranhense compõe o momento de ebulição política, econômica e social pela qual a cidade de São Luís vinha passando. Tal perspectiva vem ao encontro da ideia de Samuel Castellanos (2012, p. 126), ao afirmar que: “a tipografia como espaço de produção e distribuição de impressos no Maranhão marcou o início de uma atividade que transformou significativamente a vida da Província durante todo o Século XIX”.

A primeira tipografia surgida no Maranhão foi a Tipografia Nacional do Maranhão, criada em novembro de 1821 por ordens do então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca³⁹. Tal criação não expressou apenas um aumento pela demanda de impressos, mas também é consequência de um momento de turbulência política pelo qual a província vinha passando. Assim, para entendermos o surgimento desse tipo de atividade na província temos que compreender, ainda que brevemente, os motivos que levaram o governador a criá-la.

³⁹ A iniciativa oficial de criação de uma tipografia no Maranhão se difere do que vinha acontecendo nas outras províncias, em que o ponto de partida para a instalação de prensas era oriunda da iniciativa particular, como na Bahia, onde o negociante Manoel Antônio da Silva Serva recebeu aprovação para montar sua tipografia em 1811, mesmo ano em que editou o primeiro jornal baiano, *Idade de Ouro da Bahia*; e em Pernambuco, onde Ricardo Rodrigues Catanho obteve licença para montar sua tipografia em 1816 e mandou vir uma prensa da Inglaterra, mas devido a falta de pessoas habilitadas só instaurou sua tipografia em 1817, ano da Revolução Pernambucana (ABREU, 2008, p. 697-698).

Para Marcelo Galves (2010, p. 64) a partir de 1821 um novo ambiente político pode ser vislumbrado no Maranhão tendo em vista que nesse ano chegaram as notícias da formação de juntas de governo fiéis a Revolução do Porto⁴⁰ nas províncias do Grão-Pará e Rio Negro ocorrida em 1º de janeiro de 1821, e na Bahia ocorrida em 10 de fevereiro do mesmo ano. Tais notícias fizeram que em São Luís ocorressem disputas em torno da permanência ou não do então governador Pinto da Fonseca, que construía sua trajetória política no *Antigo Regime*⁴¹, e que agora se declarava fiel ao movimento liberal do Porto.

A partir desse momento, transparecem dois agrupamentos políticos, conflitantes sobre a permanência ou não de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca à frente do governo da capitania, mas favoráveis à adesão do Maranhão ao movimento constitucional. Estes passaram a se manifestar publicamente, corroborando a tese desse autor de formação de espaços públicos de representação política no Maranhão desse período. Fonseca se encontrava em uma posição delicada: de um lado estava rei D. João VI, representante do absolutismo que ainda não regressara a metrópole, e a quem Fonseca devia sua ascendente carreira militar; de outro, as novidades do momento (GALVES, 2010, p. 65). Desse modo, qualquer posicionamento político mais explícito do governador poderia lhe causar prejuízos políticos irreversíveis. Assim, diante da presença das tropas fiéis ao rei, mas também constitucionais, Pinto da Fonseca “respeitosamente aderiu” a Revolução.

⁴⁰ Movimento que eclodiu na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820 e que deu início a lenta agonia do Antigo Regime português. A revolução possuiu como núcleo militares, comerciantes e magistrados filiados ao Sinédrio, uma sociedade secreta formada em 1818 em torno de Manuel Fernandes Tomás e que serviu de instância de sociabilidade para a discussão das ideias que forneceram as bases do Vintismo. A dinâmica deste movimento explica-se pelo anseio de mudanças despertado em um momento de descontentamento generalizado em relação ao status político, econômico e social pela qual Portugal vinha passando e na crença dos benefícios advindos de uma Constituição. Em Portugal, a Revolução do Porto é considerada pela historiografia como parte de uma “revolução burguesa” ou como uma expressão dos anseios de uma “amalgama de classes”; já a historiografia nacionalista brasileira do século XIX ressaltava especialmente seu aspecto (re) colonizador e retrógrado. Entretanto, estudos do século XX apontam para a importância do movimento na consolidação das ideias liberais presentes na independência e no Império (NEVES, 2008, p. 391-393).

⁴¹ Levo em consideração nesse trabalho a definição de Antigo Regime construída por Guilherme Pereira das Neves e Ronaldo Vainfas (2000, p. 43-46). Para esses autores, trata-se de um rótulo adotado após a Revolução Francesa e usado pelos *Annales* para designar um período de tempo entre os séculos XVI e XVII no qual uma organização relativamente estável como a medieval se diluiu com o surgimento de dinâmicas como a mercantilização; a formação do Estado Moderno; a secularização do pensamento e o avanço da alfabetização. Segundo os dois autores, a sociedade do Antigo Regime define-se, no aspecto econômico, como uma sociedade essencialmente agrária, mas com um significativo aumento de importância atribuído ao comércio; no aspecto social, é caracterizada por contrastes entre os ambientes rurais e urbanos, ricos e pobres, analfabetos e letrados, e por privilégios; politicamente, prevalecia as tensões entre o poder central do rei que procurava se impor e os poderes locais tradicionais dos senhores leigos e eclesiásticos; por fim, com relação à mentalidade, era majoritariamente dominada pela religião.

Para Marcelo Galves (2010, p. 69) os motivos econômicos geraram um constitucionalismo de ocasião que permitiu a Pinto da Fonseca se tornar um “constitucional”. Em abril de 1821, ainda de acordo com o mesmo autor, os opositores políticos de Fonseca tentaram instaurar uma Junta Governativa para alterar as relações de poder na capitania, mas fracassaram, sendo deportados para Portugal. Estes opositores, dentre os quais se encontravam o major José de Loureiro Mesquita e o advogado Manoel Paixão dos Santos Zacheu⁴², se tornaram porta-vozes, em Portugal, dos maranhenses descontentes com o governo de Fonseca.

Desse modo, e percebendo que naquele momento “tomar a palavra” era o mesmo que “tomar o poder”⁴³, Fonseca instalou a primeira tipografia do Maranhão chamada de Tipografia Nacional do Maranhão⁴⁴ em 1821 e apoiou a circulação do primeiro jornal maranhense *O Conciliador do Maranhão*⁴⁵, objetivando, assim, “dirigir e retificar a opinião pública” (FONSECA, 1821 apud GALVES, 2010, p. 75).

De acordo com César Marques (2008, p. 864)⁴⁶, a comissão administrativa da tipografia nomeada por Pinto da Fonseca em 13 de novembro de 1821 era composta pelo desembargador José Leandro da Silva e Sousa como presidente, Lázaro da Silva Guimarães como tesoureiro e Antônio Marques da Costa Soares como diretor. Segundo esse mesmo autor, a tipografia deu início a suas atividades no dia 15 de novembro do referido ano e seus primeiros operários e únicos empregados eram: Francisco José Nunes Corte-Real que era compositor e recebia uma diária de 1.200 réis, Francisco Antônio da Silva que era impressor e recebia uma diária de 1.600 réis, Antônio da Silva Neves que era ajudante do compositor e amanuense recebendo uma diária de 666 réis, e Antônio Pedro Nolasco que era guarda e servente da oficina e recebia uma diária de 200 réis. Os redatores de *O Conciliador* (n. 46, 20/12/1821, p. 8) afirmam que as despesas de viagem desses operários somaram 144\$632 réis que foram retirados de uma soma de 427\$424 réis doados pela casa de comércio “Antônio José Meirelles, Ferreira, e Companhia”⁴⁷.

⁴² Para mais informações sobre a trajetória política de Zacheu, ver Yuri Costa e Marcelo Galves (2011).

⁴³ Expressões utilizadas por Robert Darnton e Daniel Roche (1996, p. 16) no contexto de formação de uma nova ordem após a eclosão da Revolução Francesa.

⁴⁴ Com a Independência, em julho de 1823, a tipografia foi denominada *Imperial e Nacional*.

⁴⁵ A partir do nº 77, de 6 de abril de 1822, o jornal passou a se chamar apenas *O Conciliador*.

⁴⁶ A primeira edição desta obra é de 1870.

⁴⁷ De acordo com Castellanos (2012, p. 129), o processo de implantação da Tipografia Nacional não fora fácil, devido às necessidades de especialistas para o seu funcionamento, como atesta o primeiro jornal nela impresso, que anunciou a admissão de alunos e aprendizes de artes para melhoria do ofício (*O Conciliador do Maranhão*, n. 42, 5/12/1821, p. 5).

É importante notarmos que após o surgimento da Tipografia Nacional, algumas tipografias particulares funcionaram brevemente em São Luís, como a Tipografia Melandiana (1825), de Daniel Garção de Melo, e a Tipografia Constitucional, de propriedade de Clementino José Lisboa, que iniciou suas atividades em 1830.

A partir das informações retiradas das obras impressas nos prelos maranhenses e apresentadas no anexo D (Primeiros impressos maranhenses não periódicos [1821-1834]), é possível perceber que um dos assuntos mais tratados por esses impressos é a política, reflexo de momento conturbado, com a adesão à Revolução do Porto e, posteriormente, à Independência. Nesse sentido, as obras *Advertencias interessantes á provincia do Maranhão, pelo coronel Izidoro Rodrigues Pereira*, de autoria de Isidoro Rodrigues Pereira, impressa em 1822, e os escritos de Manuel Paixão dos Santos Zacheo, do mesmo ano, merecem destaque.

Com relação às *Advertências...* de Pereira⁴⁸, esta consiste em um conjunto de demandas dos produtores e comerciantes maranhenses encaminhados aos deputados eleitos pela província para as Cortes de 1821. De acordo com Marcelo Galves (2011, p. 06):

Para Pereira, a província vivia “tempos calamitosos”, o que exigia de seus representantes ações que priorizassem a “economia pública”, abalada pela sobrecarga de tributos, crescente restrição ao comércio escravista e queda nos preços pagos pelo algodão, principal produto da economia provincial.

Nesse sentido, o autor do folheto defendia princípios liberais adequados aos interesses dos grandes proprietários a partir do momento em que propunha a extinção de tributos ligados a produção e circulação das mercadorias provinciais, tais como os previstos no Alvará de 17 de junho de 1809, de 2 de outubro de 1811 e no Decreto de 27 de novembro de 1812, que versavam sobre a questão testamentária. Ao mesmo tempo, o autor ansiava pela regeneração portuguesa com o intuito de reverter a situação de subserviência dos produtos e navios portugueses em relação aos ingleses (GALVES, 2011, p. 7). Pereira era favorável à adesão do Maranhão às Cortes portuguesas devido ao argumento claro de que a presença da família real na América trazia um aumento de

⁴⁸ Nascido em Maiorga, distrito de Alcobaça, Portugal, em 1758 ou 1759. Aos vinte anos de idade obteve autorização para se deslocar para o Maranhão ao lado de seu padrinho João Paulo Deniz. Conseguiu construir um largo patrimônio através de uma ascendente carreira militar chegando ao posto máximo de coronel do Regimento de São Luís em meados de 1820 e da ocupação de diversos cargos públicos como vereador da câmara e juiz de fora (1815), comissário de receitas (1816), almotacé (1820 e 1821), primeiro vereador da câmara (1820) e membro de diversas comissões criadas pela Junta de Governo entre 1822 e 1823. Em 1824 apresentava-se como o “lavrador mais abastado da província” (GALVES, 2011, p. 3).

impostos às províncias do Norte e que seu regresso a Portugal aliviaria a tributação (PEREIRA, 1822, p. 4 apud GALVES, 2011, p. 8).

Nesse sentido, a publicação da obra de Pereira endereçada aos deputados maranhenses é um indicativo de que os anseios políticos das elites maranhenses daquele período estavam totalmente atrelados à economia da província marcada na época pela exportação de arroz e de algodão, o que demonstra que naquele momento fazer política era, também, uma questão de defesa de interesses financeiros. Assim, a impressão da obra na Tipografia Nacional, em 1822, mostra o peso que esta tinha na criação de espaços públicos de discussão política e, como se percebe, de discussão econômica também.

Já as obras *Manifesto do Epaminondas Americano...* e *Carta do Epaminondas Americano...* de Manuel Paixão dos Santos Zacheo⁴⁹ merecem uma análise mais apurada, uma vez que seu autor não se limita a escrever somente sobre a política maranhense, mas também sobre as relações do Maranhão com os dois principais centros políticos que se delineavam naquele momento: o Rio de Janeiro e Lisboa. De acordo com Yuri Costa e Marcelo Galves (2011, p. 36) esses folhetos versam sobre dois temas principais: a justiça e a liberdade. Com relação ao primeiro, seu autor, advogado de formação, propunha reformas e manutenções na estrutura social; já em relação ao segundo, defendia a liberdade de imprensa e o estatuto da escravidão.

A impressão dos folhetos de autoria de Zacheo na Tipografia Nacional não ocorreu por acaso, uma vez que os interesses deste advogado, perseguido no contexto político de 1821, se coadunavam agora com os interesses políticos do governo da província, ao menos em um ponto específico - a defesa da permanência da província junto ao reino luso. Tal postura transparece, por exemplo, na *Carta do Epaminondas Americano*, que consistiu em uma dura resposta de Zacheo as notícias chegadas do Rio de Janeiro, especialmente a decisão do príncipe D. Pedro de convocar o Conselho de Procuradores (COSTA; GALVES, 2011, p. 79).

⁴⁹ Nascido na cidade da Guarda, em Portugal, no ano de 1773, era filho de José Nunes dos Santos e de Maria Bernarda de Siqueira, e possuía dois irmãos: José Antonio Nunes dos Santos e Gertrudes Leonor dos Santos. Entre 1795 e 1799 cursou direito em Coimbra e chegou ao Maranhão acompanhando sua irmã Gertrudes para viver junto de seu irmão José Antonio ficando raízes na Província devido a ampliação de sua estrutura política. Casou-se em 1816 com Maria Amália dos Reis e cresceu economicamente tornando-se além de advogado, proprietário de terras. Conseguiu se eleger para diversos cargos públicos como a segunda legislatura das Cortes de Lisboa em 1823, no qual por motivos políticos ele não tomou posse; e para o Conselho Geral em 1826 e o Conselho Presidencial em 1829. Cf. Yuri Costa e Marcelo Galves, 2011.

Como já fora ressaltado, essas obras também versam sobre a política maranhense do período, uma vez que na *Carta do Epaminondas Americano...*, Zacheo “lembra que o problema não estava no ‘centro físico do Poder Legislativo e Executivo’, mas na permanência de ‘cidadãos malvados e conspiradores’, apressadamente travestidos como nacionais” (apud COSTA; GALVES, 2011, p. 81).

No rol de obras publicadas pela Tipografia Nacional do Maranhão, havia também aquelas que foram originalmente impressas em outros lugares do Império, mas que foram reimpressas no Maranhão por razões várias, o que aponta para uma articulação política entre diferentes centros de poder. Entre estas podemos listar *Inviolabilidade da independencia, e gloria do Imperio do Brasil sustentada a pezar da carta de lei: reflexoens contra as reflexoens / de M. Chapuis* de autoria de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu⁵⁰. De acordo com Maria de Fátima Braga (2011, p. 155-156), esta obra contesta as afirmações contidas no opúsculo *Reflexões sobre a carta de lei de Sua Majestade Fidelíssima o senhor D. João VI, de 15 de novembro de 1825 e sobre os seus decretos de 15 e 19 do próprio mês* de Pierre Chapuis⁵¹, publicado no mesmo ano.

Segundo Armitage (1837, p. 152), as *Reflexões...* de Chapuis causaram uma grande consternação na Corte brasileira, pois ao analisar a Constituição do Império, ele tentou demonstrar que as atribuições conferidas ao imperador D. Pedro I consistiam em uma outorga de D. João VI; reprovava o reconhecimento do imperador como herdeiro da coroa lusa, uma vez que isso poderia provocar uma recolonização, e condenava a união dos dois países, pois desta forma o Brasil ficaria responsável perante as outras nações pela má administração de Portugal. Por tais assertivas, Chapuis fora preso e banido do Império.

Publicadas alguns anos após as obras de Zacheo e de Pereira, as discussões provocadas pelo folheto *Inviolabilidade da Independencia...* são reflexo de outro

⁵⁰ José da Silva Lisboa (16 de julho de 1756 – 20 de agosto de 1835) nasceu em Salvador, filho de uma natural e de um arquiteto português, e estudou na Universidade de Coimbra entre 1774 e 1779, onde se formou em Filosofia e Direito Canônico. Retornou a Bahia em 1797, quando ocupou o cargo de deputado e secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio. Em 1808 rumou para o Rio de Janeiro seguindo a família Real e ocupando diversas funções públicas. Como magistrado, alcançou a posição de chanceler da Relação da Bahia. Destacou-se ainda como deputado na Constituinte (1823) e senador vitalício, de 1826 a 1835. Sua atuação política declinou a partir de 1828 em virtude da presença de uma nova geração de deputados. Cairu foi autor de vários livros editados pela Imprensa Régia sobre questões econômicas e políticas (NEVES, 2008, p. 275-277).

⁵¹ Pierre Chapuis nasceu na França e se tornou redator do jornal espanhol *Regulador de Madri*. Entretanto, por problemas enfrentados com o governo deste país foi para Portugal, onde continuou o mesmo ofício de redator. Devido às perseguições que sofreu na capital lusa, pediu asilo no Rio de Janeiro onde publicou o referido folheto o que causou seu banimento da cidade (ARMITAGE, 1837, p. 151).

momento político da província. De acordo com Maria de Fátima Braga (2011, p. 156), a impressão dessa obra ocorreu devido à repercussão política e social negativa de *Reflexões sobre a carta...* de Pierre Chapuis, obra que fora acusada por Garcia de Abranches⁵² de ser inimiga da ordem e do sossego público e de “tramar a favor da anarquia apesar dos esforços do Imperador e, no Maranhão, de Costa Barros”⁵³. Essa preocupação com o sossego público, contraponto da “anarquia”, permeava as discussões políticas no Maranhão, especialmente as acusações de que o presidente Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce (1823-1824) “governava com os pretos”, era “republicano” e “anarquista”; o que indica que o conteúdo da obra *Inviolabilidade da Independência...* se ligava a temas que estavam no calor do momento na província, o que pode justificar a sua reimpressão no Maranhão, uma vez que fora originalmente impressa no Rio de Janeiro.

Outra obra que chama atenção entre aquelas que foram impressas pela Tipografia Nacional do Maranhão é a *Defesa de José Clemente Pereira*⁵⁴, publicada em 1830. Apesar de não ter entrado em contato com essa obra, o título e o ano de sua impressão me leva a crer que se trate de *Justificação do direito que tinha a não ser excluído do logar de deputado por suspeito à causa do Brazil*, única obra de autoria de Pereira que fora impressa no Maranhão, uma obra de Direito, que se insere no contexto de ampliação do espaço de atuação política pelo qual a província passava no momento.

2.3 A circulação de impressos por intermédio do Conselho Presidencial

⁵² João Antônio Garcia de Abranches nasceu na cidade de Seia, em Portugal, em 1769. Viveu cerca de trinta anos no Maranhão atuando como lavrador, comerciante e jornalista. Fazendo oposição ao almirante Cochrane, foi preso, recolhido de forma incomunicável à fortaleza da Ponta D’Areia e mandado para Lisboa em 3 de maio de 1825, no brigue Aurora. Desaprovada sua prisão, como injusta e arbitrária pelo ministro Estevão Ribeiro de Resende, voltou a viver no Maranhão. Entre suas principais obras encontram-se: *Espelho crítico-político da província do Maranhão*, de 1822; *Memória concernente à construção da doca da Ilha de Villa Franca do Campo da Ilha de S. Miguel*, de 1834; *Historia da Ilha de Villa Franca da Ilha de S. Miguel*, de 1841, além de redigir o periódico *O Censor* (BLAKE, 1970, v. 3, p. 325-326).

⁵³ Pedro José da Costa Barros nasceu na antiga vila do Aracati, no Ceará, a 7 de setembro de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1839. Foi tenente-coronel da artilharia, senador desde a instalação do senado, oficial da ordem do cruzeiro e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi deputado da constituinte portuguesa e da constituinte brasileira, administrou a pasta da marinha no terceiro gabinete do Império e presidiu a província do Maranhão e do Ceará (BLAKE, 1970, v. 7, p. 43).

⁵⁴ José Clemente Pereira nasceu em 1787, na freguesia de Adem em Portugal. Estudou na Universidade de Coimbra já reformulada por Pombal entre 1810 e 1815 se formando em cânones. Em 1815 emigrou para o Brasil e rapidamente ascendeu nos negócios e na carreira política, participando das articulações que levaram à Independência tornando-se muito influente na capital fluminense em razão de negócios no mercado de gêneros de abastecimento e de sua atuação como advogado dos grandes comerciantes da Corte. Foi juiz de fora, deputado geral, ministro do império, da guerra e da marinha, senador, conselheiro de estado e presidente do primeiro Tribunal de Comércio do Brasil (MACÁRIO, 2011, p. 6).

A percepção das obras circulantes em São Luís, circunscrita às décadas de 1820 e 1830, também ocorre através da análise das atas das sessões do Conselho Presidial da província do Maranhão. Para compreendermos como esse órgão se inseria na difusão de impressos, vale a pena apresentar, brevemente, o contexto de sua criação. Segundo Raíssa Cirino (2013, p. 13) o Conselho Presidial foi um órgão administrativo provincial criado a partir da Carta de 20 de outubro de 1823⁵⁵, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte daquele ano, a mesma Carta criou o cargo de presidente de província.

A autora (2013, p. 17) ainda afirma que a abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823 tinha como uma de suas preocupações a elaboração de ordenações e leis que regulassem o governo das províncias, por isso a Carta de 20 de Outubro de 1823 destituiu as juntas provisórias criando em seu lugar um cargo representativo do imperador, que era o de presidente da província, e um conselho provincial eletivo que garantisse a participação dos grupos locais na política da província, tratava-se do Conselho Presidial. Entretanto, apesar da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823, o Conselho Presidial foi instaurado em meados de 1825 só encerrando seus trabalhos quase uma década depois⁵⁶.

A importância do Conselho Presidial para o tema aqui tratado está no fato de que este atuava na inserção de impressos no espaço público da cidade, em especial aqueles que contribuíssem para o seu ordenamento administrativo. Nesse sentido, na sessão de 27 de maio de 1826, o Conselho ordenou que se revissem os Mapas dos Vigários e Câmaras da província para se formar um *Mapa Geral da Estatística da Província* (ACP, Sessão de 27 de maio de 1826, p. 8, verso 1). Tal preocupação por parte dos conselheiros com a impressão desses mapas é mais um fator demonstrativo de que os crescimentos apontados no capítulo anterior geraram uma demanda por impressos que versassem sobre informações para o seu uso na província. Uma exigência para a realização de tal ato perpassava por uma ampliação dos conhecimentos em torno dos principais aspectos da província, fomentando a prática de estatísticas⁵⁷.

⁵⁵ A Carta de 20 de outubro de 1823 foi fruto da Assembleia Constituinte convocada em 3 de maio de 1823. As principais características dessa Carta foram: a extinção do Conselho de Procuradores das Províncias; a revogação do alvará de 1818 - relativo às sociedades secretas; a proibição de acúmulo de cargos e empregos por parte de deputados e, principalmente, a organização dos governos provinciais por meio de nomeação direta do imperador (GRINBERG, 2008, p. 58).

⁵⁶ Contudo, a Constituição de 1824 criou outro órgão de caráter legislativo, o Conselho Geral, que apesar de ter sua atuação autorizada a partir do ano da outorga da carta, só se instalou na província em 1829; até lá, o Conselho Presidial, de certo modo, assumiu as funções desse outro Conselho (CIRINO, 2013, p. 26).

⁵⁷ Como exemplo, cito a *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, publicada em 1822 pelo engenheiro português Antonio Bernardino Pereira do Lago. Aqui utilizo a edição de 2001.

O Conselho não mandava imprimir somente obras de estatística, mas também obras para o uso de outros profissionais, o que se configura como mais uma forma do ordenamento do crescimento em que a província e em especial a cidade de São Luís estava passando naquele momento:

Tendo rezolvido o Conselho do Governo, que se impri-mão alguns exemplares dos Modellos sicl [sic] de Mappas para o [trabalho] [sic] que devem ver empenhados pelos Juizes de Paz: e ordena o Prezidente da Provincia, que o [sic] Despeza da Tipographia Nacional Imperial mande [sic] cem exemplares de cada um destes Modelos, que se lhe remettem. Maranhão Palacio do Governo em 14 de Outubro de 1829, Araujo Viana (ACP, Livro de Ordens do Conselho, p. 52, v. 2).

Outra decisão do Conselho diz respeito à impressão de gramáticas portuguesas pela Tipografia Nacional, conforme segue:

Ao primeido dia do mez de Agosto de mil oitocentos e vinte sete annos, nesta Cidade de São Luiz do Maranhão, em o Palacio do Governo, e sendo prezente o Excellentissimo Senhor Vice Prezidente o Tenente Coronel Romoaldo Antonio Franco de Sá, foi por elle aberta a presente Sessão [...] Rezolveo mais o Excellentissimo Conselho que se officiasse ao Director da Tipografia Nacional para que remetta a Conta da Impressão das Gramaticas Portuguezas (ACP, Sessão do dia 1º de agosto de 1827, p. 41, verso 1).

Esta ordem deliberada pelo Conselho é de grande importância. Ainda que não evidencie se essas gramáticas eram de uso exclusivo dos professores de Primeiras Letras, como outras obras que mandara imprimir, lembro que no capítulo anterior salientei a importância da disseminação da língua portuguesa, em sua versão escrita, em uma cidade em transformação. Aqui, transparece a preocupação do Conselho com essa disseminação entre as crianças, pois entre suas atribuições estava a de “promover a educação da mocidade”⁵⁸ (*Carta de 20 de outubro de 1823*, p. 12).

As gramáticas a que o vice-presidente Romoaldo Antonio Franco de Sá se referem são: *Mentor inglez. ou recopilção de regras faceis: Extrahidas de Todos os Melhores Authores, para se aprender a Lingoa Ingleza Composto e Oferecido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Cândido Jozé de Araujo Vianna, Presidente da Provincia do Maranhão Por Antonio Joaquim Picaluga*, de autoria de Antonio Joaquim

⁵⁸ Educação no século XIX era sinônimo de instrução, que de acordo com os dicionários de língua portuguesa deste século significava “ato ou efeito de instruir”, ou seja, ação pela qual os indivíduos adquiriam os “conhecimentos integrantes de uma forma educacional literária”, cujos saberes se relacionavam à aprendizagem das práticas e habilidades de comunicação e expressão humanas, tais como linguagem, leitura e escrita, incluindo os saberes, os valores sociais e culturais e as informações então consideradas necessárias à vida e à integração social dos indivíduos (ABREU; SCHUELER, 2008, p. 382-383).

de Picaluga; e *Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras, ordenado Segundo a Doutrina Dos Melhores Grammaticos e offerecido ao Ilmo. e Exmo. Snr. Candido Jozé de Araujo Vianna, Presidente da Provincia do Maranhão, Deputado nas Côrtes Legislativas, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Desembargador da Relação de Pernambuco pelo Padre Antonio da Costa Duarte*; de autoria de Antonio da Costa Duarte.

Noutro exemplo de preocupação com a “educação da mocidade”, o Conselho mandou remeter livros clássicos para usos dos professores de Primeiras Letras.

O Concelho attendendo a fallta de livros Classicos, e a urgencia de os mandr vir de fóra, pa=ra que as diferentes aulas possam ter o seu devido andamento, auto-rizem ao ExmoPrezide para os mandar buscar á custa da Fazenda Publi=ca e serem depois vendidos para [sic] das Aulas, sendo esta colleção conforme entender a vista da informação dos Professores (ACP, Sessão extraordinária do dia 29 de outubro de 1828, p. 70, v. 2).

O Conselho também mandava a tipografia imprimir alguns livros para o uso das escolas, como a própria Constituição:

O Conselho do Governo, vendo a representação do Director da Tipographia Nacional, e Imperial que faz al-gumas reflexões acerca do preço, por que se deverá vender cada um exemplar da Constituição, que se mandou reimprimir para uso das Escolas de 1.as Letras da Provincia, attenctto o alto preço da enca-dernação, ou brochura, rezolveu, que será bastan-te segurar as folhas de cada um exemplar, ou fazer lhe tal brochura, que o seu preço nunca possa exceder a oitenta reis comprehendidas todas as despezas. O que se communica ao mesmo Director para sua intelligencia, e execução. Maranhão Palacio do Governo em 2 de Julho de 1829 = Candido Joze de Araujo Viana (ACP, Livro de Ordens do Conselho, p. 33, v. 1).

O uso da Constituição como livro didático nas escolas maranhenses corrobora as ideias de Batista e Galvão (1999, s/n), de que até meados do século XIX, os livros de leitura, feitos especificamente para as escolas, praticamente não existiam no Brasil, razão pela se qual se utilizava a Constituição do Império - o que era previsto na própria lei de instrução de 15 de outubro de 1827 -, além do Código Criminal e da Bíblia.

Uma importante questão que permeou muitos debates do Conselho Presidial do Maranhão e que foi de extrema importância para a circulação de livros e ideias foi a criação da primeira biblioteca pública da província.

Esta biblioteca, atualmente chamada Biblioteca Pública Benedito Leite, fora, de acordo com Maria de Fátima Almeida Braga (2011, p. 210), fruto de um projeto de lei elaborado e apresentado por Antônio Pedro da Costa Ferreira em 8 de Junho de 1826.

Segundo Braga, esta informação é bastante contraditória, pois para muitos historiadores, Ferreira elaborou e apresentou esse projeto de lei nessa mesma data enquanto era membro do Conselho Geral da Província, o que não pode ter ocorrido, pois em 1826 o Conselho Geral ainda não havia sido instalado no Maranhão. Esta confusão que Braga não soube explicar provém do mesmo erro que muitos historiadores cometeram ao confundir o Conselho Presidial com o Conselho Geral⁵⁹, uma vez que a proposta de Ferreira ocorreu no primeiro órgão, conforme apresentado abaixo:

[...]ficou inteirado o Ex^m Concelho, e principiando os trabalhos de oje, Rezolveo o Ex^m Comcelho, quês e abra a rua que requer a Irmandáde de Nossa Senhora dos Remedios, visto ser para uzo Publico, paçandosse Ordem a Camera da Cidádepara que fica pelo Comcilheiro o S^{or} D^{or} Antonio Pedro da Costa Ferreira foi indicáo que, se crie nesta Cidádehumabibiliotéqua, destinandosseuma prestação anuál, da oitava parte das rendas das sobras da Provincia, para compra de livros, devendossemandár vir, primeiros os indispensaveis, para as nossas Escólas (ACP, Sessão de 8 de julho de 1826, pág. 3, verso 1).

Ainda segundo Braga (2011, p. 210), a proposta da criação da Biblioteca só fora aprovada em 29 de setembro de 1829 pelo então presidente da província Cândido José Araújo Viana, que diante do indeferimento dos recursos para a construção desta por parte do governo imperial, autorizou a Câmara Municipal a levar o projeto adiante. A Câmara nomeou Raimundo Correia de Faria e João Gualberto da Costa para angariarem os recursos através de uma subscrição popular e voluntária.

Inaugurada em 1831, essa Biblioteca contou com a doação de 316 obras por parte de Antônio Pedro da Costa Ferreira e com um acervo inicial de 1448 volumes, sob a direção do padre Antônio Bernardo da Encarnação Silva (BRAGA, 2011, p. 211-212). Entretanto, não fora somente Ferreira quem realizou uma doação a Biblioteca, uma vez que João Crispim Alves de Lima⁶⁰ ofereceu 50 volumes de seus melhores livros, conforme se encontra na sessão do Conselho Presidial, transcrita abaixo:

O Sr Preside apresentou em Offi=cio de João Crispim Alves de Lima offerecendocincoenta volumes dos seus me=lhores livros para a

⁵⁹ Raíssa Cirino (2013, p.13-14) nos afirma que esta confusão é muito frequente na historiografia maranhense em especial por historiadores que se dedicaram a uma “história geral do Maranhão”, a exemplo de Mário Meireles, que em seu livro *História do Maranhão* (1980, p. 248-251) confunde o Conselho Presidial com o Conselho Geral em dois momentos: ao se referir à posse de Pedro José da Costa Barros, em 1825; e nas negociações feitas entre o presidente Cândido José de Araújo Viana e os revoltosos da “Setembrada”, em 1831.

⁶⁰ João Crispim Alves de Lima era um “português”, membro da Sociedade Patriótica; administrador da Tipografia Nacional; e redator do jornal *O Amigo do Homem*. Foi um dos “portugueses” que constavam na lista daqueles a serem expulsos, por exigência dos líderes do movimento conhecido como “Setembrada”, em 1831 (GALVES, 2010, p. 304).

Bibliotheca Publica desta Cid.e e o seu préstimo pessoal para Bibliothecario gratuitamente, se tiver effeito a indicação do SrConseheiro Costa Ferr.a, que propuzera seu Estabelecimento: O Conselho recebeu esta offerta, com agrado, para ser tomada em consideração no devido tempo (ACP, 11ª Sessão Ordinaria em 17 de junho de 1829, p. 80, verso 2)

Diante desse quadro, percebemos que a maior parte do acervo da Biblioteca Pública do Maranhão é oriunda de doações de particulares. Tal situação se mostra diferente das outras bibliotecas públicas montadas nas outras províncias, a exemplo da Biblioteca Pública de São Paulo, em que o acervo foi constituído, em sua maioria, por doações de um tipo específico de particulares, os clérigos (DEAECTO, 2010, p. 428)⁶¹.

2.4 Os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*

Outra forma de percebemos a presença das letras no Maranhão no início do século XIX está na assinatura do *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras. Por huma Sociedade de Portuguezes residentes em Paris*, periódico lusitano criado pelos emigrados portugueses Solano Constâncio e Cândido Xavier, em Paris, no ano de 1818 (QUEIRÓS, 1983, p. 9)⁶².

Embora a característica marcante da imprensa portuguesa formada no exílio seja o forte aspecto político presente no conteúdo desses impressos, o *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* se apresenta como um periódico que vai em direção contrária, pois em suas páginas, seus redatores falam muito pouco sobre tal assunto (QUEIRÓS, 1983, p. 10).

Devido ao conteúdo vinculado nesse periódico, a sua posse e eventual leitura são sinais significativos de um anseio por parte de seus leitores em adquirir cada vez mais conhecimentos técnicos e científicos, o que vai ao encontro da premissa de que a cidade de São Luís do início do século XIX absorvia cada vez mais uma literatura que versava

⁶¹ O acervo da Biblioteca Pública de São Paulo apresenta uma síntese da livraria de duas importantes coleções daquela província à época: a de Dom Mateus Pereira, que totalizava 1.059 volumes, e da coleção dos franciscanos, maior e mais bem acrescida de obras religiosas, totalizando 3.196 volumes. No que se refere aos livros herdados dos franciscanos, há uma grande quantidade de obras filosóficas, obras de devoção, de Direito Canônico e coleções; já em relação às obras herdadas de Dom Mateus Ferreira, as de cunho religioso e que versam sobre a História de Portugal estão em maior número (DEAECTO, 2010, p. 428-429).

⁶² Administrado por José Diogo Mascarenhas Neto, sua impressão era feita por A. Bobée, impressor da Sociedade Real Acadêmica das Sciencias de Paris. Possuía uma periodicidade trimestral: 16 tomos foram impressos entre julho de 1818 e abril de 1822. Com relação ao seu preço, variava de acordo com a localidade para onde era enviado; para o Brasil, a subscrição anual custava 6.000 réis (QUEIRÓS, 1983, p. 11).

sobre uma forma de se organizar o crescimento econômico e social pelo qual a cidade vinha passando, conforme fora ressaltado no primeiro capítulo. Tal assertiva talvez explique o fato de 22 assinantes radicados no Maranhão figurarem na lista de subscriptores desse periódico conforme segue na tabela abaixo:

Tabela 2 – Assinantes do *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* radicados no Maranhão

Coronel Antonio Bernardo Pereira do Lago
B.ol Antonio Gomes Pires
Chefe de Divisão Antonio Joaquim de Oliveira
Antonio José Barrozo, Presbytero secular.
Francisco Corrêa da Conceição, Cirurgião mor no Maranhão.
Tenente Francisco José da Costa
Tenente Coronel Francisco do Vale Porto
Francisco Xavier Ribeiro da Fonseca
Coronel Honorio José Teixeira
Ignacio Antonio da Silva Lisboa, Negociante.
Ajudante de ordens João de Souza Quevedo Pizarro
Alferes Joaquim Manoel Mafra
Capitão José Francisco Gonçalves da Silva.
D.or José Francisco Soutto da Silveira.
Alcaide Mór José Gonçalves da Silva.
Capitão José Joaquim de Moura.
Tenente José dos Santos Monteiro.
Cavalheiro José Tavares da Silva.
Manoel Corrêa, Presbytero secular.
Capitão Manoel da Cunha.
B.el Manoel Rodrigues de Oliveira.
Major Rodrigo Pinto Pizarro

Fonte: *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo XI, 1821.

Esse grupo corresponde a 11% dos 200 assinantes da América portuguesa desse periódico, que por sua vez corresponde a 26% dos 680 assinantes espalhados pelos territórios portugueses (QUEIRÓS, 1983, p. 25). Entretanto, a ânsia por conhecimentos técnicos e científicos não se mostra como a única explicação para a posse desse jornal, pois para Francisco Queirós (1983, p. 25), sua posse estava diretamente relacionada aos problemas enfrentados por Portugal naquele momento.

Daqui se infere que os “**Annaes**” foram escritos por **portugueses** para **portugueses** e que os “destinatários” corresponderam ao projecto dos “emissários”. Tal receptividade é compreensível, porque os temas anunciados nos **Annaes**, embora colhessem a sua inspiração nas correntes políticas e científicas europeias da época, dirigiam-se diretamente ao encontro da problemática histórico-cultural do país, nas vésperas da revolução de 1820. (grifos do autor)

Nesse sentido, o *Annaes* é mais um indicativo da forte presença lusa nas terras maranhenses. Entretanto, os maranhenses listados em 1821 não parecem ser os únicos leitores dessa folha, pois em 16 de fevereiro de 1822, *O Conciliador do Maranhão* anuncia que Manuel Lopes da Costa estava oferecendo a subscrição desse periódico, conforme segue:

Manuel Lopes da Costa faz saber, que está nesta Cidade encarregado pelos Redatores dos *Annaes* das Sciencia, das Artes e das Letras para receber qualquer Subscrição para esta interessante obra com as seguintes condições.

1º o Preço da Assignatura por cada anno pago a recepção do 1º Tomo, (He de 6000 reis) no Maranhão.

2º Nenhum tomo se venderá separado

(*O Conciliador do Maranhão*, n. 63, 16/2/1822, p. 4).

Outro indicativo transparece na solicitação de Jacintho Jozé Cunha, de 4 de maio de 1821, junto a Real Mesa Censória. Entre outros impressos, o solicitante pedia permissão para o envio de quatro volumes dos *Annaes*...no formato in-oitavo (ANTT, RMC, caixa 159, 1821).

3. “Vende-se a preços cômodos”: os impressos anunciados em São Luís

Ao trabalharmos com os anúncios de jornais é sempre bom lembrarmos que o estudo destes possui uma metodologia própria. Assim, de acordo com Bernard Lonergan (apud FREYRE, 2010 p. 65), os anúncios tem por finalidade estabelecer no leitor de jornal uma familiaridade, associação e automatismo em torno do objeto propagandeado. Nesse sentido, e de acordo com Gilberto Freyre (2010, p. 65):

O anúncio procura “atrair, prender e absolver” a atenção do leitor do jornal, de modo todo especial: com objetivos práticos e imediatos, através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado, à revelia de compreensão do assunto ou de reflexão sobre o mesmo objeto da parte do leitor sugestionado.

Tais considerações, ainda que situadas noutro contexto espaço-temporal, tempo de uma imprensa com características de mercado, podem nos ser úteis. A análise dos anúncios de livros presentes nos periódicos maranhenses é relevante para a indicação não só do gosto literário do público consumidor maranhense, mas também das práticas comerciais em torno desse objeto, práticas essas que se delineavam no início do século XIX e que consistem em mais um dos indicativos das mudanças pela qual a cidade de São Luís vinha passando no período. Como forma de análise desse objeto, divido o presente capítulo em três partes: na primeira, tratarei de uma maneira mais ampla sobre os livros anunciados em São Luís nos jornais circulantes na cidade; na segunda, centrarei minha análise nos dois maiores grupos temáticos encontrados entre os livros anunciados – os de Política e os de Direito; por fim, analisarei especificamente os dicionários e as gramáticas, que além de serem bastante anunciadas, também se encontravam em grande número na cidade, através de outros meios de aquisição de livros.

3.1 Os impressos anunciados

Como já fora ressaltado no capítulo anterior, a primeira tipografia a ser instalada no Maranhão foi a Tipografia Nacional do Maranhão pelas ordens do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca que apoiou a circulação do primeiro periódico

maranhense, *O Conciliador do Maranhão*. Entre 1821 e 1834, período temporal do presente trabalho, outros 17 jornais foram impressos na província⁶³.

A partir da pesquisa dos anúncios dos jornais, foi possível também localizar quais eram as obras anunciadas e seus lugares de venda. Nesse sentido, foram localizados 141⁶⁴ títulos com sua venda propagandeada nas páginas dos jornais maranhenses.

A partir da análise dos dados coletados presentes no Anexo C (Livros Anunciados [1821-1834]), é possível tirarmos algumas conclusões. Em primeiro lugar, ponto que havia obras para os mais variáveis gostos, tais como obras políticas, a exemplo de *Parabens á Patria, pelo Juramento a Constituissão Portugueza*; medicinais, como *Modo de curar a diarreia de sangue, para uso dos Lavradores, e mais pessoas que vivem longe da Cidade: por James Hall. M. D.*; religiosas, *Esboço Historico sobre a Origem da Dizima*; gramáticas, *Compendio da Gramatica da Lingua Portugueza*; e pedagógicas, como *Economia da vida humana*.

Dessa maneira, em relação ao tema tratado por esses impressos destaca-se como maior grupo os de Política, que somam 19 títulos; em segundo lugar, aparecem as obras de Direito com 15 títulos, em terceiro, obras de Economia, com 13 títulos, em quarto, dicionários, com 12 títulos e em quinto, gramáticas com 9 títulos⁶⁵. Afora esses impressos, também há outra categoria, que denominei como “diversos”, que somam 15 títulos, uma vez que o anunciante não especificou o título, somente afirmou que tinha para vender livros⁶⁶.

Em relação a esses livros é importante notarmos a significativa presença de obras escritas em outros idiomas, como por exemplo: *L’Empire du Brésil considéré sous rapports Politiques e commerciaux* anunciado pelo *Farol Maranhense* (n. 143, 20/11/1829, p. 610), à venda na loja de Antonio Gonsalves Machado; *Troubles Du Midi*, também anunciado pelo *Farol Maranhense* (n. 206, 26/6/1830, p. 874), à venda na loja de Cicarelli; *Pardessus, Droit Comercial* (5 vol.) e *Telemacos em Francez*,

⁶³ Uma tabela com as 18 publicações saídas dos prelos maranhenses está presente no Anexo A (Primeiras publicações do Maranhão [1821-1834]).

⁶⁴ O número é aproximado, pois alguns anúncios simplesmente informavam a venda de *Folhinhas de Algibeira* ou *Livros Franceses dos melhores clássicos*, sem informar as quantidades.

⁶⁵ Os outros grupos são: Folha de Algibeira - 8; Belas-Letras - 7; Jornais e Periódicos - 6; Pedagogia - 6; Teologia - 5; Medicina - 5; Filosofia e Moral - 4; Poesia - 4; História - 3; Almanques - 2; Ciências Naturais: Botânica, mineralogia, zoologia, química - 2; Matemática - 1; Geografia, viagens, cartografia - 1 e Biografia - 1. A catalogação dos livros de acordo com seu tema foi inspirada na nomenclatura simplificada feita por François Furet (1965, p. 14-16 apud VERRI, 2006, p. 15-16).

⁶⁶ Ver Anexo H (Livros Anunciados - por Assunto).

anunciados em *O Echo do Norte* (n. 5, 17/7/1834, p. 20), à venda na loja de Felisberto Joze Correia & C^a, sem contar as obras que simplesmente eram anunciadas como *Sortimento de Livros latinos e portugueses* (*O Publicador Official*, n. 135, 06/2/1833, p. 560); *Livros Portuguezes e Latinos* (*O Echo do Norte*, n. 3, 10/10/1834, p. 12), *Livros Francez e Portuguez* (*O Echo do Norte*, n. 5, 17/7/1834, p. 20), *Livros Franceses de Hamoniere & Lemon* (*O Echo do Norte*, n. 5, 17/7/1834, p. 20), *Livros Latinos* (*O Echo do Norte*, n. 33, 28/10/1834, p. 132) e *Livros Francezes dos melhores Classicos, Publicistas, Litteratos, Poetas, Historiadores, Philosophos & obras portuguezas impressas em França, e livros latinos* (*O Echo do Norte*, n. 40, 23/11/1834, p. 160).

Como se percebe, a língua estrangeira mais presente nas obras anunciadas em São Luís era o francês, o que de acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2013, p. 80) ocorre devido ao fato desse idioma envolver quase sempre as elites intelectuais e políticas, bem como um considerável público leitor, inclusive o feminino. Nesse sentido, Delso Renault (1985, p. 91), ao analisar o anúncio de jornais do Rio de Janeiro observa que:

A irradiação cultural francesa sobre as letras brasileiras é cada ano mais poderosa. A influência das literaturas portuguesas e francesas sobre as letras brasileiras podem ser representadas graficamente por duas linhas separadas, bem nítidas: enquanto a primeira é decrescente, configurando aos poucos a independência da literatura brasileira, a segunda é de ascensão e sua curva crescente é cada vez mais acentuada.

Diante desse grande número de obras francesas e também latinas, não é de se surpreender que também se anuncie a venda de dicionários desses idiomas como: *Dicionários Latinos* e *Dicionário de Francês* anunciado por Felisberto Joze Correa & C^a em *O Publicador Official* (n. 200, 12/10/1833, p. 826).

É de se notar também a presença de obras clássicas entre os anúncios de jornais maranhenses, a exemplo de *Tito Lívio*, *Virgílio* e *Horácio*⁶⁷ que foram propagandeados nas páginas de *O Conciliador* (n. 191, 10/5/1823, p. 8), estando à venda na Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos, localizada na Praia Grande. Esses dois primeiros títulos também estavam à venda na loja de Felisberto Joze Correia & C^a, conforme anunciou *O Echo do Norte* (n. 5, 17/6/1834, p. 20).

⁶⁷ Romário Basílio (2013, p. 7) observou que a referência a uma obra ou várias obras utilizando-se do sobrenome de seu autor consiste em um termo metonímico usado para se referir as principais obras do autor citado.

Com relação às obras clássicas, a loja de Felisberto Joze Correia & C^a também anunciou, no mesmo periódico, a venda de obras como *Anais de Cornélio Tácito* (*O Publicador Oficial*, n. 200, 12/10/1833, p. 826) e *Salustio, traduzido por Barreto Feio* (*O Echo do Norte*, n. 5, 17/6/1834, p.20). A presença de obras como estas nos anúncios demonstra que São Luís, diferentemente do pressuposto dos defensores de uma “noite Pré-Atenas”, possuía um público consumidor de livros com um gosto mais refinado, embora seja sempre importante ressaltar que as práticas de leitura ultrapassavam, em muito, essa noção elitizada do hábito.

Outro fato que também chama a atenção diz respeito a grande quantidade de tratados anunciados, como: *Tratado de moral para o genero humano, tirado da Philosophia, e fundado [sic] sobre a Natureza – de Salis*⁶⁸; *Tractado sobre Escripturação Commercial*; *Tractado de pregar descomposturas com moderação e decência!* – David da Fonceca; *Tractado, ou Collecção dos arremedos dos clássicos de quinhentos, com orthographia etymologica e estilo Presidencial – David da Fonceca*; *Tractado d’Incestos – De Candidat* e *Tratado sobre a pena de morte*. Tal quantidade me faz inferir que como São Luís estava passando por grandes transformações nos primeiros decênios do Oitocentos, conforme já fora avaliado no primeiro capítulo, uma parcela da população aspirava cada vez mais por obras que versassem sobre certa capacidade de organização do espaço urbano e de domínio sobre diferentes áreas do conhecimento⁶⁹.

Na maioria dos anúncios, não houve nenhuma menção aos preços de cada obra. Sobre aquelas em que os preços foram informados, é possível tirar as mesmas conclusões referentes aos preços dos periódicos. De acordo com Marcelo Galves (2010b), os preços dos jornais circulantes estão diretamente ligados à identificação do público que podia comprá-lo. Segundo este autor, é possível compreender o valor atribuído aos jornais tomando como patamar comparativo o preço dos bilhetes para um

⁶⁸ De acordo com Maria de Fátima Braga (2011, p. 107), trata-se de uma tradução do livro *De la philosophie de la nature: ou traité de moral e pour legendre humain, tiré de la philosophie et fondé sur la nature* escrita pelo polígrafo francês Jean Baptiste Claude Izourd Deslisle de Sales (1741-1816). A autora afirma que a obra possui 10 volumes sendo publicado originalmente em 1770 e que fora classificada por Darnton como um tratado ateísta, chegando a ser suprimida pela censura.

⁶⁹ É importante observar que devido a Revolução Francesa e a Revolução do Porto, os ideais relacionados ao iluminismo ou ao reformismo ilustrado, presente em Portugal e suas colônias, ganharam corpo em todo o hemisfério ocidental. No entanto, diferentemente do que ocorria no Rio de Janeiro, onde na biblioteca de um único livreiro, neste caso, me refiro a Jean Baptiste Bompard (NEVES, 2013, p. 91), era possível encontrar várias obras dessa mesma matriz ideológica, nos anúncios de jornais maranhenses nenhum livro com essa temática ganhou visibilidade, apesar de muitos autores dos livros anunciados terem participado ativamente da revolução liberal, ocorrida na cidade do Porto em 1820.

assento no camarote do Teatro União⁷⁰, que girava em torno de 2500 a 3200 réis. Para os frequentadores deste Teatro, os jornais eram bastante acessíveis, porém, não se pode dizer o mesmo para brancos pobres e escravos de ganho que recebiam em média 400 a 800 réis em suas diárias. Registre-se também que alguns impressos são anunciados como estando à venda a “preço cômodo”.

Entre as obras que tiveram seus preços divulgados encontram-se *Tratado de moral para o genero humano, tirado da Philosophia, e fundado [sic] sobre a Natureza—de Salis* vendido na Loja da Gazeta localizado no Largo do Carmo a 120 réis (*O Conciliador do Maranhão*, n. 46, 19/12/1821, p. 5); *Vozes dos Leaes Portuguezes, ou fiel eccho das suas novas acclamações á Religião, a El Rey, e ás Cortes destes Reinos*, à venda por 2000 réis Casa da Tipografia Nacional, e na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro, localizada no Largo do Carmo (*O Conciliador do Maranhão*, n. 39, 24/11/1821, p. 86); *Georgicas Francezas ou o Homem Camponez* que possuía cada canto a venda por 480 réis na botica onde se entrega *O Conciliador do Maranhão* e na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (*O Conciliador do Maranhão*, n. 99, 22/6/1822, p. 6); o *Esboço Historico sobre a Origem da Dizima*, à venda por 320 réis na botica de João José de Lima na Rua Grande (*O Amigo do Homem*, n. 8, 23/1/1827, p. 52); *Demonstração da necessidade da abolição do Celibato Clerical*, de autoria do Padre Diogo Antonio Feijó, à venda por 500 réis na casa de Antonio José de Lemos, localizada na Rua Grande (*O Farol Maranhense*, n. 60, 3/2/1829, p. 270).

Ademais, também é possível atentar para quem custeava as despesas de impressão de alguns dos livros anunciados. *Georgicas Francezas, ou o Homem Camponez*⁷¹, anunciado no *O Conciliador do Maranhão* (n. 99, 22/6/1822, p. 6) só seria impressa caso Antonio Joaquim de Sousa Vasconcelos conseguisse subscrição suficiente para tanto, conforme se encontra no seguinte aviso:

Antonio Joaquim de Souza Vasconcelos pretende imprimir as *Georgicas Francezas, ou o Homem Camponez*, precioso Poema em quatro Cantos de Mr. De Lille, traduzido para o portuguez em verso solto; mas não podendo entrar na despeza da impressão, sem assignaturas, que lha segurem, pede aos Senhores curiosos, que quiserem subscrever, o fação com a possível brevidade na mesma botica aonde se entrega o *Conciliador*: a subscriçãohe de 480 por cada Canto, os quaes se imprimirão sucessiva.

⁷⁰ Atual Teatro Artur Azevedo.

⁷¹ De acordo com Braga (2011, p. 109), trata-se da tradução da obra *L'Homme dès champs, ou lês Géorgiques françaises* de autoria do poeta e tradutor francês Jacques Delille (1738-1813), renomado por traduzir para o francês obras de Virgílio e Homero.

Já o *Compendio da Gramatica da Lingua Portugueza* foi impresso por ordem do governo, possuindo um caráter pedagógico, conforme o anúncio do *Farol Maranhense* (n. 207, 2/7/1830, p. 878): “Na Typographia Nacional se achaõ á venda exemplares de um Compendio da Gramatica da Lingua Portugueza, composto e impresso por ordem do Exm. Sr. Presidente desta Provincia, para uso das Escolas de Primeiras Letras”.

De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva (1977, p. 83), na linguagem dos livreiros da época, os impressos possuíam quatro tipos de designações diferentes: encadernação, brochura, folheto e papel. Analisando os anúncios, localizei a presença de folhetos como *Direitos e Deveres do homem; ou Cathecismo Moral e Filozofico*, anunciado em *O Conciliador do Maranhão* (n. 110, 31/7/1822, p. 6) como uma obra de caráter pedagógico, estando à venda na botica de Daniel Joze Ribeiro⁷², por 240 réis; e a *Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão*, de Antonio Bernardino Pereira do Lago que é anunciado como estando à venda no formato de folheto na casa de José dos Reys e Brito, por 360 réis (*O Conciliador do Maranhão*. n. 205, 28/6/1823, p. 4)⁷³.

A *Constituição Política da Monarchia Portugueza*, por sua vez, é anunciada como estando à venda no formato encadernado (*O Conciliador do Maranhão*, n. 200, 11/6/1823, p. 6) na Loja de Antonio Dias de Araujo Guimarães, na Rua dos Barbeiros. Já a obra *Tractado sobre Escripuração Commercial* é anunciada pelo *Farol Maranhense* (n. 110, 28/7/1829) no formato de brochura conforme o seguinte aviso:

Acha-se á venda na Loja do Sr. João Pereira Leite, a seguinte Obra. Tractado sobre Escripuração Commercial; vende-se em brochura po seis centos e quarenta réis. N. B. Em o principio desta Obra há um pequeno erro de impressão; que he a primeira linha de páginas quatro que devendo estar no fim da página, erradamente se acha colocada no principio.

Segundo os anúncios, foi possível perceber também que a maior parte dos pontos de venda se concentra no centro comercial da cidade, como a Rua Formosa, a Rua do Sol e a Praia Grande. Nota-se também uma quantidade significativa de endereços não informados, o que se deve, talvez, ao fato de São Luís, apesar de estar passando por momentos de grandes transformações, ainda ser uma cidade de pequenas

⁷² Possivelmente Daniel Joze Ribeiro é o mesmo Daniel Joaquim Ribeiro, encontrado inúmeras vezes vendendo livros em sua botica.

⁷³ Posteriormente, a obra *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão* foi impressa em formato de livro sendo utilizada aqui a versão editada pela ALUMAR em 2001.

proporções, onde quase todos se conheciam. Nesse sentido, o estabelecimento comercial com o maior número de obras anunciadas é a loja de Felisberto Joze Correia & C^a com 48 livros propagandeados e em segundo lugar aparece a loja de Cicarelli, localizada no Canto da Sé com 17 livros.

É interessante notarmos que a maioria dos endereços informados realmente não era de “lojas de livros”, conforme Lago (1822, p. 77) afirmou não existirem na cidade. Entre os lugares em que se realizavam a venda dos impressos, foi possível perceber “loja de bebidas”, “boticas”, “tipografias”, “casas”, “correio” e simplesmente “loja”. Como já observara Márcia Abreu (2003, p. 147): “Os livros que se perdem entre os pregos e os sabões, revelando que eles eram uma mercadoria como qualquer outra que se vendia em um armazém de secos e molhados”.

A conclusão tirada acima explica o fato de não haver nenhuma preocupação por parte dos anunciantes em agrupar as obras à venda por gênero, uma vez que em um mesmo anúncio aparecem vários tipos de livros, a exemplo do anúncio do Cicarelli (*Farol Maranhense*, n. 206, 26/6/1830, p. 874):

Livros á venda na loja de Cicarelli, no Canto da Sé. Parecer da Commissão da Fazenda. Pautas d’Alfandega. Codiges de processo civil. Almanachs dos Negociantes. Frutas do Brasil. Codigos Penal e Militar. Guias de conversação. Ultimos momentos da Imperatriz. Tratado sobre a pena de morte. Novo testamento. Constituição. Benjamin Constant, 4 volumes. Troubles Du Midi. Colleção das Leis 4 volumes. Quatro volume da ditas. Formulario do Juiz de Paz. Manual para o dito. Esboço do príncipe Eugenio. Festas do casamento de S. M. Dialogos Constitucionaas 2 volumes. Almanach para 1831. Dito para dito encadernado.

No entanto, os anunciantes já se preocupavam em valorizar as obras anunciadas, ressaltando alguns aspectos ligados a seu autor, como o caso de Diogo Feijó⁷⁴, autor de *Demonstração da necessidade da abolição do Celibato Clerical*⁷⁵, que é apresentado no anúncio da obra como “um dos mais esclarecidos membros da Camara dos Deputados;

⁷⁴ Diogo Antonio Feijó nasceu na cidade de São Paulo em 17 de agosto de 1784, sendo criado pelo padre Fernando Camargo. Iniciou sua carreira eclesiástica em 1804 ao ser nomeado subdiácono. Em 1808 tornou-se escrevente juramentado da Câmara Eclesiástica e em 1809 tomou ordens de presbítero. A partir de então, enriqueceu o suficiente para tornar-se senhor de engenho. Em 1818, largou sua fazenda para viver com os padres do Patrocínio. Assumiu papel político de destaque no pós-abdicação (1831) integrando as forças políticas liberais que ascenderam ao poder. Tornou-se regente uno em 1835 e renunciou em 1837. Faleceu em São Paulo em 10 de novembro de 1843 (ENGEL, 2008, p. 207-208).

⁷⁵ Obra impressa no Rio de Janeiro em 1828 pela Imprensa Nacional com 70 páginas. Disponível em <http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_feijo.html> Acesso: 25/2/2015. Em 1827, enquanto era deputado da primeira Assembleia Geral Legislativa, defendeu a proposta de abolição do celibato clerical encaminhada por Ferreira Viana. Sua posição em favor desse assunto pautou-se no argumento de que se tratava de medida que, visando ao bem da religião católica, contribuiria para a regeneração da conduta de muitos padres que viviam em concubinato (ENGEL, 2008, p. 207).

o qual com solidez de argumentos e muito rigor de raciocínio...” (*Farol Maranhense*, n. 60, 3/2/1829, p. 270); já no anúncio da obra *Inviolabilidade da Independência do Brasil, ou Reflexões contra as Reflexões de Mr. de Chapuis*, o anunciante que, no caso trata-se do proprietário do jornal *O Censor Maranhense*, Garcia de Abranches, reforça a importância do assunto tratado neste opúsculo (*O Censor Maranhense*, n. 15, 13/5/1826, p. 230).

Outras percepções tiradas dos anúncios são que há um aumento significativo de obras propagandeadas a partir de 1830, graças principalmente aos anúncios de Cicarelli e Felisberto Joze Correia & C^a. O jornal que mais anunciou foi *O Echo do Norte*, com 41 impressos anunciados; em seguida, está *O Publicador Oficial*, com 34⁷⁶ *O Conciliador do Maranhão*, com 33, *O Farol Maranhense*, com 30, *O Amigo do Homem*, com 3, *O Censor Maranhense* e *A Estrela do Norte* com 2 cada e, por último, a *Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão*, o *Argos da Lei*, *A Bandurra* e *A Cigarra*, com 1 anúncio cada. Além disso, é interessante notarmos que os periódicos aqui estudados anunciavam a venda de outros periódicos, entre esses alguns que não foram encontrados nessa pesquisa, como apresentado no Anexo B (Jornais anunciados que não foram localizados [1821-1834]).

3.2 Os assuntos principais: os livros de Política e de Direito

Conforme fora ressaltado no tópico anterior, os impressos de cunho político e jurídico representam o maior grupo, o que indica que esse tema estava na ordem do dia entre o público consumidor em São Luís. Por tal razão, analisarei os impressos desses gêneros mais detidamente.

Entre os impressos de cunho político podemos encontrar: *O Acolyto contra o Exorcista*; *A Jornada do Exorcista*; *Contrariedade, Razão e nada mais*; *Jornal dos Debates, sobre a Revolução de Portugal para a Constituição [sic] Portuguesa*; *Parabens á Patria, pelo Juramento a Constituição Portuguesa* e *Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira, com a ordem do dia do Corcunda [?]de má fé*, que foram anunciados por Francisco José Nunes Corte-Real, compositor de letras da Tipografia Nacional como estando a venda na loja de bebidas de Vicente Cortezze (*O Conciliador do Maranhão*, n. 37, 17/11/1821, p. 7).

⁷⁶ É de se notar que 12 obras foram anunciadas simultaneamente pelo *O Echo do Norte* e pelo *O Publicador Oficial*. Ver Anexo C (Livros Anunciados [1821-1834]).

De acordo com Maria de Fátima Braga (2011, p. 98), o impresso *O Acolyto contra o Exorcista* consiste em um opúsculo burlesco intitulado *O acolyto contra o exorcista que levou a caldeirinha, e o hysope para exorcisar a praga periodiqueira, que graçou em Lisboa*, publicado anonimamente em Lisboa em 1821 pela Imprensa da Viúva Neves & Filhos, com a licença da comissão da Censura. Segundo a autora, essa obra, escrita em dois volumes, consiste em um diálogo cômico desenvolvido em onze páginas entre um “corcunda” (exorcista) e um “constitucional” (acólito) durante o percurso que fazem de Póvoa a Vila Franca, no qual o acólito sufoca o exorcista ao rebater todas as impressões negativas que faziam renascer a ciência e ilustravam a nação.

Ainda de acordo a autora, o segundo volume deste folheto é o segundo impresso anunciado em São Luís, que aqui caracterizo como Político: *A Jornada do Exorcista desde Villa Franca até Lisboa, descripta por hum andador das almas da freguesia d’Alhandra que na estrada encontrou: e este compadecido dele o acompanhou; e a descrição do cura de póvos, sobre o relatório que lhe contou o seu sacristão dos desastres acontecidos na Jornada ao Exorcista, Parte 2*, publicado no mesmo ano, na mesma tipografia de Viúva Neves & Filhos, com 24 páginas.

Já o *Jornal dos debates* é o opúsculo *Jornal dos debates sore a Revolução de Portugal, para a constituição portuguesa, ou o diálogo de quatro amigos...*, que apesar do nome não é um periódico, mas sim de um folheto avulso de 16 páginas escrito por Joaquim Placido Galvão Palma⁷⁷ (1777-18?), que possui uma escrita com uma tendência altamente liberal (BRAGA, 2011, p. 100).

A presença de obras como as anunciadas por Corte Real se ligam ao fato de que entre 1820 e 1822, por conta do vintismo, as ideias liberais adquiriram uma inédita divulgação na América portuguesa, por meio de uma extraordinária quantidade de jornais e folhetos, muitos dos quais circularam entre os dois lados do Atlântico. Nesses, é possível identificar uma determinada cultura política enraizada nas luzes portuguesas que inicialmente caracterizou-se por uma crítica aos partidários do Antigo Regime, mas

⁷⁷ Joaquim Placido Galvão Palma foi eremita agostiniano da Ordem dos reformados. Ao sair do claustro para o estado de Presbítero secular, foi Prior da Freguesia de Monzaraz, na província de Alentejo, e deputado eleito das Cortes ordinárias de 1822. Foi preso em 1828 e liberado no ano seguinte devido suas ideias liberais. Em 1834 foi nomeado governador e arcebispo de Évora, também foi deputado nas Cortes Constituintes portuguesas de 1837. Entre suas principais obras encontram-se: *Memoria para ser recitada no augusto congresso das Côrtes...* (1821), *Discurso em que o Prior da matriz da villa Monzaraz faz...* (1822), e *Parabéns aos fieis portugueses pelo seu heroico resgate* (1834) (SILVA, 1860, p. 148).

não questionou a integridade do Império luso-brasileiro (NEVES, 1999, p. 1-2). A mesma autora afirma que:

As notícias do movimento liberal português alcançaram o Brasil no final de 1820 e, logo depois, jornais, panfletos e folhetos começaram a chegar de Lisboa e passaram a imprimir-se no Rio de Janeiro e na Bahia, gerando um intenso debate também no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e em outros locais de menor expressão. A multiplicação dos periódicos refletia uma preocupação coletiva até então inexistente em relação ao político (NEVES, 1999, p. 2).

Já sobre os impressos que vinculavam esses temas, Neves afirma que:

De caráter didático e polêmico, os panfletos e folhetos mantinham-se anônimos por causa da censura, mas, escritos sob a forma de comentários aos fatos recentes, ou de discussões sobre as grandes questões do momento, traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo (NEVES, 1999, p. 2).

Esse tema não se encontra somente nos opúsculos já citados, mas também a títulos como *Parabens á Patria, pelo Juramento a Constituissão Portuguesa*, que provavelmente é a abreviação do título do folheto *Parabens á patria pela solemnidade do juramento das bases da Constituição portugueza, por hum verdadeiro patriota: Com a "Lyra patriotica" analogo ao mesmo objecto, obra de um illustre cidadão, e insigne poeta*, de autoria de João da Mata Chapuzet⁷⁸ (1777-1842) e que também foi publicado pela tipografia da Viúva Neves & Filhos em 1821, o que confirma tal hipótese⁷⁹.

Já *Contrariedade a razão e nada mais* é o título resumido da obra *Contrariedades ao Folheto intitulado Razão e nada mais* de autoria de Agostinho Ignacio dos Santos Terra⁸⁰, que rebate as afirmações contidas no impresso *A Razão e Nada Mais*, de autoria desconhecida, que expressava sua indignação com os artigos da Constituição Portuguesa de 1821 que proibiam as candidaturas dos “Regulares das

⁷⁸ João da Matta Chapuzet foi comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro de Avis, Torre e Espada, condecorado com a maior parte das medalhas de honra da guerra peninsular, brigadeiro do Exército e governador da praça de Elvas. Entre suas principais obras encontram-se: *Lysia libertada: drama alegórico* (1808); *Lyra Constitucional* (1820); *Sentimentos de um Verdadeiro Patriota* (1820); e *Coronel Chapuzet aos seus compatriotas* (1834) (SILVA, 1859, p.416).

⁷⁹ De acordo com o site da *Base Nacional de Dados Bibliográficos da Biblioteca Nacional de Portugal*, esse folheto está escrito em “discurso e versos”. Disponível em http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=142368508GU89.422206&profile=porbase&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1256227~!3&ri=1&aspect=basic_search&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=Chapuzet,+Jo%C3%83%C2%A3o+da+Mata,+1777-1842&index=AUTHOR&uindex=&aspect=basic_search&menu=search&ri=1> Acesso em 11/2/2015.

⁸⁰ Agostinho Ignacio dos Santos Terra foi um escritor português que exerceu a profissão de ourives da Prata em Lisboa. Entre suas principais obras encontram-se: *Memória e Fundamental Exposição sobre a Util Conveniencia do Melhoramento do Estabelecimento do Mercado do Terreiro Público* (1837); *Breve Análise por Ocasião da Conta ou Exposição que a Comissão do Terreiro Publico Remeteu ao Supremo Governo do Reino* (1820) e etc. (SILVA, 1858, p. 16).

Ordens Monásticas, e mendicantes” para as eleições das Cortes (BRAGA, 2011, p. 100). Já *Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira, com a ordem do dia do Corcunda [?] de má fé* é de autoria desconhecida, mas de acordo com Jorge Pedro Sousa (2010, p. 41 apud BRAGA, 2011, p. 99) trata-se de um liberal que se utiliza do apelido “inimigo da escravidão”.

Também figura entre os impressos de caráter político o folheto *Os Ultimos Adeoses do Epaminondas Americano ao Despotismo oferecidos ao Soberanno e Independente Congresso Nacional em Cortes Geraes e Constituintes da Monarchia Portuguesa* de autoria de Manoel Paixão dos Santos Zacheo⁸¹ que estava a venda a 320 réis na botica de João Luiz de Sequeira e na loja do comendador Honório Joze Teixeira (*O Conciliador do Maranhão*, n. 148, 11/12/1822, p. 6). De acordo com Yuri Costa e Marcelo Galves (2011, p. 79-80), esse folheto, que é um dos muitos publicados por Zacheo utilizando-se do heterônimo de *O Epaminondas Americano*, fora impresso em outubro de 1822 pela Tipografia Nacional do Maranhão. Aqui, seu autor repudia com veemência qualquer noção de independência dentro do Império Português, critica os conselhos dados por José Bonifácio ao príncipe regente D. Pedro e queixa-se de que o “glorioso dia 24 de agosto” daquele ano, data de aniversário de dois anos da Revolução do Porto, havia passado sem qualquer sinal de comemoração, o que é visto por Costa e Galves como uma preocupação em construir uma resistência simbólica à ideia de Independência, que tomava corpo naquele momento.

O Conciliador do Maranhão não era o único periódico ludovicense a anunciar a venda de impressos de cunho político. Esses anúncios também ocorreram em *O Censor Maranhense*, que na edição nº 15, em maio de 1826, informava a reimpressão do folheto *Inviolabilidade da independencia, e gloria do Imperio do Brasil sustentada a pezar da carta de lei: reflexoens contra as reflexoens / de M. Chapuis, por hum brasileiro* de autoria José da Silva Lisboa obra que já fora comentada no segundo capítulo e que possui um anúncio sugestivo:

Vamos mandar reimprimir o Folheto vindo do Rio de Janeiro, intitulado = Inviolabilidade da Independencia do Brasil, ou = Reflexões contra as Reflexões de Mr. de Chapuis, de que fallamos neste N.º: heinteressantissima ao Publico, por ser doutrina amplamente conformada com os sentimentos dos bons, a vulgarisação deste Opusculo, em que se Author — hum Brasileiro = combate energeticamente as erroneas, machiavelicas, sophisticas, insendiaras, e depravadissimas doutrinas daquelle impostor sanguinario, que vem ao Brasil perturbar a paz e pregar a guerra, e que dezeja ver o Imperio

⁸¹ Para mais informações, ver Yuri Costa e Marcelo Galves (2011).

alagado em sangue humano, unico elemento desse monstro, e de seus confrades, de que nesta Provincia apenas poderemos contar meia dúzia delles; mas cujo fructo que elles vão os Brasileiros amigos sinceros do Augusto Imperador, e da prosperidade do grande Imperio Brasilico, que dezejão ver reduzido a cinzas esse Apostolo nefando da iniquidade, e dar-lhe igual Seúltura que os Francezes derão ao préfido Marate nas Cloacas de Monstmartre, e horanlo com o mesmo eítafio que lhyehproprio=

Corpore cum faedo, species, fædiororis,
Fædumpectushabet, fædingsenium.

Tradução.

O Corpo he feio, o rosto cauza horror;

Sua alma he má, o ingenho inda pior.

(*O Censor Maranhense*, n. 15, 13/5/1826, p. 230).

A escrita deste anúncio denuncia os ânimos acalorados que dominavam as ações dos políticos maranhenses daquele momento⁸².

Em 7 de maio de 1830, o *Farol Maranhense* (nº 191, p. 814) anuncia a venda do folheto *O Liberal animoso – Rebatendo a penúltima pancada mortal do liberarismo em huma correspondência anônima inserido no Periodico, Correio do Porto no N.º 173 em hum artigo comunicado. Offerecido ao Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro, e a sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria 2.ª Rainha de Portugal- Por hum curioso emigrado portuguez, amigo da verdade, do Rei, e da Lei, adverso da impostura*, na loja de Sirigueiro de Santos Lima e Companhia no Largo do Carmo.

Na edição nº 206 do *Farol Maranhense*, de 26 de junho de 1830, Cicarelli, segundo maior anunciante de impressos no período estudado⁸³, anuncia a venda, entre outras obras, de *Constituição. Benjamin Constant* e dois volumes de *Dialogos Constitucionais*. Pouco se sabe em relação à obra *Dialogos Constitucionais*, pois Cicarelli não informou o nome de seu autor, já *Constituição. Benjamin Constant* possivelmente trata-se da constituição que Benjamin Constant de Rebecque⁸⁴ preparou para o governo napoleônico no período convencionalmente chamado de governo dos 100 Dias, e que ficou conhecida como *Benjamine*. A presença desta obra em circulação

⁸² A polêmica em torno desse impresso foi brevemente analisada no capítulo anterior.

⁸³ Fica atrás somente de Felisberto Joze Correia & C^a.

⁸⁴ Benjamin Constant de Rebecque nasceu em 25 de outubro de 1767, em Lausanne, Suíça. Por parte de mãe descendia de refugiados huguenotes calvinistas franceses que se deslocaram para a Suíça em razão da perseguição religiosa empreendida na França. O pai foi soldado profissional em regimento suíço a serviço dos Países Baixos. Estudou na Universidade de Edimburgo (Escócia), sendo fortemente influenciado pelo Iluminismo Escocês. Ao buscar introduzir os princípios do liberalismo clássico de origem britânica na (tumultuada) vida política francesa se indispôs com Napoleão Bonaparte e por isso fora condenado ao exílio entre 1802 e 1815. Por intermédio do príncipe real sueco (e ex-general napoleônico) Jean Baptiste Jules Bernadotte, Constant retornou à França para fazer parte do conselho de Estado do governo napoleônico denominado “Cem Dias”. Faleceu em Paris em 8 de Dezembro de 1830 (CIRILO, 2013, p. 122).

em São Luís é de extrema importância, pois Constant foi um dos intelectuais que mais influenciaram os formuladores da Constituição de 1824. Nesse sentido, a influência de Constant na elaboração dessa Constituição se dá de acordo com Walmott Borges (apud CIRILO, 2013, p. 123) no fato de:

A primeira Constituição Brasileira ter sido também a primeira Constituição, dentre todas já existentes, a ser fruto de uma teoria política sobre Estado e Constituição, ainda que a originalidade da ideia de Constant por um Poder Moderador em consonância com outros três poderes (Legislativo, Judiciário e Gabinete de Ministros do Executivo) não tenha efetivamente sido implementada e posta em prática pelo Imperador D. Pedro I.

As percepções iniciais que podem ser avaliadas a partir dos primeiros impressos políticos que foram anunciados nos jornais ludovicenses é que eles denotam certa ânsia do público leitor por notícias mais “quentes” em relação à política, nota-se também o vínculo da cidade com a política portuguesa, mesmo após a adesão ao Império em julho de 1823⁸⁵.

Esses impressos apontam para um desejo da população ludovicense de acompanhar o que se passava nas Cortes, mesmo após o “7 de setembro”, também expressam a linha editorial de *O Conciliador*, periódico subsidiado pelo governo da província e diretamente vinculado à administração portuguesa.

No entanto, o interesse por impressos que versavam sobre as principais resoluções políticas e seus efeitos mais cotidianos continuavam a aparecer nos jornais maranhenses mesmo após a adesão da província à independência, como o *Decreto e Instruções para as Eleições dos Senadores, Deputados, e Membros dos Conselhos Provincias*, um folheto de 25 páginas que estava à venda na casa do redator de *A Bandurra*, João Crispim Alves dos Santos por 200 réis (*A Bandurra*, n. 21, 30/11/1828, p. 724) e *Ley das novas Camaras*, à venda por 120 réis em dois lugares diferentes, simultaneamente: na casa de João José de Lima e na loja de Custodio Gonçalves de Barros (*O Farol Maranhense*, n. 61, 6/2/1829, p. 274)

⁸⁵ Poucos dias antes da adesão, Antonio Dias de Araujo Guimarães anuncia a venda de *A Constituição Política da Monarchia Portuguesa* em (*O Conciliador do Maranhão*, n. 200, 11/6/1823, p. 6), em sua loja, na Rua dos Barbeiros. Outros dois impressos desse tipo foram anunciados nas páginas do mesmo jornal: *Directorio para as Eleições de Deputados de Corte* que é anunciado à venda na botica de Daniel Joaquim Ribeiro por 320 réis (*O Conciliador do Maranhão*, n. 139, 9/11/1822, p. 4) e *Collecção dos Decretos, Resoluções, e Ordens das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, desde sua instalação em 26 de Janeiro, até Julho de 1821 do N° 1 a 230 estando a venda na casa de João Paulo Chagas, no Largo do Palácio (*O Conciliador do Maranhão*, n. 181, 5/4/1822, p. 6).

Entretanto, é de se ressaltar que o número desses impressos foi caindo gradativamente ao longo dos anos - o primeiro anúncio é de 17 de novembro de 1821 e o último é de 26 de junho de 1830. Em 1834, momento pós-abdicação, de maior distanciamento em relação à “política portuguesa”, o maior anunciante de livros do período, Felisberto Joze Correia & C^a, não apresenta nenhum impresso desse gênero em seu catálogo.

Com relação às obras de Direito, estas só começam a serem anunciadas em 1830 com o já citado anúncio de Cicarelli que avisa ter para vender junto a outros livros: *Codiges de processo civil; Codigos Penal e Militar; Formulario do Juiz de Paz; Tratado sobre a pena de morte e Collecção das Leis*. Tais títulos apontam para um novo ordenamento jurídico, e sua dimensão administrativa; já os livros de Direito anunciados por Felisberto Joze Correia & C^a tinham outro perfil - mais comercial, pode-se dizer -, e demonstram a absoluta influência do Direito português nos primeiros anos do novo país. Este anunciante propagandeou em *O Echo do Norte* (n. 5, 17/7/1834, p. 20) a venda de *Direito Civil* de M.B. Carneiro, *Primeiras Linhas Criminaes, Clace dos Crimes e Dicionario Juridico* as três últimas de autoria de Pereira S. Souza, *Pratica de Juizes Divizorios* de Menezes, *Tratado dos Testamentos* de Gouveia Pinto e, *Doutrina das Acções* de Correia Telles, noutra edição do *O Echo do Norte* (n. 33, 28/10/1834, p. 132), este mesmo vendedor avisa a venda de *Direito Cambial* de Joze Ferreira Borges e “Hum bom sortimento d’Livros d’Direito”.

Com relação à obra *Direito Civil* da M.B. Carneiro ao que tudo indica consiste na obra *Direito civil de Portugal, contendo tres livros: 1.º das pessoas; 2.º das cousas; 3.º das obrigações e acções, tomos I, II e III*⁸⁶, de Manuel Borges Carneiro⁸⁷. Segundo Innocencio Silva (1860b, p.380), os três tomos dessa obra foram impressos entre 1826 e 1828, o primeiro com 346 páginas, o segundo com 343 páginas e o terceiro com 354 páginas. A presença de uma obra de Direito Civil português se articula à demanda por obras que versassem sobre essa temática, uma vez que apesar da lei de 20 de outubro de 1823 ter estabelecido urgência na elaboração do Código Civil e Criminal, o Código

⁸⁶ A obra possui um quarto tomo, mas que só fora publicado em 1840, em Lisboa, pela Imprensa de Figueiredo (SILVA, 1860b, p. 380), o que impossibilita sua presença entre as obras aqui citadas.

⁸⁷ Manuel Borges Carneiro (1774-1833) nasceu em Resende. Ingressou na Universidade de Coimbra em 1791 no qual se formou em Bacharel de Leis. Possuiu vários cargos como Juiz de fora em Vianna do Alentejo, Provedor da Comarca de Leiria, Secretário da Junta do Código Penal militar, Desembargador de Relação do Porto e da Casa de Suplicação de Lisboa. Foi eleito Deputado as Cortes Constituintes de 1821 pela Província de Extremadura. Depois da ascensão de D. Miguel e da dissolução das Cortes conservou-se por algum tempo homiziado em Lisboa até ser preso em 15 de agosto de 1828. Faleceu em 1833 (SILVA, 1860b, p. 378-379).

Civil brasileiro só entrou em vigor em 1917. Até então a legislação civil era composta pelas Ordenações Filipinas, além de leis, decretos e alvarás promulgados desde o século XVII (GRINBERG, 2008, p. 212).

Com relação às três próximas obras anunciadas por Felisberto Correia, pertencem ao advogado português Joaquim José Caetano Pereira e Sousa⁸⁸: *Primeiras Linhas sobre o Processo Criminal* teve sua primeira edição feita na oficina de Francisco Luis Ameno, em 1785, a segunda na oficina de Simão Thaddeo Ferreira em 1800, a terceira na Tipografia Laccerdina em 1806, e a quarta na Tipografia Rollandiana em 1820. Segundo Innocencio Francisco da Silva (1860, p. 93), a cada nova edição a obra era ampliada e todas as edições póstumas foram dirigidas e preparadas pelo filho do autor.

Já *Classe dos Crimes* foi impressa originalmente no formato in-quarto na Régia Oficina Tipográfica de Lisboa em 1803, possui uma segunda edição “emendada e acrescentada” impressa na Oficina de J. F. M. de Campos com 388 páginas, e uma terceira edição, também publicada no formato in-quarto em Lisboa em 1830 com o título de *Classe dos crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual* (SILVA, 1860, p. 93). Felisberto Jozé Correia não informou o preço desta obra, nem especificou qual edição estava comercializando, mas ao que tudo indica trata-se da última que estava à venda, a 1600 réis na loja da Viúva Bertrand Filhos, em 1830⁸⁹.

Por fim, o *Dicionário Jurídico* provavelmente é a abreviatura do título da obra *Esboço de um Dicionário Jurídico, Theorético e Pratico, Remissivo ás Leis Compiladas e extravagantes*, publicada postumamente por diligência do filho do autor, em 1827, na cidade de Lisboa. Em formato *in-folio*, a obra foi publicada em dois tomos (SILVA, 1860, p. 94).

⁸⁸ De acordo com Innocencio Silva (1860a, p. 93), Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1740 ou 1750?-1818?) foi Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e advogado na Casa de Suplicação de Lisboa e ao que parece não chegou a se formar em nenhuma faculdade. No entanto, se tornou um advogado de profissão e um dos mais hábeis e proficientes jurisconsultos portugueses. “Tudo o que se acha exposto nas suas obras a respeito do processo, conforme as leis e estilos do tempo em que escreveu, é no conceito dos homens competentes e imparciais, tratado com suma clareza, abundância e exatidão”.

⁸⁹ Catalogo D'alguns Livros, que Viuva Bertrand e Filhos mandário imprimir por sua conta, e de outros que teem de sortimento, e se vendem na sua loja, junto á Igreja de Nossa Senhora dos Martyres, N.º 45, em Lisboa. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=yY5aAAAacAAJ&pg=PA12-IA1&lpg=PA12IA1&dq=Catalogo+d%27alguns+livros,+que+a+viuva+Bertrand+e+Filhos+mandar%C%A3o+imprimir&source=bl&ots=Im_58UlcNi&sig=V1_w61s8u36Gqniq5NDWN8ccm4E&hl=ptBR&sa=X&ei=siOHVYPxHe_LsASdvbWoDw&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso: 24/2/2015.

A próxima obra anunciada por Felisberto foi *Pratica de Juizes Divizorios* de Menezes. De acordo com Silva (1858, p. 24), trata-se do livro *Practica dos Juizos Divisorios, ou formulário dos inventários, partilhas, contas, marcações, tombos, e outros processos sumários etc. Tomo I*, publicada pela Impressão Régia de Lisboa em 1819 com 207 páginas de autoria de Alberto Carlos de Menezes⁹⁰ que possuiu três impressões no qual a última fora póstuma.

O *Tratado de Testamentos* é a abreviatura do livro *Tratado regular e pratico de testamentos, e successões ou compêndio methodico das principaes regras e principios que se podem deduzir das leis testamentarias* de autoria de António Joaquim de Gouvea Pinto⁹¹. De acordo com Silva (1858, p. 161), sua primeira edição foi impressa com 193 páginas no formato in-quarto na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira. Com quatro edições feitas postumamente, Silva as considera como a obra mais completa a tratar sobre esse assunto.

A penúltima obra jurídica anunciada por Felisberto foi *Doutrina das Acções, accommodada do Fôro de Portugal* de José Homem Corrêa Telles⁹². Impressa originalmente em 1819 em Lisboa no formato in-quarto, com uma segunda e terceira edições impressas na capital lusitana, também fora reimpressa no Rio de Janeiro na década de 1840, o que demonstra sua importância na esfera jurídica brasileira (SILVA, 1860, p. 368).

A última obra caracterizada como de Direito que possuiu sua venda propagandeada por Felisberto Joze Correia & C^a nas páginas de *O Echo do Norte* foi *Direito Cambial* de José Ferreira Borges⁹³. Provavelmente trata-se da obra *Instituições*

⁹⁰ Alberto Carlos de Menezes formou-se Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto, Superintendente geral d'Agricultura e etc. Em 1822 foi eleito deputado das Cortes ordinárias da nação e a data de seu falecimento é posterior a 1837 (SILVA, 1867, p. 23-24).

⁹¹ Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, que serviu em vários cargos vinculados a magistratura, como corregedor da Comarca de Porto Alegre, juiz do tomo dos Almoarifados de Bemposta e Reguengo de Algés, e desembargador na Casa de Suplicação (SILVA, 1858, p. 161).

⁹² José Homem Corrêa Telles nasceu em 10 de maio de 1780, na vila de São Tiago de Besteiros, e formou-se na faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, em 1800. Foi primeiro magistrado e depois advogado. Atuou também como político sendo eleito Deputado das Cortes constituintes portuguesas em 1821 no qual se tornou notável por suas opiniões moderadas. Faleceu em Estarreja, em 3 de Julho de 1849 (SILVA, 1860, p. 368).

⁹³ José Ferreira Borges foi bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1805. Nascido na cidade do Porto foi advogado nesta cidade entre 1808 e 1820, Secretário da Junta da Companhia dos vinhos do Alto-Douro em 1818, Membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, Deputado às Cortes Constituintes em 1821, Conselheiro de Estado em 1823, Supremo Magistrado do Comércio e Juiz Presidente do Tribunal Comercial de segunda Instancia em 1833. Falecido em 1838, escreveu entre outras obras: *Princípios de Syntetologia* (1831), *Instituições de Medicina Forense* (1832),

de *Direito Cambial portuguez, com referências ás leis, ordenações e costumes dos principaes praças da Europa acerca das letras de cambio* que diferentemente das outras obras anunciadas por Correa, fora impressa originalmente em Londres no formato in-oitavo em 1825 (SILVA, 1860, p. 328).

Em relação às outras obras de direito, propagandeadas por outros anunciantes, estas são o *Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz* e o *Índice Alfabético das leis do Brazil*. Em relação à primeira, apesar de ser anunciada na edição número 13 de 18 de agosto de 1834 (*O Echo do Norte*, n. 13, 18/8/1834, p. 52), seu anúncio possui a data de 8 de agosto de 1834. Neste aviso, a obra é propagandeada como “obra utilíssima aos Juizes de Paz, e seus Escrivães; por nella ensinar-se como os Juizes de Paz se devem haver no processar dos Crimes; e mais casos, que são de sua competência”. A obra não estava à venda em nenhum estabelecimento comercial uma vez que seu anunciante pediu uma subscrição de 2000 réis no qual os nomes dos interessados seriam colocados em uma lista impressas na Tipografia Abranches.

Já o *Índice Alfabético das leis do Brazil* era vendido a 6000 réis na loja de Feliciano Antonio Pinheiro, na casa 5, da rua de Nazareth (*O Echo do Norte*, n. 17, 1/9/1834, p. 68). Essa obra é tratada como uma continuação do repertório geral de Manoel Fernandes Thomaz⁹⁴

A partir da descrição feita acima, pode-se perceber que os anúncios da venda de livros de Direito, em especial os de Direito Criminal, só vieram a acontecer a partir de 1830, provavelmente por que este é o ano da aprovação do Código Criminal⁹⁵ brasileiro,

Código Comercial Portuguez (1833), e *Instituições de economia política* (1834) (SILVA, 1860, p. 327-330).

⁹⁴ Manuel Fernandez Thomás nasceu em Figueira da Foz em 30 de Junho de 1771, completou seu bacharelado na faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1791. Ocupou diversos cargos como Juiz de fora da vila de Arganil em 1801 e Superintendente das Alfandegas e dos Tabacos nas comarcas de Aveiro, Coimbra e Leiria. Fundou em 1817 na cidade do Porto junto a José Ferreira Borges e José da Silva Carvalho o Sinédrio, associação política que preparou, dirigiu e consumou a Revolução do Porto de 1820. Faleceu em Lisboa em 1822 (SILVA, 1860b, p. 420-421). De acordo com Marcelo Galves (2010, p. 134), sua morte ocorrida em 1822 foi anunciada com grande pesar pelo *Conciliador*. Os caixeiros organizaram homenagens a Thomaz e um mausoléu foi construído no Distrito de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru. É importante ressaltar que uma obra feita como homenagem póstuma a ele foi anunciada no *Conciliador: Versos Elegíacos á Memoria de Manoel Fernandes Thomaz*, de autoria de Manoel Ferreira Freire (*O Conciliador*, n. 164, 5/2/1823, p. 4). O impacto da morte de Tomás pode ser compreendido como indicativo da receptividade de certas concepções constitucionais no Maranhão.

⁹⁵ O Código Criminal de 1830 se inspirou nos princípios da Revolução Francesa e no Direito clássico então em voga na Europa, que despertou a admiração de juristas e criminalistas europeus e latino-americanos servindo como modelo para o código espanhol de 1848, o argentino de 1868 e o paraguaio de 1880. Suas penalidades de acordo com a ordem crescente de gravidade eram a perda da suspensão do emprego, multas, desterro, degredo, banimento, prisão simples, prisão com trabalho, galés e morte. Em relação aos crimes mais graves, estes eram punidos com galés temporárias aplicadas em crimes contra a pessoa e a propriedade, as galés perpétuas que por sua vez eram aplicadas em crimes públicos, homicídios

elaborado a partir do projeto de Bernardo Pereira de Vasconcelos⁹⁶ e primeiro código do Império a substituir o direito colonial, revogando o livro V das Ordenações Filipinas – em 1832, o Código Criminal foi complementado pelo Código do Processo Criminal (GRINBERG, 2008, p. 145).

3.3 A normatização da língua: as gramáticas e os dicionários

O terceiro maior grupo temático dos livros anunciados nos jornais maranhenses é composto por obras de Economia (13), já os Dicionários e Gramáticas possuem 12 e 9 títulos, respectivamente⁹⁷. Ao somarmos os dois últimos grupos percebemos que juntos eles correspondem ao segundo lugar, atrás apenas das obras de Política e na frente das obras de Direito. Essa grande presença de impressos dedicados aos usos da língua são por si só significativos do período de normatização linguística que a América portuguesa, agora Império do Brasil vinha passando no momento.

Tal hipótese é mais bem averiguada ao compararmos os títulos das obras anunciadas com aquelas remetidas através dos órgãos censores portugueses, a Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço, aqui já comentadas em todo o período abarcado pela documentação desses dois órgãos conforme apresento nos Anexos E (Livros anunciados nos jornais maranhenses, presentes na documentação da Real Mesa Censória [1773-1826]) e F (Livros anunciados nos jornais maranhenses presentes na documentação do Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas [1807-1832]).

De acordo com essa interseção, as obras que foram anunciadas e que mais foram remetidas para o Maranhão foram *Virgílio*, remetido 24 vezes para a Real Mesa Censória e por 3 para o Desembargo do Paço, seguido pela *Gramática de Lobato*⁹⁸

sem agravantes, insurreição e pirataria e principalmente a morte aplicadas em caso de insurreição escrava, homicídios com agravantes e roubos seguidos de morte (GRINBERG, 2008, p. 145-146).

⁹⁶ Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Vila Rica em Minas Gerais em 1795 em uma família de prestígio. Seu pai, Diogo Vasconcelos exercera cargos importantes na capitania. Em 1813 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no qual se formou em 1819. No ano seguinte retornou ao Brasil tornando-se juiz de fora de Guaratinguetá. Integrou o grupo de jovens liberais que se opuseram ao governo de D. Pedro I e desempenharam um papel fundamental na ascensão dos liberais moderados ao poder em abril de 1831. Atuou como deputado da oposição desde a legislatura de 1826 possuindo participação destacada nos governos regenciais. Até sua morte, durante a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, em maio de 1850, manteve significativa participação na política imperial, agraciado com os títulos da Ordem do Cruzeiro e da Legião de Honra da França (ENGEL, 2008, p. 91-92).

⁹⁷ Ver Anexo H (Livros Anunciados - por Assunto).

⁹⁸ A *Gramática de Lobato*, anunciada em *O Echo do Norte* (n. 5, 17/7/1834, p. 20) trata-se da obra *Arte da Gramática da Língua Portuguesa, composta e oferecida ao Ill.mo e Ex.mosr. Sebastião José de*

remetida por 22 vezes pela Real Mesa Censória e por uma no Desembargo do Paço, *Dicionário de Moraes*⁹⁹ e outros autores remetida por 19 vezes pela Real Mesa Censória e uma pelo Desembargo do Paço; *Horácio* remetido 17 vezes pela Real Mesa Censória e 3 vezes pelo Desembargo do Paço, e *As aventuras de Telemaco*¹⁰⁰, remetida por 14 vezes pela Real Mesa Censória e por uma pelo Desembargo do Paço.

Com relação às gramáticas e aos dicionários, sua grande presença se explica, de acordo com Jean-Yves Mollier (2008, p. 7), pelo fato do século XIX ter se caracterizado como o século dos dicionários e das enciclopédias, fato diretamente relacionado à expansão da cultura impressa ocorrida nessa centúria, que fez que a leitura deixasse de ser uma atividade reservada a uma elite, para se tornar um lazer e uma necessidade compartilhada por um número bem mais vasto de pessoas. Tal mudança nos hábitos de leitura é explicada por esse autor mais pela revolução escolar ocorrida no Oitocentos do que pela revolução industrial, possibilitando que os primeiros best-sellers mundiais, excetuando-se a Bíblia, fossem os manuais escolares destinados a alfabetização geral, cujos maiores exemplos foram os dicionários e as enciclopédias.

Ainda de acordo com Mollier (2008, p. 111), a verdadeira indústria de divulgação e vulgarização do conhecimento no XIX teve como característica a presença de dicionários e enciclopédias devido o seu caráter de inventário geral do conhecimento. Outra característica da expansão dos dicionários nessa época foi a utilização dos anúncios como forma de divulgação, bem como a distribuição maciça de folhetos e impressão de cartazes. Ademais, Jean-Ives Mollier chama atenção para o fato de que outro fator que ajudou no processo de expansão dos dicionários, além da escolarização e das necessidades culturais do momento, foi a agilidade na elaboração desses produtos, agora muito maior, atraindo editores para o novo mercado. Ainda segundo Mollier:

Carvalho e Mello, Marquez de Pombal etc. de autoria Antonio José dos Reis Lobato, cavaleiro da Ordem de Cristo e Bacharel (provavelmente na faculdade de Leis) pela Universidade de Coimbra. Impressa originalmente em Lisboa em 1771 pela Régia Oficina Tipográfica no formato in-oitavo (SILVA, 1858, p. 175).

⁹⁹ O *Dicionário de Moraes*, anunciado em *O Publicador Oficial* (n. 200, 12/10/1833, p. 826) e em *O Echo do Norte* (n. 5, 17/7/1834, p. 20), provavelmente trata-se do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra que viveu na América Portuguesa. Servindo primeiramente no cargo de Desembargador na Relação da Bahia, mudou-se para Pernambuco onde se tornou senhor de engenho. *Dicionário da Língua Portuguesa* teve sua primeira edição impressa em 1789 em Lisboa pela Oficina de Simão Thaddeo Ferreira no formato in-quarto e possuindo dois tomos. A partir daí, teve várias edições, sempre ampliadas. De acordo com Telmo Verdelho (2003, p. 473), este dicionário “constitui a mais importante referência na história da lexicografia portuguesa. Como dicionário geral da língua, podemos dizer que desencadeou o início da dicionarística monolíngue moderna portuguesa”.

¹⁰⁰ No anúncio desta obra, ela aparece grafada como *Talamaco*.

O conjunto desses fatores não explica totalmente a moda das enciclopédias e dos dicionários no século XIX, e não poderíamos negligenciar a fome de saber de seus redatores, suas ambições pedagógicas e morais, assim como o gosto pronunciado do público por essas bibliotecas portáteis, cuja leitura familiar e coletiva correspondia a maneira de viver da época (MOLLIER, 2008, p. 118).

A grande presença de dicionários no Maranhão nos primeiros decênios do século XIX se mostra então como um exemplo de uma atividade que acontecia de uma maneira mais geral. É interessante notar que os produtores desse tipo de impresso achavam que com dicionários e enciclopédias conseguiriam disciplinar a sede de conhecimento da população (MOLLIER, 2008, p. 118). O sucesso dos dicionários no século XIX também se explica por que além das ambições ideológicas, políticas, culturais, pedagógicas, morais, religiosas ou laicas que os editores destes possuíam, havia também a dimensão econômica, onipresente, uma vez que durante o século XIX, os dicionários e enciclopédias deixaram de visar somente à elite para visar à população como um todo, alterando assim a escala de produção (MOLLIER, 2008, p. 125-126).

No entanto, a grande quantidade de dicionários remetida para o Maranhão, bem como seus anúncios nos jornais maranhenses, não se relaciona somente com o fato de no século XIX ter ocorrido a revolução escolar, como aponta Mollier, mas também por ter ocorrido neste século, principalmente após a independência e durante o processo de construção do Estado-Nação, a padronização da língua falada no Brasil. Nesse sentido, segundo Ivana Stolze Lima (2011, p. 469), a língua nacional no Brasil foi formada no século XIX através de dimensões políticas, sociais e simbólicas no qual diferentes grupos sociais estavam envolvidos, em que além da disputa com Portugal sobre a legitimidade da herança da língua lusa, a formação da língua também se deu através de seu processo de expansão interna, no qual educação, imprensa e literatura foram instituições decisivas nesse processo.

Ao remontar à situação linguística da América portuguesa, a autora afirma que o ano de 1757 foi um marco na história da língua portuguesa no Brasil, pois nesse ano devido uma necessidade de comunicação mais forte do que as existentes até o século XVII, a metrópole obriga o uso da língua portuguesa em sua colônia. Com essa determinação, advinda de um projeto político do Marquês de Pombal, o português oficial fora adotado, ainda que com resistências.

Ainda segundo Ivana Lima (2011, p. 482), a imprensa foi um meio de comunicação estratégico para a disseminação / padronização da língua, uma vez que a

palavra impressa dissemina ou realimenta o uso da língua portuguesa, estando relacionada com o processo de expansão interna da língua escrita no qual se considera não só a leitura individual e silenciosa, como também a leitura coletiva presente naquela época. Nesse sentido, os manuais de retórica, gramáticas e lições constituíram um filão importantíssimo para as atividades tipográficas no século XIX, devido sua importância na estabilização e padronização do idioma.

Diante disso, percebemos que a padronização do português era um tema em voga na época, o que explica toda essa ânsia de uma parte da sociedade maranhense por obras como *Dicionários - d'Moraes e outros Autores, Grammatica de Lobato, Gramatica da Lingua Portugueza – Compendio* e etc.

A importante presença de obras desse tipo no Maranhão também se relaciona com o fato da gramática prescritiva exercer sobre o individuo uma espécie de poder centralizador (LIMA, 2011, p. 484) e também por que as gramáticas estavam relacionadas com a expansão do saber escolar, conforme já observado por Mollier. Registre-se que, como a Constituição de 1824 havia disposto, foi elaborada uma lei em 1827 que mandava criar escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Isso se relaciona diretamente com a cidade de São Luís daquela época, pois esta possuía 14 escolas públicas em 1827 (ano da lei, e 24 em 1828) e apenas uma particular, chamada Escola Silveira, de propriedade do italiano Thiago Carlos de La Rocca (BRAGA, 2011, p. 200-205).

No entanto, a partir da “adesão” do Maranhão ao Império do Brasil, a província estreitou suas relações com a corte imperial do Rio de Janeiro. Partindo desse pressuposto, ao relacionarmos as obras anunciadas nos periódicos maranhenses entre 1821 e 1834 com as obras impressas na Impressão Régia do Rio de Janeiro entre os anos de 1808 a 1822, pude construir o Anexo G (Livros anunciados que saíram da Impressão Régia [1808-1822]), que apresenta a interseção dessas obras.

Ao compararmos os dados apresentados no Anexo G (Livros anunciados que saíram da Impressão Régia [1808-1822]) com os Anexos E (Livros anunciados nos jornais maranhenses, presentes na documentação da Real Mesa Censória [1773-1826]) e F (Livros anunciados nos jornais maranhenses presentes na documentação do Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas [1807-1832]) que tratam dos livros remetidos para o Maranhão através da Real Mesa Censória e da Mesa do Desembargo do Paço, percebemos que as maiores quantidades de títulos anunciados estão relacionadas com as obras que passaram pelo crivo dos órgãos censores portugueses, ou

seja, foram impressas em Portugal, e que uma diminuta porcentagem de tais títulos teve origem na Imprensa Régia do Rio de Janeiro. A partir desse exercício, podemos concluir que mesmo depois da “adesão”, o Maranhão ainda continuava muito mais ligado, pelo menos no que consiste ao circuito envolvendo os impressos, com Portugal do que com o novo corpo político, cujo centro de autoridade se situava no Rio de Janeiro.

Considerações finais

Após essa análise sobre a circulação e eventual comércio de impressos em São Luís no início do século XIX, reitero que levando em consideração as afirmações de Roger Chartier (1988, p. 134) de que não existe uma correspondência estrita entre clivagens culturais e hierarquias sociais, relacionamentos entre formas culturais particulares e grupos sociais específicos; e as de Robert Darnton (1992, p. 216), de que historicamente os livros tiveram mais ouvintes que leitores, não compreendo o livro no período de análise do presente trabalho como sinal de erudição/status, mas sim como uma forma de letramento, fruto de uma demanda gerada por uma sociedade que passava por um momento de crescimento urbano, o que exigia novas formas de organização.

Nesse sentido, a demanda por materiais impressos em São Luís cresceu de uma forma significativa a partir da virada do século XVIII para o XIX. Nessa época, diante da abertura dos portos às nações amigas de 1808 e os tratados assinados pelo príncipe regente D. João com a Inglaterra, em 1810, foi possível perceber um nítido aumento da importância econômica que a capital do Maranhão passou a ter. Tal crescimento, melhor visualizado a partir das observações dos viajantes estrangeiros, em especial Henry Koster, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Martius, e por pessoas radicadas no Maranhão, como o fazendeiro Raimundo de Souza Gaioso e o engenheiro português Antônio Bernadino Pereira do Lago, fez que crescesse a demanda por um determinado tipo de literatura.

A presença estrangeira, especialmente britânica, potencializada pelos tratados comerciais e institucionalizada com a instalação do consulado, em 1811, tornou premente a aproximação com o idioma da terra, base para uma importante circulação de dicionários e gramáticas.

Outro sintoma / motivo para o crescimento da cidade foi a instalação do Tribunal da Relação, em 1813, que relacionado à circulação e ao aumento da população atraiu uma grande quantidade de advogados, potenciais consumidores de uma literatura jurídica.

Com a Revolução do Porto em 1820 e os efeitos do chamado vintismo na política maranhense, pensados aqui a partir das agitações em torno da permanência ou não do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, na recepção das ideias desse movimento nos impressos do Maranhão (NEVES, 1999, p. 2) e na formação de espaços

públicos de representação política (GALVES, 2010), houve uma demanda cada vez maior por notícias sobre essa movimentação política, nos dois lados do Atlântico.

Com a Independência, outras “demandas impressas” surgiram, muitas delas articuladas à organização do Estado nascente, mas também pude observar significativas permanências em relação ao “mundo português”.

Por fim, ressalto que o mapeamento e análise dessa documentação – realizada por pesquisadores do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista e por outros grupos de pesquisa – ainda exigirá muito trabalho. Espero que essa monografia tenha contribuído com esses esforços de pesquisa.

Referências

Documentos

A) Manuscritos

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Livro 50 (1798-1804) – Livro de registro da correspondência do Governador e Capitão-General com as autoridades locais e de fora da Capitania.

Livro 63 (1821-1822) - Livro de registro da correspondência do Governador e Capitão-General. Junta provisória e administrativa do Maranhão com diversas autoridades.

Livro 65 (1822-1823) - Livro de registro da correspondência da Junta provisória e administrativa do Maranhão; 1º Junta provisória com diversas autoridades.

Livro 66 (1822-1825) - Livro de registro da correspondência da Junta provisória e administrativa do Maranhão; 1º Junta provisória, 2º Junta provisória e Presidente da província com diversas autoridades.

Livro 67 (1827) - Livro de registro da correspondência do Presidente da província com diversas autoridades.

Livro 68 (1828-1829) - Livro de registro da correspondência do Presidente da província com as autoridades civis da cidade.

Livro 69 (1829-1830) - Livro de registro da correspondência do Presidente da província com diversas autoridades.

Livro 1337 – Atas do Conselho do Governo da Província do Maranhão. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Livro 1338 – Livro de Ordens do Conselho Presidencial (1826-1834). Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo Real Mesa Censória, caixa 159.

Fundo Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas.

Arquivo do Tribunal de Justiça.

Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo Tribunal da Relação do Maranhão, caixa 3.i, N° 314.

Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo Tribunal da Relação do Maranhão, caixa 4.g.1, N° 525.

Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo Tribunal da Relação do Maranhão, caixa 4.j.2, N° 629.

Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo Tribunal da Relação do Maranhão, caixa 5.c.7, N° 893.

Arquivo do Tribunal de Justiça. Fundo Tribunal da Relação do Maranhão, caixa 5.e.1, N° 1002.

B) Impressos

- Jornais

O Amigo do Homem. São Luís, 16 jul 1825; jan-dez 1827.

Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras; por huma sociedade de portuguezes residentes em Parîs. Tomo XI. Paris: Sociedade Real Acadêmica das Sciencias de Paris. 1821

Argos da Lei. São Luís, 07 jan-21 mai, 1825.

A Bandurra, São Luís, 15 jan- 28 ago, 1828.

O Brasileiro, São Luís, 23 ago-16 nov, 1832.

O Censor, São Luís, 08 fev-26 fev, 1825, 7 mar-24 mar 1825, 25 fev, 1826, 13 mai, 1826.

A Cigarra, São Luís, 12 out 1829 - 17 abr 1830.

(O) Echo do Norte, São Luís, 03 jul 1834 – 30 dez 1834.

A Estrella do Norte do Brazil, São Luís, 11 jul, 1829, 15 mai 1830.

A Folha Medicinal, São Luís, mar-13 mai, 1822.

O Conciliador do Maranhão, São Luís, 3 mai-6 mai, 1821, 10 nov-19dez, 1821, jan-jun, 1822.

O Despertador Constitucional São Luís, 14 ago 1828.

Farol Maranhense, São Luís, mai-ago 1829, jan-dez 1830, jan-abr 1831.

Gazeta Extraordinária do governo da província do Maranhão, São Luís, 1823.

O Jornal dos Annuncios, São Luís, 01-15 mar 1831.

A Minerva: folha política, litteraria e comercial, São Luís, 21 ago, 1828, set-dez 1828, jan 1829-5 mar 1829.

Publicador Official, São Luís, abr-dez, 1834, jan-abr, 1835.

O Publicola Brasileiro, São Luís, 06/02/1834.

O Semanario Official, São Luís, 22 dez 1830, 11 jan-19 jan 1831, 2 mar, 1831.

- Leis

Carta de 20 de Outubro de 1823. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil 1823*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Parte I.

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee de. *Garcia de Abranches, o Censor (o Maranhão em 1822)*. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Co, 1922.

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, Martha. Tipografias. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 697-698.

_____; SCHUELER, Alessandra. Instrução. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 382-384.

ANDRADE, Alysson dos Reis. *A atuação do gigante albion na América Lusa: A atividade consular britânica no Maranhão entre 1813 e 1823*. 2014. 90 f. Monografia. (Graduação) - Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey. 3 ed. Tradução Joaquim Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.

ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Exportação, mercado interno e crise de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860). In: CARVALHO, Claunísio Amorin; CARVALHO, Germano Costa Queiróz (orgs.). *Pergaminho maranhense: estudos históricos* (vol. 1). São Luís: Café & Lápis, 2010, p. 143-184.

BASÍLIO, Romário Sampaio. O comércio das Luzes: procuradores e comerciantes no trânsito livresco (Lisboa–São Luís, 1799-1826). In: *Anais do XXVII simpósio nacional de história*. Natal, 2013, p. 01-09.

_____. *Impressos e mercadores ao mar: Luzes e sombras entre Portugal e o Maranhão (1768 - 1826)*. 2014. 79f. Monografia. (Graduação) - Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos*. 1999. In: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/escolaprimaria.htm>. Acesso: 29/03/2015

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 1º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 2º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 3º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 4º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 5º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 6º vol.

_____. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7º vol.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831)*. 2011. 245 f. Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, 2011.

BRAGANÇA, Aníbal. Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808). *Floema*. Ano III, n. 5 A, p. 113-135 out. 2009

CALDEIRA, José de Ribamar. *O Maranhão na Literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: AML/SIOGE, 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. Vol. I e II. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *O livro escolar no maranhão império: produção, circulação e prescrições*. 2012. 450 f. Tese (Doutorado) Curso de Doutorado em Educação Escolar, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFFEL, 1988.

CIRILO, Julio Cesar Ferreira. Princípios de política aplicáveis a todas as formas de governo - Benjamin Constant de Rebecque In: BORGES, Alexandre Walmott (org.) et al. *Clássicos de Direito Constitucional*. Curitiba: 2013. p. 122-139.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *O Conselho Presidial do Maranhão (1825 - 1829)*. São Luís, 2013. 85 f. Monografia (Graduação) - Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

COELHO NETO, Eloy. *A independência e a adesão do Maranhão*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, nº 21, 1998, p. 67-73.

COSTA, Yuri e GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2011.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-236.

_____; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DEAECTO, Marisa Midori. A cidade e os livros: instituições de leitura e comunidades de leitores em São Paulo (1808-1831). In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 419-437.

ENGEL, Magali Gouveia. Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 91-92.

_____. Diogo Antônio Feijó. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 207-209.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão Oitocentista. In: COELHO, Mauro Cezar et al. (orgs.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 231-247.

FARIA, Sheila de Castro. Abertura dos Portos. In: VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 18-19.

_____. Código Comercial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 143-145.

_____. Companhias de Comércio. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 127-130.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FERREIRA, Valdemar de Azevedo. Introdução. In: ADDISON, Joseph, 1672-1719. *Os Prazeres da Imaginação*. Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa e Edições Colibri, 2002. p. 9-36.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. São Paulo: Global, 2010.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Paris: Oficina de P.N. Rougeron, 1818.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. 2010. 356 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

_____. À sombra da Corte: impressos e público leitor no Maranhão. In: CASTRO, César Augusto (org). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010b, p. 67-87.

_____. Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. p. 1-11.

_____. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014 p. 119-136.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Tribunal da Relação. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 562-565.

GRINBERG, Keila. Assembleia Constituinte. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 58-60.

_____. Código Criminal. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 145-147.

_____. Direito Civil. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 212-213.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KOSTER, Henry. (1816) *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LEAL, Antonio Henriques. (1862) Introdução. In: VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

_____. (1873) *O Pantheon Maranhense*. Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2 ed. São Luís: Editorial Alhambra, 1987, tomos I e II.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. p. 469-497.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACÁRIO, Mariana Pedron. *José Clemente Pereira e o debate jurídico do Império 1830-1850*. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, 2011.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia de Frias, 1870.

_____. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 2008.

MEIRELES, Mário. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre a história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.

NEVES, Guilherme Pereira das. Rodrigo de Souza Coutinho. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 659-660.

_____; e VAINFAS, Ronaldo. Antigo Regime. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 43-46.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 41-65, dezembro 1999.

_____. As Belas Letras na Livraria de Jean Baptiste Bompard (1824-1828). *História (São Paulo)* v.32, n.1, p. 79-98, jan/jun 2013.

_____. José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. In: VAINFAS, Ronaldo & _____ (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 275-277.

_____. Revolução do Porto. In: VAINFAS, Ronaldo & _____ (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 391-393.

QUEIRÓS, Francisco Fortunato. *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1983. 1º Parte

RAMINELLI, Ronald. José Mariano da Conceição Veloso. In: VAINFAS, Ronaldo & NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 284-285.

RENAULT, Delso. *O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais*. Rio de Janeiro: CBBA/Propeg, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. T. 1.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. T. 2.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. T. 3.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. T. 4.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860b. T.5.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. T. 6.

_____. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862b. T. 7.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vices-reis*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Produção, distribuição e consumo de livros e folhetos no Brasil Colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Vol. 314. Janeiro-Março, p. 78-94, 1977.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, tomo II.

TSCHICHOLD, Jan. *A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. Henry Koster. In: _____ (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 336-337.

_____. Johann Baptist Von Spix. In: _____ & NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 256.

_____. Karl von Martus. In: _____ (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 459-461.

VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.

VERDELHO, Telmo. O dicionário de Morais Silva e o início da lexografia moderna. In: *História da língua e história da gramática – actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho, 2003, p. 473-490.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

VILLATA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. 443 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, 2v.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, v. 11 (suplemento 1), p. 131-40, 2004.

ANEXOS

Anexo A – Primeiras publicações do Maranhão (1821-1834)

Impresso / Ano (em ordem alfabética)	Folha avulsa (réis)	Local (venda)
<i>(O) Amigo do Homem</i> (03/01/1827- 29/12/1827)	-	Casa do Redator (Largo de João do Valle)
<i>Argos da Lei</i> (07/01- 21/05/1825)	100	Botica de João José de Lima
<i>(A) Bandurra</i> (15/01/1828 – 31/12/1828)	200	Casa do Redator (Largo de João do Valle) e na Loja de Daniel Garção de Mello
<i>(O) Brasileiro</i> (08/02 1830–25/05/1830; 23/08/1832– 16/11/1832)	40	Casa do Redator (Rua Formosa, N° 67); na Casa do Sr. Antonio Joze de Lemos (Rua Grande) e na Tipografia Constitucional
<i>(O) Censor / Censor Maranhense</i> ¹⁰¹ (08/02/ 1825-05/1830)	160	Loja do Sr. Maia (Praia Grande); na Botica do canto grande do Largo do Carmo; na Botica do Padre Tezinho (Largo do Carmo); na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro e na Botica de Mathias Joze Fernandes (Rua Grande)
<i>(A) Cigarra</i> (12/10/1829–17/04/ 1830)	160	Junto à escola do Capitão Joze Martins (Rua da Paz); Loja de Manoel Pires Verde & C ^a (Praia Grande) e na Casa da Imprensa Nacional
<i>(O) Conciliador do Maranhão/(O) Conciliador</i> ¹⁰² (06/05/1821, 10 /11 – 19/12/ 1821, 05/01 – 29/06/1822)	-	Botica do Largo do Carmo (edições manuscritas); Botica de Daniel Joaquim Ribeiro; Loja do Sr. Manoel Antonio dos Santos Leal (Largo do Carmo); Botica do Sr. Manoel Duarte Godinho e na Imprensa Nacional.
<i>(O) Echo do Norte</i> (10/06/1834 – 23/12/1834)	160	Tipografia de Abranches e Lisboa (Rua do Alfogados, casa N.º43)
<i>(A) Estrela do Norte</i> (11/07/1829 – 15/05/ 1830)	-	Casa do Redator (Rua do Sol) e na loja do Sr. Albres Pereira Leite
<i>(O) Despertador Constitucional</i> (14/08/1828)	-	-
<i>(A) Folha Medicinal do Maranhão</i> (11/03 - 13/05/1822)	100	Botica do Snr. José do Carmo (Rua Grande)
<i>(O) Farol Maranhense</i> (01/05- 25/08/1829; 01/01/1830 -12/04 1831)	120	Casa do Sr. Antonio José de Lemos (Rua Grande); Casa do Ourives Joze Francisco Borges d'Almeida (Rua Grande) e na casa do Sr. Manoel Joze Rodrigues (Rua do Sol)
<i>Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão</i> (19/11/1823 - 13/12/1823)	-	-

¹⁰¹ A partir do número 8, o jornal *O Censor* passa a se chamar *Censor Maranhense*.

¹⁰² A partir do número 77, o jornal *O Conciliador do Maranhão* passa a se chamar *O Conciliador*.

<i>(O) Jornal Dos Anuncios (01/03-15/03/1831)</i>	40	Tipografia Constitucional
<i>(A) Minerva: folha política, litteraria e comercial (31/08/1828 – 05/03/1829)</i>	-	Correio Geral (Rua de Nazareth)
<i>(O) Publicador Official (22/10/1831 – 27/12/1834)</i>	120	Tipografia Liberal (largo do Palácio, casa n.º 15); Casa de Joaquim Antonio Serra Launé (rua da Palma, n.º 44) e Botica do Snr. Viléla.
<i>(O) Publicola Brasileiro (06/02/1834)</i>	160	Loja do Snr. Pinheiro (Rua do Sol, casa n.º 5) e na Botica do Snr. Lago (Rua Grande, casa n.º 84)
<i>(O) Seminário Official (22/12/1830-02/03/1831)</i>	160	Tipografia Nacional e na Loja de Paulo Joaquim da Costa (Rua da Rellação)

Anexo B - Jornais anunciados que não foram localizados (1821-1834)

Impresso / Ano	Folha avulsa (réis)	Local (venda)	Anúncio
<i>Cigarra na gaiola</i> (1830)	2.400 réis (assinatura)	Casa do Sr. Antonio Joze de Lemos Ourives (Rua Grande)	<i>Farol Maranhense</i> . N° 208
(O) <i>Constitucional</i> (1831)	120	Loja de Feliciano Antonio Pinheiro	<i>O Publicador Official</i> . N.° 15/N.° 312
(O) <i>Clarim</i> (1830)	-	-	<i>A Cigarra</i> . N° 19.
(O) <i>Observador</i> (1829)	-	-	<i>Farol Maranhense</i> . N° 58./ N° 60./ N° 62./ N° 64./ N° 69./ N° 71./ N° 73./ N° 280
<i>Observador das Galerias no Conselho Geral da Província do Maranhão</i> (1830)	240	Tipografia Constitucional	<i>Farol Maranhense</i> . N° 243
(A) <i>Palmatória Semanal</i> (1822)	-	Na mesma loja onde se vende O Conciliador	<i>O Conciliador do Maranhão</i> . N° 71./ N° 75./ N° 86./ N° 89/ N° 94
(O) <i>Publicador da Relação</i> (1834)	160	Tipografia dos Srs. Abranches e Lisboa (Rua dos Afogados, Casa n.° 48)	<i>O Publicador Official</i> . N.° 271
<i>Reformatório</i> (1834)	-	Redator Jose Jansen Lima (assinatura)	<i>O Echo do Norte</i> N° 39 <i>O Publicador Official</i> . N.° 315
<i>A Segunda Estrella do Norte do Brasil</i> (1830)	-	Tipografia Nacional e Imperial	<i>O Farol Maranhense</i> n° 225
<i>A Sentinella Maranhense</i> (1833)	160	Botica de Joze Antonio Pereira do Lago (Rua Grande, casa N.° 84)	<i>O Publicador Official</i> . N.° 169

Anexo C - Livros Anunciados (1821-1834)

Obra	Local de venda	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>O Acolyto contra o Exorcista</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>A Jornada do Exorcista</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Contrariedade, Razão e nada mais</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira, com a ordem do dia do Corcunda de má fé</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Jornal dos Debates, sobre a Revolução de Portugal para a Constituiçãõ [sic] Portugueza</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Memorial Patriotico, diregido aos Illustres Deputados</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Parabens á Patria, pelo Juramento a Constituiçãõ Portugueza</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Vozes dos Leaes Portuguezes, ou fiel eccho das suas novas acclamações á Religião, a ElRey, e ás Cortes destes Reinos</i>	Casa da Tipografia Nacional e na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	2000	24/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Tratado de moral para o genero humano, tirado da Philosophia, e fundado [sic] sobre a Natureza – de Salis</i>	Loja da Gazeta (Largo do Carmo)	120	19/12/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Mappa de Importação e Exportação da Alfandega desta Cidade no anno de 1821</i>	Entregue somente aos assinantes de <i>O Conciliador</i>	-	13/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras: por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris (1818-1822)</i>	-	6000 (assinatura)	16/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Conta Geral dos cofres da fazenda nacional</i>	Tipografia Nacional e aos assinantes de <i>O Conciliador</i>	240	23/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Modo de curar a diarreia de sangue, para uso dos Lavradores, e mais pessoas que vivem longe da Cidade: por James Hall. M. D.</i>	Loja onde se distribui <i>O Conciliador</i>	160	20/03/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>O Pregoeiro Lusitano, Historia circunstanciada da Regeneração Portugueza, desde o Porto, seu illustre berço, athe á ultima conclusão das Cortes; com varios discursos tendentes ao mesmo objeto</i>	Loja de Manuel Antonio dos Santos Leal & Campos (Praia Grande)	5600 (coleção completa)	20/03/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Georgicas Francezas ou o Homem Camponez</i>	Botica onde se entrega <i>O Conciliador</i> e Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	480 (cada canto)	22/06/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>O Compilador ou Miscellanea Mençal</i>	Casa de Manoel Joze da Silva Leite e botica do Pe. Tezinho	640	27/07/1822	<i>O Conciliador</i>

<i>Direitos e deveres do homem, ou catecismo moral e filosófico para instrução da mocidade</i>	Botica de Daniel Joze Ribeiro	240	31/07/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>Bases da Constituição Portuguesa</i>	Junto ao numero 6 do <i>Conciliador</i> ou na Loja de costume	200	03/08/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>Directorio para as Eleições de Deputados de Corte</i>	Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	320	09/11/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>Folhinhas de algibeira para ano próximo futuro de 1823</i>	Casa de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	27/11/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao Despotismo</i>	Botica de João Luiz de Sequeira e loja do Commendador Honorio José Teixeira	320	11/12/1822	<i>O Conciliador</i>
<i>Versos Elegiacos à Memória de Manoel Fernandes Thomaz</i>	Botica onde se distribui <i>O Conciliador</i>	-	05/02/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Periódico da Sociedade Literaria Patriotica, Política e Literaria</i>	Loja de Antonio Francisco Ramos e Loja de José João dos Santos e Almeida	-	26/02/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Folhinhas de Reza, Porta, e Algibeira para o ano de 1823</i>	Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	-	05/04/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Novos methodos de Grammatica Latina</i>	Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	-	05/04/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Collecção dos Decretos, Resoluções, e Ordens das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, desde sua instalação em 26 de Janeiro, athe Julho de 1821</i>	Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	-	05/04/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Tito Lívio</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Virgílio</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Horácio</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Arte de Syntaxe</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Novo Methodo de Grammatica</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Constituição Política da Monarchia Portuguesa</i>	Loja de Antonio Dias de Araujo Guimarães	-	11/06/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Folhetos da Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão</i>	Casa de José dos Reys e Brito	-	28/06/1823	<i>O Conciliador</i>
<i>Folhinhas independentes para o anno de 1824</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	19/11/1823	<i>Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão</i>
<i>Miscellania Política e Litteraria</i>	Loja de Ramos Irmaõs & companhia	4800 (assinatura)	01/03/1825	<i>Argos da Lei</i>
<i>Economia da vida humana</i>	Botica do padre Tezinho (Largo do Carmo)	320	25/02/1826	<i>Censor Maranhense</i>
<i>Inviolabilidade da Independecia e</i>	Onde se costumam vender	320	13/05/1826	<i>Censor</i>

<i>Gloria do Imperio do Brasil, ou Reflexões contra as Reflexões do Escripormachucho o Cavalheiro Chapuis</i>	os números do <i>Censor</i>			<i>Maranhense</i>
<i>Esboço Historico sobre a Origem da Dizima</i>	Botica de João José de Lima (Rua Grande)	320	27/01/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Grammatica portuguesa</i>	Casa da Gazeta	800	20/10/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Refutação do Esboço Historico sobre a Origem da Dizima</i>	Loja da Gazeta	400	27/10/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Astréa</i>	Casa de Joaquim de Seixas Corrêa (Rua de traz do muro de S. Antonio)	-	05/03/1828	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>O Decreto e Instruções para as Eleições dos Senadores, Deputados, e Membros dos Conselhos Provinciais</i>	Casa do redator de <i>A Bandurra</i>	200	30/11/1828	<i>A Bandurra</i>
<i>Demonstração da necessidade da abolição do Celibato Clerical - Padre Diogo Antonio Feijó</i>	Casa de Antonio José de Lemos (Rua Grande)	500	03/02/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Ley das novas Camaras.</i>	Caza de Joaõ Jozé de Lima, e na loja de Custodio Gonçalves Bastos	120	06/02/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>A Fonte da Verdade, ou Caminho para a Virtude</i>	Botica de Valentim Nunes Xavier (Rua do hospital velho)	100	10/04/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tractado sobre Escripuração Commercial</i>	Loja de João Pereira Leite	640	28/07/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tractado de pregar descomposturas com moderação e decência! – David da Fonseca</i>	Rua do Sol, pegado ao Escrivão Bello	Preço cômodo	11/08/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tractado, ou Collecção dos arremedos dos clássicos de quinhentos, com orthographiaetymologica e estilo Presidencial – David da Fonseca</i>	Correio junto a Davi Pinto da Fonseca	Preço cômodo	11/08/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Compendio d'Observações</i>	Largo do Carmo	Preço cômodo	15/08/1829	<i>A Estrella do Norte</i>
<i>Tractato d'Incestos – De Candidat</i>	Junto do Escrivão Mendes dos Reis (Rua da Paz)	Preço cômodo	15/08/1829	<i>A Estrella do Norte</i>
<i>L'Empire du Brésil considéré sous rapports Politiques e commerciaux</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	800	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Flora Fluminense (1º volume)</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	14\$790	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Folhinhas de algibeira e reza para 1830</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	320	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Exemplares da Carta de 27 de Agosto de 1828, que serve de Regimento aos Conselhos Gerais de Provincia</i>	Tipografia onde se vende <i>A Cigarra</i>	240	24/11/1829	<i>A Cigarra</i>
<i>O Liberal animoso – Robateudo a penúltima pancada mortal do liberarismo em huma correspondência anônima inserido no Periodico, Correio do Porto no N.º 173 em hum artigo comunicado Offerecido ao Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro, e a sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria 2.ª</i>	Loja de Sirigueiro de Santos Lima e Companhia N. 23 (Largo do Carmo)	-	07/05/1830	<i>O Farol Maranhense</i>

<i>Rainha de Portugal- Por hum curioso emigrado portuguez, amigo da verdade, do Rei, e da Lei, adverso da impostura</i>				
<i>Almanachs dos Negociantes.</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Almanach para 1831</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Codiges de processo civil</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Codigos Penal e Militar</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Constituição - Benjamin Constant</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Dialogos Constitucionaas</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Esboço do príncipe Eugenio</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Festas do casamento de S. M</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Formulario do Juiz de Paz</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Frutas do Brasil</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Guias de conversação</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Novo testamento</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Parecer da Comissão da Fazenda</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Pautas d'Alfandega</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tratado sobre a pena de morte</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Ultimos momentos da Imperatriz</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Troubles du Midi.</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Collecção das Leis</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Compendio da Gramatica da Lingua Portugueza</i>	Tipografia Nacional	-	02/07/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Compendio Pratico em que se contém as quatro operações de Arithmetica, Sommar, Diminuir, Multiplicar, e Repartir, com as quatro operações de quebrados, accomodado ao ensino mutuo &c.</i>	Tipografia Constitucional; casa de Brito Telles (Praia-Grande); casa da Manoel Joze Rodrigues, (Rua do Sol) e casa de João Joze de Lima (Rua Grande)	500	10/12/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Geographia Astronomica, [ILEGIVEL] E Fizica, para uso das Escolas Brasileiras</i>	Casa Manoel Lopes da Costa (Rua do Giz)	-	04/01/1831	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Geografia Historica, Phisica e Commercial, antiga e moderna - J. P. C. Cazulo</i>	Casa de Joze Pereira de Faria Junior (Rua Formosa, N.º 17)	-	07/01/1831	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Folhinhas de algibeira para o anno de 1832</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar (Praia Grande) e Botica de João Joze de Lima (Rua Grande)	320	05/11/1831	<i>O Publicador Official</i>
<i>Folhinhas de algibeira de porta</i>	Loja de Joaquim Ramos	160	05/11/1831	<i>O Publicador</i>

	Villar (Praia Grande) e Botica de João Joze de Lima (Rua Grande)			<i>Official</i>
<i>Regulamento das Guardas Nacionaes</i>	Tipografia Liberal	480	25/02/1832	<i>O Publicador Official</i>
<i>Folhinhas de 1833</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar e Loja de Antonio da Silva Balthazar	200	05/01/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Sortimento de Livros latinos e portugueses</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Medicina de Le Roy</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Peculio d'auto</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Memoria sobre a reforma da moeda de cobre na Província do Maranhão</i>	Tipografia Liberal	80	13/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Metafísica da escrituração mercantil, ou ciência do guarda-livros</i>	Casa de Joze Joaquim Maia (Praia Grande) e Tipografia do Pharol.	1000 (assinatura)	13/07/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Cartas de convite para enterro, e Officio Divino.</i>	Tipografia de Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo (Largo de Palacio) e Casa de Ricardo Antonio Rodrigues (Rua do Sol)	-	24/07/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Compendio de Ortografia</i>	Loja de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande, N.º 44)	240	10/08/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Obras Completas de Filinto Elizio (11 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Parnaso Lusitano (5 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Anais de Cornélio Tácito (2 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Dicionário de Moraes (última edição)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Historia de Portugal (20 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Dicionários Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Sinônimos da lingua Portuguesa - Fr. Francisco d'S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Galicismos - Fr. Francisco d'S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Aritmética e Geometria - Bezout</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Telêmaco</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Dicionário Francês</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Bilhetes de convite para enterro</i>	Tipografia do Pharol Maranhense; Loja do senhor Pinheiro (Rua do Sol, N.º. 5.); Casa de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande) e Casa do Sr. Villéla (Rua da Estrela)	-	02/11/1833 24/05/1834	<i>O Publicador Official</i>
<i>Livros Portugueses e Latinos</i>	Domingos Antonio Fontes (Rua Santo Antonio)	Preços Cômodos	10/06/1834/ 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/O</i>

				<i>Publicador Official</i>
<i>Código Comercial - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Medicina Forence - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Direito Civil - M.B. Carneiro</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Primeiras Linhas Criminaes - Pereira S. Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Clace dos Crimes - Pereira S. Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionario Juridico - Pereira S. Souza</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Doutrina das Acções - Correia Telles</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Obra Completa de Lobão</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Primeiras Linhas Orfonologicas - Carvalho</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Pratica de Juizes Divizorios - Menezes</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Tratado dos Testamentos - Gouveia Pinto</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Manual do Tabaliaõ</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Droit Comercial - Pardessus (5 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Francez e Portuguez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Portuguez de Moraes</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Classicos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Grammatica de Lobato</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Grammaticas Francezas de Hamoniere & Lemon</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Talemacos em Francez</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Titu [sic] Livio (6 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Virgilio (3 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Salustio traduzido por Barreto Feio</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Mappa Geral do Reino de Portugal Iluminado</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Manual do Processo Criminal no Juizo de Paz</i>	Tipografia de Abranches & Lisboa	2000 (subscrição)	18/08/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Indice Alphabetico das leis do Brazil</i>	Loja de Feliciano Antonio Pinheiro (Rua do Nazareth, casa N° 5)	6000	01/09/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Compendio de Novo Methodo de Grammatica Latina</i>	Tipografia de Abranches e Lisboa (Rua do Affogados, Casa N° 43)	Preço cômodo	25/09/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Livros latinos e portuguezes</i>	Luiz Antonio Rodrigues de	-	25/09/1834	<i>O Echo do</i>

	Araujo (Rua do Sol, de frente do Teatro)			Norte
<i>Dicionarios - d'Moraes e outros Autores</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Dicionarios Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Volnei - ou Ruina dos Imperios</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Decadas - d'João d'Barros</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Direito Cambial - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Cambio Maritimo - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Sobre Avarias - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Contrato d'Sociedades - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Medecina Forense - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834 01/11/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>
<i>Folhinhas para o anno de 1835</i>	Loja de José João dos Santos e Almeida (Praia-Grande); Botica de Manoel Duarte Godinho (Largo do Carmo) e na Botica de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)	-	16/11/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Manual do fazendeiro</i>	Loja de José João dos Santos e Almeida (Praia-Grande); Botica de Manoel Duarte Godinho (Largo do Carmo) e na Botica de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)	-	16/11/1834; 26/11/1834	<i>O Echo do Norte; O Publicador Official</i>
<i>Livros Francezes dos melhores Classicos, Publicistas, Litteratos, Poetas, Historiadores, Philosophos &; obras portuguezas impressas em França, e livros latinos</i>	Francisco Fructuoso Ferreira, morador místico [?] á Alfandega	-	23/11/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Folhinhas para 1835</i>	Loja de José João dos Santos e Almeida (Praia Grande); Boticas de Manoel	Preços cômodos/ 160	26/11/1834; 03/12/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador</i>

	Duarte Godinho (Largo do Carmo); Botica de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)/ Casa de Joze Joaquim Maia (Praia Grande); Botica do Sr. Villéla (Praia Garnde); Loja de Antonio Pereira Ramos & Irmaõ (Rua Grande); Loja de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande) e na Tipografia Constitucional.			<i>Official</i>
--	---	--	--	-----------------

Anexo D - Primeiros impressos maranhenses não periódicos (1821-1834)

Ano	Autor	Impresso	Pg.	Tm.	Tipografia	Assunto
1822	M. R. C. F.	<i>Memoria breve sobre a necessidade da abertura do furo, e utilidade que dela po' de resultar á Provincia do Maranhão.</i>	10	20 x 14 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Maranhão.
1822	Junta Provisoria Administrativa do Governo do Maranhão.	<i>MANIFESTO da commissão particular da administração, e interesse publico creada na cidade de S. Luiz do Maranhão. Pela Excellentissima Junta Provisoria Administrativa do Governo desta Provincia por Portaria de 10 de Abril de 1822.</i>	39	27 x 19 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Política, Legislação, Maranhão.
1822	-	<i>RESENHA da festividade patriótica que os habitantes da villa D'Alcantara provincia do maranhão, instituirão no memorável dia 24 de agosto de 1822.</i>	19	21,3 x 15,9 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Literatura brasileira, poesia, Maranhão.
1822	ZACHEU, Manoel Paixão dos Santos.	<i>MANIFESTO do Epaminondas Americano, ao soberano, e independente congresso nacional em cortes geraes. Sobre a suspenção dos padres Fr. Joaquim Jeronymo de Castro e Silveira, e Fr. Ignacio Guilherme da Costa, do convento de N. Senhora das Mercês da Cidade do Maranhão.</i>	13	20 x14 cm	Tipografia Nacional	Igreja Católica, Maranhão.
1822	ZACHEU, Manoel Paixão dos Santos.	<i>Carta do Epaminondas Americano ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Romualdo de Souza Coelho Bispo do Grão-Pará, e Deputado em Cortes Geraes.</i>	17	20 x14 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Pará.
1822	SILVA, José Pereira da.	<i>Obras Poeticas de J.P. da S. dedicadas a seus illustres compatriotas, e verdadeiros amigos da gloria da pátria.</i>	29	19 x 13 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Literatura Brasileira e Poesia.
1822	PEREIRA, Isidoro Rodrigues.	<i>Advertencias interessantes á provincia do Maranhão, pelo coronel Izidoro Rodrigues Pereira.</i>	7	20,5x15,5 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Maranhão.
1822	GUILLOBEL, Joaquim Cândido.	<i>Colecção do usos e costumes dos habitantes da cidade de S. Luiz do Maranhão, copiados e desenhados do natural por J.C. Guillobel em 1822.</i>	-	22 x 31 cm	s.l.p. : scp, 1822 (eu não sei o que essa sigla significa então eu não posso afirmar com certeza que esta obra fora impresa no Maranhão, no entanto ela consta no site dedalus)	Iconografia, Maranhão.
1823	-	<i>ARTIGOS de Officio da Junta da Dellegação das Provincias do Pihahuhi r Ceará com a do Maranhão mandados imprimir por o illustrissimo e excellentissimo sr. Governador das Armas desta Provincia, Rodrigo Luiz Salgado de Sa e Moscoso.</i>	84	20,0 x 14,5 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Piauí, Maranhão, Ceará.
1824	-	<i>PROJECTO DE Cnstituição [sic] para o Imperio do Brasil, organizado no conselho de estado sobre as bases apresentadas por Sua Magestade</i>	21	22 x 16 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Legislação, Constituição, Brasil.

		<i>Imperial o Senhor D. Oedro I. Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil.</i>				
1825	SAMPAIO, Antonio Manuel da Silveira e.	<i>Instrucções para uso dos officiaes do exercito nacional, e Imperial nos processos de Conselho de Guerra offerecidas ao muito alto, e muito poderoso senhor D. Pedro I. Imperador Constitucional, e defensor perpetuo do Brasil por Antonio Manoel da Silveira e Sampaio Brigadeiro Graduado de Cavallaria do Exercito, e Vogal do Conselho Supremo Militar. Impressas no Rio de Janeiro e reimpressas no Maranhão.</i>	88	19 x 14 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Exército, Legislação e Brasil.
1826	LISBOA, José da Silva.	<i>Inviolabilidade da independencia, e gloria do Imperio do Brasil sustentada a pezar da carta de lei: : reflexoens contra as reflexoens / de M. Chapuis, por hum brasileiro.</i>	37	19	Impressa originalmente no Rio de Janeiro e reimpressa na Tipografia Nacional do Maranhão	Independência do Brasil.
1826	SACRAMENTO, Leandro.	<i>Memoria economica sobre a plantação, cultura, e preparação do chá. Escripita por Fr. Leandro do Sacramento, Licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, Professor de Botanica, e Agricultura na Muito Leal, Nobre Cidade, e Corte do Rio de Janeiro, Director dos Imperiaes Jardins do Passeio Publico da Corte, e Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, Socio correspondente das Academias, Real das Sciencias de Munich, da Orthicultural de Londres, da Sociedade Real de Agricultura, e Botanica de Gand, e do Instituto Columbiano.</i>	48	21 x 15 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Agricultura, Chá.
1828	SILVA, José Pereira da.	<i>Poesias offerecidas ao Illustrissimo Sr. José Gonsalves Teixeira, Tenente-Coronel de 2º Linha Cavalleiro na Ordem de Christo, e negociante da Praça do Maranhão. Por seu author, [...].</i>	82	15,2 x 10,8 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Literatura Brasileira, Poesias.
1829	PICALUGA, Antonio Joaquim.	<i>Mentor inglez. ou recopilção de regras faceis : Extrahidas de Todos os Melhores Authores, para se aprender a Lingoa Ingleza Composto e Oferecido ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Cândido Jozé de Araujo Vianna, Presidente da Provincia do Maranhão Por Antonio Joaquim Picaluga.</i>	66	19x13 cm	Tipografia Nacional	Livro Didático, Inglês.
1829	DUARTE, Antonio da Costa.	<i>Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras, ordenado Segundo a Doutrina Dos Melhores Grammaticos e offerecido ao Ilmo. e Exmo. Snr. Candido Jozé de Araujo Vianna, Presidente da Provincia do Maranhão, Deputado nas Côrtes Legislativas, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Desembargador da Relação de</i>	98	19 x 12 cm	Tipografia Nacional do Maranhão	Gramática, Livro Didático.

		<i>Pernambuco pelo Padre Antonio da Costa Duarte.</i>				
1830	LIMA, João Crispim Alves de.	<i>O LIBERAL ANIMOSO rebatendo A penultima pancada mortal do liberalismo dada em huma correspondência anônima inserida no Periódico Correio do Povo no N.º. 173, em um Artigo Communicado. Oferecido ao Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro, e a Sua Augusta Filha a Senhora D. Maria 2.ª Rainha de Portugal por Hum curioso Emigrado Portuguez, amigo da verdade, do Rey e da Ley e adverso da impostura.</i>	45	20 x14 cm	Tipografia Nacional e Imperial.	Política, Brasil, Maranhão.
1830	PEREIRA, José Clemente.	<i>[Defesa de José Clemente Pereira].</i>	21	28,8 x 19,7 cm	Impressa no Rio de Janeiro e reimpressa no Maranhão.	Política, Brasil, Rio de Janeiro.

Fonte: Biblioteca Brasileira. Disponível em: http://dedalus.usp.br/F/HSIFK549PJQJNX3GM5QPIMEPAL1NJBTFDPIGY83FPM8BFI6VM-59859?func=short-jump&action_short_jump.x=0&action_short_jump.y=0&jump=922 Acesso: 19/1/2015 e MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (1979).

Anexo E - Livros anunciados nos jornais maranhenses, presentes na documentação da Real Mesa Censória (1773-1826)

Obra	Anuncio	Remetente	Ano
<i>Virgílio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande) <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Manoel Joaquim	1795
		João Antônio Martins	1795
		Gonsallo André de Miranda	1796
		Antonio Simoens da Costa	1796
		Antonio Xavier	1799
		Marcos Joze de Mattos	1801
		Ignacio Joaquim Peixoto da Costa	1802
		João Joze da Silveira	1803
		Francisco Rolland	1803
		Manoel Joze Pereira Mourão	1807
		João Henriques	1813
		Antonio Ignacio Porto	1815 (2 vezes)
		Manoel Antonio Teixeira	1815
		Antonio Ignacio Porto	1815
		Antonio Francisco Lisboa	1815
		Jozé de Oliveira	1816
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1816
		Jozé de Oliveira	1817
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1817
		Manoel Teixeira	1819
Jachintho Jozé da Cunha	1819		
Manoel Joze de Azevedo	1819		
Antonio Jozé Pinto	1825		
<i>Grammatica de Lobato</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Joze Antonio da Silva	1799
		Manoel Dias da Cruz	1801
		Jeronimo Joze de Carvalho	1803
		Patrício José d'Almeida e Silva	1807
		Manoel Antonio Teixeira	1813
		Joaquim Joze Coelho	1815
		Antonio Francisco Machado & Cia	1815
		Marçal Gonçalves Lança	1815
		João Baptista Morando	1816
		Joze Dias Torres	1816
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1816
		João Henriques	1817
		Manoel Lopes	1817
		Antonio Gonçalves dos	1817

		Reis Bastos	
		João Henriques	1817
		Manoel José d'Azevedo	1819
		Jachintho Jozé da Cunha	1819
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1819
		Manoel Joze de Azevedo	1819
		Antonio Gonçalves dos Reis Bastos	1819
		Jachinto Jozé da Cunha	1821
		Antonio Jozé Pinto	1826
<i>Dicionarios— d'Moraes e outros Autores</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: loja de Flesberto Joze Correia & C ^a <i>O Echo do Norte</i> (28/10/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correia & C. ^a	Joaquim Joze Gomes	1796
		Manoel Joze da Silva	1796
		Manoel Antônio Teixeira da Silva	1802, 1826
		Jeronimo Joze de Carvalho	1803
		Joaquim Antonio de Brito	1806
		Pedro e Jorge Rey	1816, 1817
		João Henriques	1817
		Antonio da Conceição Santa Ana	1817 (duas vezes)
		Antonio Somés da Costa	1817
		Bento Joze Rodrigues	1819
		Jachinto Joze da Cunha	1819
		Manoel Joze de Azevedo	1819
		Antonio Gonçalves dos Reis Bastos	1819
		Domingos Fontes	1826
		Antonio Joze Pinto	1826
<i>Horácio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	João Baptista Reycend	1795
		Manoel Joaquim	1795
		João Antônio Martins	1795
		Gonsallo André de Miranda	1796
		Antonio Simoens da Costa	1796
		Antonio Xavier	1799
		Marcos Joze de Mattos	1801
		Ignacio Joaquim Peixoto da Costa	1802
		Joaquim Gomes da Silva Belfort	1802
		Francisco Rolland	1803
		Manoel Joze Pereira Mourão	1807
		Antonio Ignacio Porto	1815
		Antonio Francisco Lisboa	1815
		Jozé de Oliveira	1816

		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1817		
		Manoel Teixeira	1819		
		Antonio Joze Pinto	1825		
<i>Telemâco</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: loja de Felisberto Joze Correia & C ^a <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Joze Pays	1799		
		Manoel Dias da Cruz	1802		
		Bernardo Ribeiro de Cari ^o [?]	1802		
		Jeronimo Joze de Carvalho	1803		
		Pedro Joze Donandi	1803		
		Patrício José d'Almeida e Silva	1807		
		Antonio Manoel Roiz Veloze	1815		
		Pedro e Jorge Rey	1817		
		Ricardo Joze Duarte	1817		
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1817		
		Januário Anselmo da Cruz	1819		
		Antonio Manoel Policarpo da Silva	1819		
		João Domingues Santos	1821		
		Januario Anselmo da Cruz	1826		
		<i>História de Portugal</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Manoel Antonio Teixeira da Silva	1799, 1816, 1817, 1820
				Viúva Bertand e Filho	1802
Pedro Joze Donandi	1803				
Antonio Ignacio do Porto	1815				
Antonio Simoes da Costa	1817				
Antonio Manoel Policarpo da Silva	1819				
João Pedro de Carvalho	1821				
<i>Dicionarios Latinos</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Domingos Alves Branco	1799		
		Manoel Antônio Teixeira da Silva	1802, 1815, 1816		
		João Henriques	1816, 1817		
		Joze Dias Torres	1816		
		Manoel José d'Azevedo	1819		
<i>Lobão Obra Completa</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Jozé Correia da Sama	1819		
		Januário Anselmo da Cruz	1819		
		Antonio Francisco da Silva	1820		
		Bento Jozé Rodrigues	1821		
		Antonio Francisco	1821		
		Antonio Francisco da Silva	1826		
<i>Dicionario Francês</i>	<i>O Publicador Official</i>	Antonio Xavier	1799		

	(12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Joaquim Xavier de Araujo	1799
		Antonio Manoel Policarpo da Silva	1799
		Bernardo Ribeiro de Cari ^o	1802
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1821
<i>Gramatica da Lingua Portugueza - Compendio</i>	<i>O Farol Maranhense</i> (02/07/1830). Venda: Tipografia Nacional	Antonio Xavier	1803
		Francisco Joze Alz'	1807
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1816
		Joaquim Gomes da Silva Belfort	1816
<i>Novos methodos de Grammatica Latina</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (05/04/1823). Venda: Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	João Antônio Martins	1795
		Manoel Antonio Teixeira	1817 (duas vezes)
		Joaquim Gomes da Silva Belfort	1816
<i>Novo testamento</i>	<i>O Farol Maranhense</i> (26/06/1830). Venda: Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	Antonio Francisco da Silva	1819
		Jozé Trauske	1819
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1820
		Rodrigo Vicente Simoes da Costa	1825
<i>Tito Lívio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande) <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Antonio Francisco Lisboa	1815
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1816
		Manoel Antonio Teixeira da Silva	1817
<i>Primeiras Linhas Orfonologicas - Carvalho</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Jozé de Oliveira	1816
		Antonio Ignácio Porto	1820
<i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras: por huma sociedade de portugueses residentes em Paris (1818-1822) (periódico)</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (16/02/1822)	Jacintho Jozé da Cunha	1821
<i>Clace dos Crimes - Pereira S. Souza</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Bento Jozé Rodrigues	1821
<i>Economia da vida humana</i>	<i>Censor Maranhense</i> (25/02/1826). Venda: Botica do padre Tezinho (Largo do Carmo)	Jozé Dias Torres	1816
<i>Novo Methodo de</i>	<i>O Conciliador do</i>	Francisco Rolland	1803

<i>Grammatica</i>	<i>Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)		
<i>Primeiras Linhas Criminaes- Pereira S. Souza</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	João Henriques	1816

Fonte: Fundo Real Mesa Censória, caixa 159; e jornais diversos.

Anexo F - Livros anunciados nos jornais maranhenses presentes na documentação do Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas (1807-1832)

Obra	Anuncio	Remetente	Ano
<i>Horácio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	Antonio Francisco Lisboa	1807
		Paulo Joze de Oliveira	1809
		Jacques Antonio Orcel	1830
<i>Virgílio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande) <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Antonio Francisco Lisboa	1807
		Paulo Joze de Oliveira	1809
		Jacques Antonio Orcel	1830
Dicionario Francês	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Viúva Mendes	1809
<i>Dicionarios Latinos</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Antonio Francisco Lisboa	1807
<i>Dicionarios— d’Moraes e outros Autores</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a <i>O Echo do Norte</i> (28/10/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Antonio Silveira Maciel	1832
<i>Grammatica de Lobato</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834) venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Manoel Alves de Melo	1810
<i>Lobão Obra Completa</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Feliciano Joze Collares	1830
<i>Primeiras Linhas Criminaes- Pereira S. Souza</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	Manoel Paixão dos Santos	1810
<i>Primeiras Linhas Orfonologicas - Carvalho</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	Feliciano Joze Collares	1830
<i>Telemâco</i>	<i>O Publicador Official</i> (12/10/1833) venda: Loja de Felisberto Joze	Viúva Mendes F ^a c ^a	1809

	Correa & C. ^a <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a		
--	---	--	--

Fonte: Fundo Desembargo do Paço: Corte, Extremadura e Ilhas; e jornais diversos.

Anexo G - Livros anunciados que saíram da Imprensa Régia (1808-1822)

Obra	Anuncio	Data da impressão pela Imprensa Régia
<i>Bases da Constituição Portuguesa</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (03/08/1822). Venda: Junto ao numero 6 do <i>Conciliador</i> e na Loja de Costume	09/03/1822
<i>Folhinhas de algibeira para ano próximo futuro de 1823</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (27/11/1822). Venda: Casa de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	12/01/1822
<i>Folhinhas de Reza, Porta, e Algibeira para o ano de 1823</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (05/04/1823). Venda: Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	12/01/1822
<i>Virgílio</i>	<i>O Conciliador do Maranhão</i> (10/05/1823). Venda: Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande) <i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	1818
<i>Primeiras Linhas Orfonologicas - Carvalho</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	1815
<i>Grammatica de Lobato</i>	<i>O Echo do Norte</i> (17/06/1834). Venda: Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	07/10/1812

Fonte: CAMARGO e MORAES (1993).

Anexo H - Livros Anunciados - por Assunto

01-Política: 19

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>O Acolyto [?] contra o Exorcista</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>A Jornada do Exorcista</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Contrariedade, Razão e nada mais</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira, com a ordem do dia do Corcunda [?]de má fé</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Jornal dos Debates, sobre a Revolução de Portugal para a Constituissão [sic] Portuguesa</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Parabens á Patria, pelo Juramento a Constituissão Portuguesa</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Memorial Patriotico, dirigido aos Illustres Deputados</i>	Tipografia Nacional e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze	-	17/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Bases da Constituição Portuguesa</i>	Junto ao numero 6 do Conciliador ou na Loja de Costume	200	03/08/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Directorio para as Eleições de Deputados de Corte</i>	Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	320	09/11/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao Despotismo</i>	Botica de João Luiz de Sequeira e loja do Commendador Honorio José Teixeira	320	11/12/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Collecção dos Decretos, Resoluções, e Ordens das Cortes GeraesExtraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, desde sua instalação em 26 de Janeiro, athe Julho de 1821</i>	Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	-	05/04/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Constituição Política da Monarchia Portuguesa</i>	Loja de Antonio Dias de Araujo Guimarães	-	11/06/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Inviolabilidade da Independencia e Gloria do Imperio do Btasil, ou Reflexões contra as Reflexões do Escripormachucho o Cavalheiro Chapuis</i>	Onde se costumam vender os números do Censor	320	13/05/1826	<i>Censor Maranhense</i>
<i>O Decreto e Instruções para as Eleições dos Senadores, Deputados, e Membros dos Conselhos Provinciais</i>	Casa do Redator de A Bandurra	200	30/11/1828	<i>A Bandurra</i>
<i>Ley das novas Camaras.</i>	Caza de Joaõ Joze de Lima, e na loja de Custodio Gonçalves Bastos	120	06/02/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>L'Empire du Brésil considéré sous rapports Politiques e commerciaux</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	800	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>O Liberal animoso – Robateudo a penúltima pancada mortal do liberarismo em huma correspondência anônima inserido no Periodico, Correio do Porto no N.º 173 em hum artigo comunicado Offerecido ao Imperador do Brasil, o Senhor D. Pedro, e a sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria 2.ª Rainha de Portugal- Por hum curioso emigrado portuguez, amigo da verdade, do Rei, e da Lei, adverso da impostura</i>	Loja de Sirigueiro de Santos Lima e Companhia (Largo do Carmo, N.º 23)	-	07/05/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Constituição. Benjamin Constant</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Dialogos Constitucionaas</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>

02-Direito: 15

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Codigos de processo civil</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Codigos Penal e Militar</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Formulario do Juiz de Paz</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tratado sobre a pena de morte</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Colleção das Leis</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Peculio d'auto</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>M.B. Carneiro, Direito Civil</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Pereira S. Souza Primeiras Linhas Criminaes</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dito Pereira S. Souza Clace dos Crimes</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Menezes Pratica de Juizes Divizorios</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Gouveia Pinto, Tratado dos Testamentos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dito Pereira S. Souza Dicionario Juridico</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Manual do Processo Criminal no Juizo de Paz</i>	Tipografia de Abranches & Lisboa	2000 subscrição	18/08/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Ditto Direito Cambial</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Indice Alphabetico das leis do Brazil</i>	Loja de Feliciano Antonio Pinheiro (Rua do Nazareth, Casa N° 5)	6000	01/09/1834	<i>O Echo do Norte</i>

03-Economia: 13

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Voze dos Leaes Portuguezes, ou fiel eccho das suas novas acclamações á Religião, aElRey, e ás Cortes destes Reinos</i>	Casa da Tipografia Nacional e na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	2000	24/11/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Mappa de Importação e Exportação da Alfandega desta Cidade no anno de 1821</i>	Entregue somente aos assinantes de <i>O Conciliador</i>	-	13/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Conta Geral dos cofres da fazenda nacional</i>	Tipografia Nacional e aos assinantes de <i>O Conciliador</i>	240	23/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Folhetos da Estatística Histórica e Geográfica da Província do Maranhão – Posso relacionar isso com o que Mançano disse sobre vender impressos de forma mais barata</i>	Casa de José dos Reys e Brito	-	28/06/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Exemplares da Carta de 27 de Agosto de 1828, que serve de Regimento aos Conselhos Gerais de Provincia</i>	Tipografia onde se vende <i>A Cigarra</i>	240	24/11/1829	<i>A Cigarra</i>
<i>Tractado sobre Escripuração Commercial</i>	Loja de João Pereira Leite	640	28/07/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Parecer da Commissão da Fazenda</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Pautas d'Alfandega</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Memoria sobre a reforma da moeda de cobre na Província do Maranhão</i>	Tipografia Liberal	80	13/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Manual do Tabaliaõ</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Pardessus, Droit Commercial (5 vol)</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Cambio Maritimo - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Codigo Commercial - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>

04-Dicionários: 12

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Arte de Syntaxe</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Guias de conversação</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Dicionário de Moraes (última edição)</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Dicionários Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Dicionário Francês</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Lobão Obra Completa</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Francez e Portuguez</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Portuguez de Moraes</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Classicos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios— d’Moraes e outros Autores</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Dicionarios Latinos</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>

05-Gramáticas: 9

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Novos methodos de Grammatica Latina</i>	Casa de João Paulo das Chagas, no largo do Palácio	-	05/04/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Novo Methodo de Grammatica</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	10/05/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Grammatica portuguesa</i>	Casa da Gazeta	800	20/10/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Compendio da Gramatica da Lingua Portugueza</i>	Tipografia Nacional	-	02/07/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Sinônimos da lingua Portuguesa - Fr. Francisco d’S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Galicismos - Fr. Francisco d’S. Luiz</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Grammatica de Lobato</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Gramáticas Francezas de Hamoniere & Lemon</i>	Loja de Felisberto Joze Correia & C ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Compendio de Novo Methodo de Grammatica Latina</i>	Typographia de Abranches & Lisboa (Rua do Alfogados, casa N ^o 43)	Preço commodo	25/09/1834	<i>O Echo do Norte</i>

06-Folha de Algibeira: 8

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Folhinhas de algibeira para ano próximo futuro de 1823</i>	Casa de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	27/11/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Folhinhas de Reza, Porta, e Algibeira para o ano de 1823</i>	Casa de João Paulo das Chagas (Largo do Palácio)	-	05/04/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Folhinhas independentes para o anno de 1824</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)	-	19/11/1823	<i>Gazeta Extraordinária da Província do Maranhão</i>
<i>Folhinhas de algibeira e reza para 1830</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	320	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Folhinhas de algibeira para o anno de</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar (Praia	320	05/11/1831	<i>O Publicador</i>

1832	Grande) e Botica de João Jozé de Lima (Rua Grande)			<i>Official</i>
<i>Folhinhas de algibeira de porta</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar (Praia Grande) e Botica de João Jozé de Lima (Rua Grande)	160	05/11/1831	<i>O Publicador Official</i>
<i>Folhinhas de 1833</i>	Loja de Joaquim Ramos Villar e Loja de Antonio da Silva Balthazar	200	05/01/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Folhinhas para o anno de 1835</i>	Loja de José Joaõ dos Santos e Almeida (Praia Grande); Boticas de Manoel Duarte Godinho (Largo do Carmo); Botica de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)/ Casa de Jozé Joaquim Maia (Praia Grande); Botica do Sr. Villéla (Praia Grande); Loja de Antonio Pereira Ramos & Irmaõ (Rua Grande); Loja de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande) e na Tipografia Constitucional.	Preços cômodos/ 160	16/11/1834 26/11/1834; 03/12/1834	<i>O Echo do Norte/ O Publicador Official</i>

07-Belas-Letras: 7

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Tito Lívio</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)		10/05/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Virgílio</i>	Loja de Manoel Francisco Ramos & Irmãos (Praia Grande)		10/05/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Telêmaco</i>	Loja de Felisberto Jozé Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Talemacos em Francez</i>	Loja de Felisberto Jozé Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Titu [sic] Livio (6 vol.)</i>	Loja de Felisberto Jozé Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Virgilio (3 vol.)</i>	Loja de Felisberto Jozé Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Salustio traduzido por Barreto Feio</i>	Loja de Felisberto Jozé Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>

08-Jornais e Periódicos: 6

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>O Pregoeiro Lusitano, Historia circunstanciada da Regeneração Portugueza, desde o Porto, seu illustre berço, athe á ultima conclusão das Cortes ; com varios discursos tendentes ao mesmo objeto</i>	Loja de Manuel Antonio dos Santos Leal & Campos (Praia Grande)	5600 (coleção completa)	20/03/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>O Compilador ou Miscellanea Mençal</i>	Casa de Manoel Jozé da Silva Leite e na Botica do Pe. Tezinho	640	27/07/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras: por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris (1818-1822)</i>	-	6000 (assinatura)	16/02/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Periódico da Sociedade Literaria Patriótica, Política e Literaria</i>	Lojas de Antonio Francisco Ramos e na Loja de José João dos Santos e Almeida	-	26/02/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Miscellania Política e Litteraria</i>	Loja de Ramos Irmaõs & companhia	4800 (assinatura)	01/03/1825	<i>Argos da Lei</i>
<i>Astréa</i>	Casa de Joaquim de Seixas Corrêa	-	05/03/1828	<i>O Farol Maranhense</i>

(Rua de traz do muro de S. Antonio)

09-Pedagogia: 6

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Direitos e deveres do homem, ou catecismo moral e filosófico para instrução da mocidade</i>	Botica de Daniel Joze Ribeiro	240	31/07/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Economia da vida humana</i>	Botica do padre Tezinho (Largo do Carmo)	320	25/02/1826	<i>Censor Maranhense</i>
<i>A Fonte da Verdade, ou Caminho para a Virtude</i>	Botica de Valentim Nunes Xavier (Rua do Hospital velho)	100	10/04/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Compendio Pratico em que se contém as quatro operações de Arithmetica, Sommar, Diminuir, Multiplicar, e Repartir, com as quatro operações de quebrados, accommodado ao ensino mutuo &c.</i>	Tipografia Constitucional, casa de Brito Telles (Praia-Grande); casa da Manoel Joze Rodrigues, (Rua do Sol) e na casa de João Joze de Lima (Rua Grande)	500	10/12/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Geographia Astronomica, [ILEGIVEL] E Física, para uso das Escolas Brasileiras</i>	Caza Manoel Lopes da Costa (Rua do Giz)	-	04/01/1831	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Compendio de Ortografia</i>	Loja de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande, N.º 44)	240	10/08/1833	<i>O Publicador Official</i>

10-Teologia: 5

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Esboço Historico sobre a Origem da Dizima</i>	Botica de João José de Lima (Rua Grande)	320	27/01/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Refutação do Esboço Historico sobre a Origem da Dizima</i>	Loja da Gazeta	400	27/10/1827	<i>O Amigo do Homem</i>
<i>Demonstração da necessidade da abolição do Celibato Clerical - Padre Diogo Antonio Feijó</i>	Casa de Antonio José de Lemos (Rua Grande)	500	03/02/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Frutas do Brasil</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Novo testamento</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>

11-Medicina: 5

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Modo de curar a diarreia de sangue, para uso dos Lavradores, e mais pessoas que vivem longe da Cidade: por James Hall. M. D.</i>	Loja onde se distribui <i>O Conciliador</i>	160	20/03/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Medicina de Le Roy</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Medicina Forence - Joze Ferreira Borges</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Carvalho Primeiras Linhas Orfonologicas</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Medecina Forence</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>

12-Filosofia e Moral: 4

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Tratado de moral para o genero humano, tirado da Philosophia, e fundado [sic] sobre a Natureza – de Salis</i>	Loja da Gazeta (Largo do Carmo)	120	19/12/1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Tractado de pregar descomposturas com moderação e decência! – David da Fonseca</i>	Rua do Sol, pegado ao Escrivão Bello	Preço cômodo	11/08/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tractado, ou Collecção dos arremedos dos clássicos de quinhentos, com orthographiaetymologica e estilo Presidencial – David da Fonseca</i>	Correio junto a Davi Pinto da Fonseca	Preço cômodo	11/08/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Tractato d’Incestos – De Candidat</i>	Junto do Escrivão Mendes dos Reis (Rua da Paz)	Preço cômodo	15/08/1829	<i>A Estrella do Norte</i>

13-Poesia: 4

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Georgicas Francezas ou o Homem Campeoz</i>	Botica onde se entrega <i>O Conciliador</i> e Botica de Daniel Joaquim Ribeiro (Largo do Carmo)	480 (cada canto)	22/06/1822	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Versos Elegíacos à Memória de Manoel Fernandes Thomaz</i>	Botica onde se distribui <i>O Conciliador</i>	-	05/02/1823	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
<i>Obras Completas de Filinto Elizio (11 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Parnaso Lusitano (5 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>

14-História: 3

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Historia de Portugal (20 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Anais de Cornélio Tácito (2 vol.)</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Volnei — ou Ruína dos Imperios</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>

15-Almanaques: 2

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Almanachs dos Negociantes.</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Almanach para 1831</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>

16-Ciências Naturais: Botânica, mineralogia, zoologia, química: 2

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Flora Fluminense (1º volume)</i>	Casa de Antonio Gonsalves Machado (Rua do Giz)	14\$790	20/11/1829	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Manual do fazendeiro</i>	Loja de José João dos Santos e Almeida (Praia-Grande); Botica de Manoel Duarte Godinho (Largo do Carmo) e na Botica de Candido José de Carvalho e Castro (Rua Grande)	-	16/11/1834	<i>O Echo do Norte</i>

17-Matemática: 1

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Aritmética e Geometria - Bezout</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	12/10/1833	<i>O Publicador Official</i>

18-Geografia, viagens, cartografia: 1

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Geografia Historica, Phisica e Commercial, antiga e moderna - J. P. C. Cazulo</i>	Casa de Joze Pereira de Faria Junior (Rua Formosa N° 17)	-	07/01/1831	<i>O Farol Maranhense</i>

19-Biografia: 1

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Esboço da vida e campanha do príncipe Eugenio de Leuchtenberg</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>

20-Diversos: 15

Impresso	Local	Preço (réis)	Data do anúncio	Periódico
<i>Compendio d'Observações</i>	Largo do Carmo	Preço cômodo	15/08/1829	<i>A Estrella do Norte</i>
<i>Festas do casamento de S. M</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Ultimos momentos da Imperatriz</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Troubles du Midi.</i>	Loja de Cicarelli (Canto da Sé)	-	26/06/1830	<i>O Farol Maranhense</i>
<i>Regulamento das Guardas Nacionaes</i>	Tipografia Liberal	480	25/02/1832	<i>O Publicador Official</i>
<i>Sortimento de Livros latinos e portugueses</i>	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	Preços cômodos	06/02/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Metafisica da escrituração mercantil, ou ciência do guarda-livros</i>	Casa de Joze Joaquim Maia (Praia grande); Tipografia do Pharol.	1000 (assinatura)	13/07/1833	<i>O Publicador Official</i>
<i>Cartas de convite para enterro, e Officio Divino.</i>	Tipografia de Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo (Largo de Palacio); Casa de Ricardo Antonio	-	24/07/1833	<i>O Publicador Official</i>

	Rodrigues (Rua do Sol)			
<i>Bilhetes de convite para enterro</i>	Tipografia do Pharol Maranhense; Loja do senhor Pinheiro (Rua do Sol, N. 5.); Casa de Luiz Antonio Maciel (Rua Grande), Casa do Sr. Villéla (rua da Estrela)	-	02/11/1833 24/05/1834	<i>O Publicador Official</i>
<i>Livros Portuguezes e Latinos</i>	Domingos Antonio Fontes, morador na rua Santo Antonio	Preços Commodos	10/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Mappa Geral do Reino de Portugal Iluminado</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	17/06/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Livros latinos e portuguezes</i>	Luiz Antonio Rodrigues de Araujo morador na Rua do Sol, de frente do Theatro	-	25/09/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Livros Sobre Avarias</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Ditto Contrato d'Sociedades</i>	Loja de Felisberto Joze Correa & C. ^a	-	28/10/1834	<i>O Echo do Norte</i>
<i>Livros Francezes dos melhores Classicos, Publicistas, Litteratos, Poetas, Historiadores, Philosophos &; obras portuguezas impressas em França, e livros latinos</i>	Francisco Fructuoso Ferreira, morador místico [?] á Alfandega	-	23/11/1834	<i>O Echo do Norte</i>

Anexo I – Livros Recebidos pela Casa do Correio em 1800

Título	Ano de Publicação	Recebidos	Preço unitário (em réis)	Valor total (em réis)
<i>Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza e o comércio do açúcar</i>	1800	40	1\$000	40\$000
<i>História nova e completa da América</i>	1800	30	480	14\$400
<i>Memória sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar</i>	1800	30	600	18\$000
<i>Cultura americana</i>	1799	3	1\$800	5\$400
<i>A ciência das sombras relativas ao desenho</i>	1799	6	960	5\$760
<i>Construção e análise de proposições geométricas (Arquitetura Naval)</i>	1798	3	1\$200	3\$600
<i>Cálculo das pensões vitalícias</i>	1797	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</i>	1799	3	600	1\$800
<i>Gumas iluminadas (sic)</i>	?	6	1\$200	7\$200
<i>Gumas pretas (sic)</i>	?	6	800	4800
<i>Arte de fazer a cola forte</i>	1799	25	400	10\$000
<i>Manual do Mineralógico</i>	1799	6	2\$400	14\$400
<i>Carta de massos (sic)</i>	Título não Localizado	60	25	1\$500
<i>Naturalista instruído</i>	1800	50	200	10\$000
<i>Helminologia portuguesa</i>	1799	3	1\$200	3\$600
<i>Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres</i>	1800	25	150	3\$750
<i>Combustão dos vegetais</i>	Título não localizado	12	60	720
<i>Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre</i>	1798	12	60	720
<i>O Fazendeiro do Brasil, tomo 1, parte 2</i>	1799	6	1\$600	9\$600
			Valor total da remessa	158\$850

Fonte: GALVES, 2014, p. 129.